



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

TIAGO JOSÉ FARIA BATISTA NOGUEIRA

A cura pastoral confiada aos leigos

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof Doutor Tiago André Fernandes Freitas

Braga
2022

ÍNDICE

Resumo	4
Abstract.....	6
Siglário.....	8
Introdução.....	9
Capítulo 1 – Questionário às dioceses	11
1.1. – Questionário e objetivos	11
1.2. – Análise do questionário	12
1.2.1. – Número de sacerdotes diocesanos	12
1.2.2. – Número de sacerdotes diocesanos em atividade paroquial	14
1.2.3. – Número de ordenações por ano pastoral.....	15
1.2.4. – Número de leigos que assumiram ministérios	18
1.2.5. – Número de habitantes no território da diocese	19
1.2.6. – Número de paróquias e alteração do sistema paroquial	20
1.2.7. – Formação para os ministérios	21
1.2.8. – Ministérios (e novos ministérios) que as dioceses consideram necessários	22
1.2.9. – O papel da mulher na Igreja	23
1.3. – Conclusão geral da análise	24
Capítulo 2 – A cura pastoral	25
2.1. O caminho sacerdotal: a evolução do ministério ao longo da História	26
2.1.1. O Sacerdote: na Igreja nascente e na Antiguidade	26
2.1.2. O Sacerdote: na Idade Média.....	32
2.1.3. O Sacerdote: da Modernidade até aos nossos dias	35
2.1.4. O Sacerdote: síntese histórica.....	39
2.2. O Leigo na Igreja.....	40
2.2.1. Leigo: quem é?	41
2.2.2. O Leigo e o seu papel ao longo da história da Igreja	42
2.2.2.1. O Leigo e o seu papel ao longo da história da Igreja: na Igreja nascente e na Antiguidade.....	42

2.2.2.2. O Leigo e o seu papel ao longo da história da Igreja: na Idade Média	48
2.2.2.3. O Leigo e o seu papel ao longo da história da Igreja: da Modernidade aos nossos dias.....	51
2.3. Pastor e ovelha/rebanho: a dificuldade da compreensão das imagens “de sempre” numa cultura citadina, empresarial e tecnológica.....	59
2.3.1. As imagens da vida quotidiana ao longo da História	61
2.3.2. De Pastor a Guia.....	64
2.3.3. De Ovelha/rebanho a colaborador/cooperador	66
Capítulo 3 – Leigos na cura pastoral	70
3.1. Conceitos	70
3.1.1. Sacerdócio Comum dos Fiéis e Sacerdócio ministerial.....	70
3.1.2. Cura Pastoral.....	71
3.1.3. Ministério.....	72
3.2. Ministérios laicais na comunidade	72
3.3. Os Ministérios para a comunidade	78
3.3.1. Ministérios laicais instituídos	79
3.3.2. Ministério do Catequista.....	79
3.3.3. Ministério do Leitor.....	80
3.3.4. Ministério do acólito.....	81
3.3.5. Outros Ministérios e serviços (não instituídos) e movimentos paroquiais	81
3.4. Proposta de novos Ministérios Instituídos.....	82
3.4.1. Ministério da Hospitalidade.....	83
3.4.2. Ministério do músico	85
3.4.3. Ministério da Cultura.....	85
3.4.4. Ministério do Acompanhamento Espiritual.....	86
3.4.5. Ministério do Arquivista.....	87
3.5. O Diácono Permanente.....	88
3.6. A comunidade.....	88

3.7. A mulher na Igreja.....	90
Conclusão	93
Bibliografia.....	95
Web grafia	97
Anexo 1 – Angra.....	101
Anexo 2 – Braga.....	102
Anexo 3 – Évora.....	103
Anexo 4 – Lamego	104
Anexo 5 – Leiria-Fátima.....	105
Anexo 6 – Lisboa.....	106
Anexo 7 – Porto.....	107
Anexo 8 – Vila Real	108
Anexo 9 – Viseu	109

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma visão de corresponsabilidade laical mediante a qual a figura do leigo recupere um certo protagonismo na Igreja, sendo chamado à evangelização e, como batizado e participante do múnus de santificar, ensinar e governar, trabalhar em prol do bem da comunidade, sendo-lhe confiada a cura pastoral.

Este trabalho é desenvolvido ao longo de três capítulos. No primeiro capítulo procedeu-se à elaboração de um questionário endereçado às dioceses de Portugal, com o objetivo de compreender o desenvolvimento pastoral das mesmas. Das respostas ao questionário, desenrolou-se uma análise aos dados obtidos, concluindo-se que o número de sacerdotes e de novas ordenações presbiterais está a diminuir, não se verificando, mau grado, o efeito contrário no trabalho pastoral confiado aos leigos, mediante ministérios instituídos.

No segundo capítulo são apresentados dois desenvolvimentos históricos: a evolução da figura do presbítero ao longo da história da Igreja e o desenvolvimento da figura do leigo ao longo da mesma história. Conclui-se daí que a figura do presbítero vai-se tornando central no desenvolvimento da Igreja, ficando com o centralismo e a centralidade da ação eclesial em suas mãos em detrimento de uma possível cooperação ou corresponsabilidade laical, levando o leigo a cair cada vez mais na inatividade pastoral. Este capítulo termina com uma observação à linguagem e às expressões ainda utilizadas no meio pastoral: “pastor” e “rebanho”. Parecem ser palavras que já perderam a sua força análoga num mundo citadino, tecnológico e empresarial, apresentando-se novas expressões de melhor compreensão e que abrem a possibilidade de um horizonte pastoral marcado pela delegação de funções – “guia” e “colaborador/cooperador”.

No terceiro e último capítulo desenvolve-se o tema dos leigos, mas no sentido dos ministérios. Depois de definidos alguns conceitos, procede-se à apresentação dos ministérios atualmente instituídos na Igreja (Acólito, Leitor e Catequista) e de outros ministérios não instituídos, serviços e movimentos que se podem encontrar nas comunidades. Para um maior envolvimento laical, no sentido da corresponsabilidade e colaboração na cura pastoral são propostos novos ministérios instituídos em que, através da instituição, possam abarcar uma maior amplitude da dinâmica pastoral das comunidades. Aborda-se ainda o diaconado permanente com o objetivo de defender que a sua função primordial é a caridade e que, por isso, ele deve ser o responsável pelos Centros Sociais e Paroquiais e das IPSS e demais meios de assistência social. Olha-se ainda, a comunidade, nomeadamente, a figura da comunidade paroquial que, sabendo que nem todos podem exercer ministérios, podem contribuir de forma ativa; a comunidade age, assim, como “avaliadora” da ação pastoral dos agentes responsáveis, sejam eles leigos ou presbíteros, e é voz da promoção e afirmação de idoneidade de candidatos

leigos aos ministérios; assume, ainda, corresponsabilidade em serviços mais abrangentes como a limpeza, a oração comunitária, a caridade mútua, entre outros. Por último, aborda-se o papel que a mulher pode desempenhar na Igreja e, de forma mais específica, nas comunidades paroquiais em que, elas, podem e devem assumir corresponsabilidade e cooperação na cura pastoral através dos ministérios instituídos, incluindo os que são aqui propostos.

Palavras-chave: Leigo; Presbítero; Cura pastoral; Corresponsabilidade; Ministério.

ABSTRACT

The present work aims to present a vision of lay co-responsibility through which the layman recovers a certain role in the Church, being called to evangelization and, as baptized and participant in the task of sanctifying, teaching and governing, working for the good of the community, being entrusted with pastoral care.

This work is developed over three chapters. In the first chapter, a questionnaire was prepared and addressed to the dioceses of Portugal, in order to understand their pastoral development. From the answers to this questionnaire, an analysis was carried out on the data obtained, and we concluded that the number of priests and new priestly ordinations is decreasing, with no opposite effect in the pastoral work entrusted to the laity, through instituted ministries.

In the second chapter, two historical developments are presented: the evolution of the figure of the priest and the development of the lay figure throughout the history of the Church. We conclude that the figure of the priest becomes central in the development of the Church, leaving the centralism and centrality of ecclesial action in his hands instead of a possible lay cooperation or co-responsibility, leading the layman to increasingly fall into pastoral inactivity. This chapter ends with an observation on the language and expressions still used in the pastoral environment: “shepherd” and “cattle”. They seem to be words that have already lost their analogous force in a city, technological and business world, so new expressions that are easier to understand have been presented which open the possibility of a pastoral horizon marked by the delegation of functions - "guide" and "collaborator/cooperator" .

In the third and final chapter, the theme of lay people is developed, as far as ministries are concerned. After defining some concepts, the ministries currently established in the Church (Acolyte, Reader and Catechist) and other non-established ministries, services and movements that can be found in the communities are presented. For greater lay involvement, as far as co-responsibility and collaboration in pastoral care are concerned, new instituted ministries are proposed in which, through the institution, can encompass a greater amplitude of the pastoral dynamics of the communities. The permanent diaconate is also addressed with the aim of defending that its primary function is charity and, therefore, it should be responsible for Social Centers and Parishes and PSSI and other means of social assistance. We also look at the community, namely the figure of the parish community which, knowing that not everyone can exercise ministries, can actively contribute; the community thus acts as an “evaluator” of the pastoral action of the responsible agents, whether laymen or priests, and it is the voice for the promotion and affirmation of the suitability of lay candidates for ministries; it also assumes co-

responsibility for broader services such as cleaning, community prayer, mutual charity, among others. Last but not least, we address the role that women can play in the Church, more specifically in parish communities: they can and must assume co-responsibility and cooperation in pastoral care through the instituted ministries, including those proposed here.

Keywords: Layman; Presbyter; Pastoral Healing; Co-responsibility; Ministry

SIGLÁRIO

AA Apostolicam Actuositatem

CE Conferência Episcopal

CEP Conferência Episcopal Portuguesa

CIC/CDC Codex Iuris Canonici/Código de Direito Canónico

CL Christifideles Laici

LG Lumen Gentium

MADAP Ministro da Assembleia Dominical na Ausência de Presbítero

MEC Ministro Extraordinário da Comunhão

MF/ME Ministro do Funeral/Ministro das Exéquias

MQ Ministeria Quaedam

PO Presbyterorum Ordinis

SC Sacrosanctum Concilium

INTRODUÇÃO

«Todos somos corresponsáveis do ser e da ação da igreja, e nunca foi tão necessário para nós dar um passo em frente e tomar a iniciativa»¹.

Este é o mote para o desenvolvimento deste trabalho. Como Igreja, todos somos chamados a contribuir com os nossos dons, com a nossa vida: «A missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se, não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos: estes, com efeito, por força da sua condição baptismal e da sua vocação específica, na medida própria e cada um, participam no múnus sacerdotal, profético e real de Cristo»² (*Christifideles Laici*, 23).

Passados mais de 50 anos do Concílio Vaticano II, e depois de dezenas de textos sobre os leigos e a sua corresponsabilidade pastoral, parece que ainda pouco foi realizado. À medida que o tempo passa, deparamo-nos com igrejas cada vez mais vazias, seminários pouco frequentados, o número de sacerdotes a diminuir e o trabalho pastoral a sobrecarregar os párocos. E os leigos? Será que, apesar de um Concílio lhes ter dedicado textos extensos e terem sido elaborados inúmeros documentos e textos desenvolvendo o tema da ação laical, não se percebeu ainda que já é tempo de passar verdadeiras responsabilidades pastorais a milhares de homens e mulheres que amam a Igreja?

«Não podemos actuar segundo esquemas pastorais ultrapassados numa realidade sociológica totalmente nova. Os métodos pastorais têm que se adaptar constantemente aos novos fenómenos humanos que estão a surgir»³ e o que se vê surgir é cada vez um maior número de leigos capacitados, formados, conscientes de que podem contribuir, com desejo de ajudar a Igreja, através das suas pequenas comunidades paroquiais. Que se ouse agradecer esse amor! Que a Igreja, na sua hierarquia, saiba discernir os dons e os carismas que Deus vai oferecendo ao Seu Povo a fim de que este se corresponsabilize na cura pastoral.

Na tentativa de apresentar uma proposta mediante a qual os leigos possam assumir mais responsabilidades e assegurarem meios para uma verdadeira cura pastoral, desenvolve-se no primeiro capítulo deste tema uma análise a questionários realizados e enviados às dioceses de Portugal, para se perceber, em termos estatísticos, como elas se estão a desenvolver a nível do presbiterado e da ação pastoral laical, nomeadamente a partir de ministérios.

¹ Chris Lowney, *Todos somos Líderes*, (Cantabria; Sal Terrae, 2018), 9.

² João Paulo II, *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, Exortação apostólica pós-sinodal Christifideles Laici*, (Braga: Editorial A.O., 1990), 46.

³ Joan Bestard, *Corresponsabilidade e participação na paróquia*, (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1997), 34.

O segundo capítulo apresentará uma viagem pela história da Igreja em dois caminhos: o desenvolvimento da figura do presbítero e do leigo ao longo da história. Na essência, procura perceber se “sempre foi assim”; se, durante a História da Igreja, a atividade pastoral estava apenas entregue às mãos da hierarquia eclesiástica. Também se abordará uma questão que tem a ver com a interpretação e a compreensão de duas imagens no contexto cultural do nosso tempo: “Pastor” e “ovelha”, interrogando-nos se ainda serão plenamente compreendidas.

O terceiro e último capítulo deste trabalho abordará os ministérios e a corresponsabilidade laical, nomeadamente a partir de “novos” ministérios instituídos, mediante os quais não se fecha a participação e a corresponsabilidade laical nos serviços e nos vários ministérios “não instituídos”. Abordará também a função do diácono permanente e o lugar da mulher na Igreja.

Será possível ao leigo corresponder ao seu Batismo? Espera-se que o leitor encontre nas próximas páginas essa resposta e, mais ainda, se sinta impelido para um ministério, cumprindo, desse modo, o seu compromisso de batizado por meio de uma missão que deve exercer com pleno dever e direito.

CAPÍTULO 1 – QUESTIONÁRIO ÀS DIOCESES

Para a realização deste trabalho desenvolveu-se um questionário, com o objetivo de compreender o desenvolvimento pastoral nas dioceses, através da plataforma *Jotform*, endereçado a todas as dioceses do país: Algarve, Angra, Aveiro, Beja, Braga, Bragança-Miranda, Coimbra, Évora, Funchal, Guarda, Lamego, Leiria-Fátima, Lisboa, Portalegre-Castelo Branco, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Destas 20 apenas nove responderam diretamente ao questionário, que passo a enumerar: Angra, Braga, Évora, Lamego, Leiria-Fátima, Lisboa, Porto, Vila Real e Viseu; a diocese de Coimbra informou que não possuía dados para responder ao inquérito e a diocese do Funchal remeteu para o Anuário ou *site* da diocese.

1.1. – Questionário e objetivos

O inquérito, designado: “Igreja em Portugal: a realidade dos números”⁴, centra-se na pesquisa de dados relativos à última década, tendo em conta os anos pastorais 2009/2010 – 2018/2019, procurando conhecer o número total de sacerdotes diocesanos e, destes, quantos são párocos, bem como o número de paróquias, o número de sacerdotes diocesanos ordenados em cada ano pastoral, o número de leigos que receberam ministérios e quais os ministérios, que formação a diocese promove para os mesmos ministérios, o número de habitantes e o papel da mulher na diocese/arquidiocese.

Para além destes dados, também é questionado se a diocese realizou alguma mudança na estratégia paroquial a partir de alguma alteração ao sistema paroquial, isto é, se a diocese sentiu necessidade de agregar paróquias formando uma só.

As questões relacionadas apenas com sacerdotes diocesanos, nomeadamente os que se encontram em atividade paroquial, tem como objetivo perceber a dimensão do trabalho pastoral (número médio de paróquias) que cada pároco tem a seu encargo. Ao mesmo tempo, é questionado o número de leigos que assumiram os ministérios instituídos [o tempo cronológico em análise remete para os dois ministérios instituídos (leitor e acólito) e para o ministério extraordinário da comunhão numa fase anterior aos *Motu Proprio* do Papa Francisco (abertura da instituição de leitor e acólito a mulheres⁵; instituição do ministério do catequista⁶, ambos de 2021)], com o objetivo de compreender se a adesão ou o incentivo aos ministérios tem sido a

⁴ *Igreja em Portugal: a realidade dos números*, <https://form.jotform.com/212913682000041>

⁵ Cf. Carta apostólica sob a forma de *Motu Proprio*, *Spiritus Domini*, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210110_spiritus-domini.html (acedido a 27/07/2022).

⁶ Cf. Carta apostólica sob a forma de *Motu Proprio*, *Antiquum Ministerium*, (Prior Velho: Paulinas Editora, 2021).

preocupação das dioceses, tendo em conta o esforço e o tempo que o Concílio Vaticano II dedicou aos leigos e à sua missão na Igreja e, também importante mas não como justificação primária, pela falta de clero que se faz sentir. Compreende-se que nos ministérios ordinários, nomeadamente o de Leitor e Acólito, são também instituídos seminaristas e candidatos ao diaconado permanente; embora não deixando de ser leigos, os seminaristas são instituídos nestes ministérios como parte da formação ao presbiterado, por isso o número de leigos nestes ministérios apontados nas respostas ao questionário pode não corresponder aos leigos em si, mas aos seminaristas e/ou candidatos ao diaconado permanente.

Além destas questões, também se apontou uma pergunta sobre a formação que a diocese promove para os leigos e ministros já instituídos, uma outra para perceber que ministérios a diocese considera necessários para a sua vida pastoral; e uma última questão que tem em conta o papel da mulher na Igreja, com o objetivo de compreender que espaço lhe é dado na organização e na pastoral das dioceses.

1.2. – Análise do questionário

1.2.1. – Número de sacerdotes diocesanos

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Angra	147	144	141	148	148	147	143	142	138	135
Braga	412	409	405	403	390	392	400	398	380	381
Évora	62	63	65	67	66	65	63	62	59	56
Lamego	118	115	114	114	112	110	107	107	104	103
Leiria-Fátima	99	98	95	93	92	92	91	92	88	88
Lisboa	242	242	239	235	237	228	228	228	233	232
Porto	338	321	309	312	296	287	292	290	293	288
Vila Real	119	110	108	108	107	100	95	90	85	80
Viseu	X	X	X	X	X	X	115	121	124	124

Da análise do “número de sacerdotes diocesanos” percebe-se que a tendência é a diminuição do número de “efetivos” ao longo dos anos. A diocese de Viseu, embora não apresentado números relativos aos seis primeiros anos da década em análise, é a única que mostra um saldo positivo de nove sacerdotes entre o primeiro e o último ano pastoral da década.

No que concerne a perdas, a diocese do Porto lidera a lista com uma diferença negativa de 50 sacerdotes entre o início e o final da década, seguida de Vila Real com 39 e de Braga com 31.

Com baixas nos números, mas menos impactantes do que estas, seguem-se as dioceses de Lamego com 15 sacerdotes a menos, Angra com 12 (embora o número tenha sido mais ou menos estável na maioria dos anos, tendo descido dos 140 apenas nos dois últimos anos), Leiria-Fátima com 11 perdas, Lisboa com 10 sacerdotes de diferença negativa e Évora com seis, sendo a diocese com a menor relação negativa.

Braga, Lisboa e Porto são as dioceses que mais sacerdotes tiveram ao longo dos anos em análise, com Braga a ficar acima dos 300 no último ano e a única a conseguir ultrapassar a marca dos 400, Lisboa e Porto mantiveram-se acima dos 200. As dioceses de Évora e Leiria-Fátima foram as que contaram com menos sacerdotes ao longo da década, ficando com números abaixo dos 100; a diocese de Évora nunca ultrapassou a linha dos 67 sacerdotes e Leiria-Fátima teve como máximo 99 presbíteros diocesanos.

Em termos gerais, verifica-se uma queda constante do número de sacerdotes ao longo da década, embora haja dioceses que, em alguns dos anos, tenham visto o seu número subir, mas nada de extraordinário. Importa ainda salientar que a diocese de Braga do ano pastoral 2016/2017 para o ano 2017/2018, registou uma perda de 18 padres; a diocese do Porto regista por duas vezes perdas significativas de um ano para o outro – 17 sacerdotes em 2009/2010 – 2010/2011 e em 2012/2013 – 2013/2014 perdeu 16 padres diocesanos. A soma da diminuição das oito dioceses com registo de decréscimo dos seus sacerdotes é de 184, isto é, em 10 anos, as oito dioceses (com a exceção de Viseu, que aumentou,) perderam um total de 184 presbíteros diocesanos.

1.2.2. – Número de sacerdotes diocesanos em atividade paroquial

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Angra	97	89	91	90	89	92	93	90	92	93
Braga	315	310	305	303	300	302	301	302	297	295
Évora	50	49	50	52	53	53	51	51	47	45
Lamego	111	109	109	111	108	107	105	104	102	102
Leiria-Fátima	51	53	46	47	47	48	45	44	44	45
Lisboa	226	227	227	215	219	213	213	213	213	215
Porto	235	233	238	238	203	191	193	196	194	197
Vila Real	100	100	98	98	96	95	93	90	85	80
Viseu	X	X	X	X	X	X	87	87	89	91

De todo o presbitério diocesano, nem todos são párocos. Dependendo das necessidades de cada diocese, alguns presbíteros ocupam funções diversas. Mas a maioria do corpo presbiteral desempenha a função de pároco; por isso, é normal que o número de párocos seja diferente e até mais baixo que o número total de presbíteros, caso divergente na diocese de Vila Real na qual o número de párocos e de presbíteros, nos últimos três anos de análise, são os mesmos.

Analisando o gráfico, compreendemos no imediato a mesma tendência decrescente. É compreensível que o número de párocos desça também, tendo em conta o gráfico anterior, no qual o número de presbíteros também decresce. Porém, a descida dos “sacerdotes em atividade paroquial” não é tão acentuada porque o trabalho primeiro dos sacerdotes diocesanos é a paroquialidade. No entanto, ressaltam alguns dados curiosos. Porto, Braga e Vila Real são as dioceses que apresentam mais baixas no diferencial entre o início e o fim da década: Porto é a diocese que mais baixas tem com a perda de 38 sacerdotes, seguida de Braga e Vila Real, ambas as dioceses com perdas de 20 elementos. Lisboa é a diocese que se segue às primeiras três com um défice de 11 sacerdotes com trabalho pastoral, segue-se a diocese de Lamego com nove, Leiria-Fátima com seis, Évora com perdas em cinco párocos e, por último, a diocese de Angra que apresenta perda de efetivos na ordem dos quatro.

Mais uma vez, a diocese de Viseu é a única das nove dioceses analisadas que apresenta saldo positivo. Embora só apresente dados dos últimos quatro anos, estes revelam que a diocese aumentou em quatro o número de “sacerdotes diocesanos na atividade paroquial”.

De todas as dioceses analisadas, Braga é a que apresenta o maior número de párocos, situação que nunca parou de rondar os 300 sacerdotes em trabalho pastoral. Lisboa e Porto seguem-se como as dioceses com maior número de párocos, mas nunca atingiram sequer a fasquia dos 240 párocos. Em sentido contrário estão as dioceses de Évora e Leiria-Fátima que nunca ultrapassaram a barreira dos 53 párocos.

Dos dados mostrados, denota-se que a tendência é a diminuição dos sacerdotes em atividade paroquial, analogamente com a tendência negativa do número geral de presbíteros.

1.2.3. – Número de ordenações por ano pastoral

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Angra	1	1	5	4	2	2	2	2	1	1
Braga	6	5	5	3	5	4	3	4	4	3
Évora	0	2	2	0	2	0	2	0	2	0
Lamego	4	2	1	2	1	2	0	3	1	1
Leiria-Fátima	0	1	1	0	0	1	0	1	0	2
Lisboa	3	5	5	4	6	2	4	7	4	5
Porto	3	3	2	6	2	3	4	4	3	2
Vila Real	3	X	1	3	X	1	1	2	X	X
Viseu	3	4	1	1	1	1	0	1	3	0

Se nos gráficos anteriores se verificou uma tendência decrescente, neste caso não é diferente. De forma variada ao longo dos anos, todas as dioceses mostram números relativamente baixos de novas ordenações, tendo em conta também a diminuição de clero.

No entanto, como acontece nos casos anteriores, há dioceses que apresentam números altos de novas ordenações no total da década estudada. As dioceses de Lisboa e Braga lideram a lista ao ultrapassar as 40 ordenações, tendo Lisboa ordenado 45 novos sacerdotes e Braga 42;

segue-se Porto como a terceira diocese com mais ordenações, e a ultrapassar a barreira das 30 ordenações, com 32 neo-presbíteros; a diocese de Angra soma um total de 21. Todas as restantes dioceses analisadas apresentam ordenações abaixo das 20: Lamego 17, Viseu com 15, Vila Real 11, Évora soma 10 e Leiria-Fátima é a diocese com o menor número de ordenações, com apenas seis numa década.

Analisando o número anual de ordenações, verifica-se o seguinte:

- Sem qualquer ordenação:

- Cinco anos: Évora e Leiria-Fátima;
- Dois anos: Viseu;
- Um ano: Lamego.

- Com uma ordenação anual:

- Durante cinco anos: Viseu;
- Durante quatro anos: Angra, Lamego e Leiria-Fátima;
- Durante três anos: Vila Real.

- Com duas ordenações anuais:

- Durante cinco anos: Évora;
- Durante quatro anos: Angra;
- Durante três anos: Lamego e Porto;
- Durante um ano: Leiria-Fátima, Lisboa e Vila Real.

- Com três ordenações anuais:

- Durante quatro anos: Porto;
- Durante três anos: Braga;
- Durante dois anos: Vila Real e Viseu;
- Durante um ano: Lamego e Lisboa.

- Com quatro ordenações anuais:

- Durante três anos: Braga e Lisboa;
- Durante dois anos: Porto;

- Durante um ano: Angra, Lamego e Viseu.

- **Com cinco ordenações anuais:**

- Durante três anos: Braga e Lisboa;

- Durante um ano: Angra.

- **Com seis ordenações anuais:**

- Durante um ano: Braga, Lisboa e Porto.

- **Com sete ordenações anuais:**

- Durante um ano: Lisboa.

Em termos de moda numérica de ordenações, a diocese de Angra apresenta uma e duas ordenações; Braga com cinco, quatro e três; Évora com zero e duas ordenações; Lamego com uma ordenação; Leiria-Fátima com uma moda de zero ordenações; a diocese de Lisboa apresenta-se com cinco e quatro; Porto com três; Vila Real com moda de um; e Viseu com uma ordenação.

Destaca-se aqui também que a diocese de Vila Real não apresenta dados em quatro dos dez anos analisados.

Um outro fator que se examinou neste campo foi o da diferença entre o número de perdas sacerdotais e o número de ordenações sacerdotais. Analisando os dados em dez anos, verificou-se que, na maioria dos casos, apesar das perdas, as novas ordenações cobriam a diferença. Assim, Lisboa é a diocese que apresenta o maior saldo positivo com (+)35 sacerdotes; Braga com (+)21; Angra consegue (+)9; Viseu com relação positiva de (+)5; Évora consegue (+)4; e Lamego cobre o diferencial com (+)2. Com saldo negativo na diferença de perda de sacerdotes e novas ordenações a diocese de Vila Real lidera com um resultado negativo de (-)28; Porto com (-)18; e Leiria-Fátima com (-)5.

1.2.4. – Número de leigos que assumiram ministérios

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Angra	2	0	0	0	0	4	1	2	0	0
Braga	X	X	X	X	X	X	X	X	X	3
Évora	0	76	35	0	115	38	72	21	103	0
Lamego	7	8	11	9	8	4	7	6	8	10
Leiria-Fátima	0	0	0	0	0	30	32	72	11	22
Lisboa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Porto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Real	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Viseu	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Compreendendo a necessidade da cooperação e colaboração de leigos na comunidade, a análise deste gráfico ajuda-nos a conhecer o caminho que as dioceses foram tomando em relação ao trabalho laical na Igreja particular. Das nove dioceses que responderam ao questionário, apenas cinco abordaram a questão do número de leigos que assumiram ministérios e quais os ministérios (estas respostas podem ser encontradas nos anexos no final do trabalho):

- Angra 9 ao longo dos 10 anos em análise, sem especificar quais os ministérios;
- Braga indicou 3 apenas no último ano de análise, sem especificar os ministérios;
- Lamego 78 no decurso da década analisada, todos como MEC's (Ministro Extraordinário da Comunhão);
- Leiria-Fátima com 167 ministros, mas apenas nos últimos cinco anos da década em análise, não especificando os ministérios;
- Por fim, o caso que, em termos numéricos, surpreende, a diocese de Évora que apresenta 460 ministros por vários ministérios (34 MF [Ministro do Funeral], 70 MADAP [Ministro da Assembleia Dominical na Ausência de Presbítero] e 356 MEC's).

É interessante verificar que as dioceses com menos párocos e menos ordenações são as que apresentam um maior número de leigos com ministérios, o que não será um sinal positivo na linha da cooperação laical, mas uma resposta à falta de presbíteros.

1.2.5. – Número de habitantes no território da diocese

Angra	Braga	Évora	Lamego	Leiria-Fátima	Lisboa	Porto	Vila Real	Viseu
256.742	994.000	255.158	119.383	290.000	1.653.770	2.050.000	185.878	266.570

Depois de analisados os dados referentes ao número de presbíteros, párocos, de ordenações presbiterais e leigos com ministérios, não se pode ignorar um fator de capital importância, que convém ser estudado: o número de habitantes no território da diocese. Não se perguntou o número de batizados, mas sim o número total de habitantes, pois a pastoral é direcionada a todos, numa linha de anúncio, evangelização, ecumenismo e diálogo inter-religioso. Todas as pessoas são destinatários da pastoral. Assim, percebe-se que o número de habitantes para cada pároco é desmesurado. A esmagadora maioria das dioceses tem mais de duas mil pessoas para cada pároco, sendo a diocese do Porto com o maior número (mais de dez mil), excetuando a diocese de Lamego que apresenta uma média aproximada de 1170 habitantes por pároco. Humanamente é impossível a um pároco, que pretenda estar próximo das pessoas e com tempo disponível para as atender, ter capacidade para tal, sejam elas crentes ou não ou de outras religiões e, concomitantemente, celebrar, presidir aos sacramentos e tratar de burocracias. Além disso, e nas paróquias em que isso acontece, estar também concentrado na gestão de IPSS. Nestas circunstâncias, seria urgente instaurar um mecanismo de cooperação com leigos, recorrendo aos serviços que estes possam prestar à paróquia e por meio de ministérios instituídos.

1.2.6. – Número de paróquias e alteração do sistema paroquial

	Angra	Braga	Évora	Lamego	Leiria-Fátima	Lisboa	Porto	Vila Real	Viseu
Nº de paróquias	165	551	156	223	73	285	477	265	208
Alteração do sistema paroquial (com agregação de paróquias)	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Nº de paróquias atual depois da alteração de sistema			156		73				
Para termos de comparação									
Nº de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial (tendo em conta o último ano pastoral 2018/2019)	93	295	45	102	45	215	197	80	91

Deste quadro, a análise recai sobre dois aspetos: a comparação do número de paróquias com o número de “sacerdotes diocesanos na atividade paroquial” e perceber se as dioceses sentiram necessidade de reorganizar o sistema paroquial.

Quando se observa o número de paróquias e o de “sacerdotes diocesanos na atividade paroquial”, em termos de medida estatística pode-se concluir que, na maioria das dioceses analisadas, para cada pároco corresponde duas paróquias e só em alguns casos é que o número sobe para três paróquias. Mas reporta-se aos dados analisados no inquérito. Compreende-se que a realidade do “campo” seja bem diferente.

O outro dado importante que se infere da análise é o da necessidade de alteração do sistema paroquial. Pretende-se com isso perceber se a diocese, na década analisada, sentiu necessidade de avançar para uma reorganização paroquial que levasse à agregação de paróquias, formando uma nova paróquia com um novo orago e uma nova burocracia administrativa. Das nove dioceses, apenas Évora e Leiria-Fátima responderam de modo afirmativo, mantendo, no entanto, o número de paróquias. Daqui se depreende que, provavelmente, não terá sido realizada a agregação de paróquias, mas uma reorganização pastoral, sem extinguir e agregar paróquias, ou que essa situação tenha sido levada a cabo antes ou depois da década analisada.

1.2.7. – Formação para os ministérios

	Formação
Angra	Escola de Formação sob a responsabilidade do Seminário Episcopal de Angra
Braga	Formação de leitores, formação de ministros da Comunhão, Catequistas, Zeladoras, Sacristães... Diaconado permanente!
Évora	Todos os anos, uma vez por ano, há formações específicas para os "seniores", seja Ministros Extraordinários da Comunhão, das Exéquias e Leitores. Conforme as necessidades vão-se oferecendo cursos de preparação para novos membros destes ministérios.
Lamego	Dois fins de semana de formação, por ano, para os novos Ministros Extraordinários da Comunhão. Um dia de formação, por ano, para os Ministros Extraordinários da Comunhão já existentes.
Leiria-Fátima	Curso de um dia de sábado para formação inicial. Recolecção espiritual anual com atualização formativa.
Lisboa	X
Porto	No Centro de Cultura Católica: escola diocesana de ministérios litúrgicos, cursos de acólitos, leitores, música litúrgica (curso de salmistas, curso preparatório e curso geral); curso complementar de formação de catequistas, curso básico de teologia.
Vila Real	Tem o Centro Católico de Cultura a funcionar na sede da Diocese: Vila Real
Viseu	Em relação aos ministérios laicais, há (havia...) cursos e reuniões de formação/atualização, pelo menos uma vez por ano, às vezes centralizadas na sede da Diocese, outras vezes por zonas e/ou Arciprestados. Em relação aos ministérios instituídos, para já, eles são exclusivos para os candidatos ao presbiterado ou ao diaconado permanente. A formação para os mesmos está integrada nos respetivos currículos de formação específica.

Outro aspeto apontado no questionário é a formação laical oferecida e promovida pelas dioceses. A diocese de Lisboa foi a única que não respondeu a este campo. As restantes dioceses promovem formações, na sua maioria, para leitores, acólitos, MEC's, catequistas, zeladoras, sacristães; destaca-se a diocese de Évora com formação para ministros de Exéquias e a diocese do Porto que tem um Centro de Cultura Católica, onde promovem a escola diocesana de ministérios litúrgicos, destacando a formação para a música litúrgica e o curso básico de teologia.

1.2.8. – Ministérios (e novos ministérios) que as dioceses consideram necessários

	Ministérios necessários
Angra	X
Braga	Catequista
Évora	O mais necessário poderá ser o Ministério das Celebrações na Ausência do Presbítero e das Exéquias.
Lamego	Visitador de doentes; Visitador de pessoas idosas sozinhas; Catequistas de adultos
Leiria-Fátima	Animadores ou coordenadores de comunidades cristãs; Coordenadores da ação sócio-caritativa na paróquia; Catequistas coordenadores e formadores; Catequistas de adultos; Sacristães ou coordenadores da ação litúrgica; Dirigentes do grupo coral e cantores
Lisboa	X
Porto	X
Vila Real	De modo particular os Diáconos Permanentes, e possivelmente, leigos para assumirem a celebração do domingo na ausência do presbítero.
Viseu	Acolhimento paroquial (mesmo fora das celebrações litúrgicas).

No que se refere a ministérios considerados necessários pelas dioceses, a opinião geral é a seguinte: catequistas, diaconado permanente, visitador de doentes e idosos, ministros para celebrações na ausência de presbítero, coordenadores de ações sócio caritativas, dirigentes de grupo coral, coordenadores de ação litúrgica.

Destaca-se de forma negativa que as dioceses de Angra, Lisboa e Porto não responderam a esta questão.

1.2.9. – O papel da mulher na Igreja

	Trabalho desempenhado pela mulher na diocese
Angra	<p>Conselho Diocesano para os Assuntos Económicos</p> <p>Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal</p> <p>Economato Diocesano</p> <p>Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis</p> <p>Serviço Diocesano dos Bens Culturais da Igreja</p>
Braga	<p>Papel importantíssimo. Desde catequistas, membros do Conselho Económico, vulgo Fábrica da Igreja Paroquial, Membros dos Corpos Gerentes das Confrarias, Irmandades e Centros Sociais. Funcionárias da Cúria Arquidiocesana, tribunal Eclesiástico. Professoras de Religião e Moral, bem como Professoras na Universidade Católica. Entre tantos cargos nas paróquias.</p>
Évora	<p>Como responsáveis de departamentos da pastoral não há nenhuma mulher. há mulheres, sim, como membros de equipas várias de setores da pastoral. Nos Serviços diocesanos há duas mulheres que estão encarregues dos serviços administrativos da Cúria e de apoio dos Serviços da Pastoral.</p>
Lamego	<p>Presidem a alguns departamentos da pastoral</p> <p>Em maior número no Conselho Pastoral Diocesano</p> <p>Em maior número na Comissão de Proteção de Menores</p>
Leiria-Fátima	<p>Membros do conselho pastoral diocesano</p> <p>Presidente da Comissão Justiça e Paz</p> <p>Membros dos serviços diocesanos da catequese, pastoral familiar, pastoral juvenil e vocacional, dinamização pastoral, catequistas formadores...</p>
Lisboa	X
Porto	<p>A nível da diocese: organismos centrais, conselho diocesano pastoral, Secretariados, Comissões, ...</p> <p>A nível paroquiano: diversos organismos pastorais paroquiais, MEC, catequistas, grupos de acolhimento, liturgia, Centro Sociais, ...</p>
Vila Real	<p>Desempenham um papel primordial: catequistas, grupos corais, comissões fabriqueiras, sacristãs, enfim, uma panóplia de actividades que sem elas as paróquias estavam inactivas.</p>
Viseu	<p>Em praticamente todos os secretariados e departamentos da pastoral diocesana há uma presença feminina cada vez maior. Nos organismos da pastoral paroquial, interparoquial, e arciprestal, há também uma presença feminina significativa e, nalguns casos mesmo predominante.</p>

E quanto ao papel da mulher, as dioceses, na esmagadora maioria (sendo Lisboa a única a não responder a esta questão) apontam para a sua coordenação e cooperação nos vários

departamentos da diocese, em secretariados, conselhos diocesanos, nas comissões de proteção de menores e, mais recentemente, no processo sinodal.

1.3. – Conclusão geral da análise

Da análise geral dos questionários pode concluir-se que, no desenvolvimento e promoção de ministérios laicais e de leigos instituídos, o trabalho já desenvolvido é insuficiente. Excetuando-se duas dioceses (Évora e Leiria-Fátima e porque a ausência de clero é notória), as restantes dioceses apresentam números baixos de ministros leigos. Esses números são ainda mais surpreendentes nos últimos anos do questionário, tendo em conta as necessidades ministeriais laicais que as próprias dioceses afirmam sentir.

Perante os dados apresentados, é urgente repensar o papel do leigo na vida e cura pastoral das comunidades. Mas não se pode pensar nos ministérios ou serviços laicais como forma de substituição ou “socorrista” na ausência do presbítero, mas sim, no verdadeiro papel que o leigo pode e deve tomar, e porque é seu por direito do Batismo, independentemente de o número de presbíteros ser alto ou baixo. O leigo é parte integrante da Igreja e, como tal, deve ter lugar de cooperação na vida da comunidade de uma forma ativa.

CAPÍTULO 2 – A CURA PASTORAL

«A minha pessoa não conta para nada, quem vos fala é um irmão, que se tornou pai por vontade de Nosso Senhor, mas tudo junto – paternidade e fraternidade – é graça de Deus, tudo, tudo»⁷. Uma das frases que ainda ressoa na memória da Igreja, proferida por João XXIII na noite de abertura do II Concílio Ecuménico do Vaticano, perante uma multidão que acorreu à Praça de S. Pedro, a que foi dado o título de “Discurso da Lua”. Esta frase ressalta o profundo desejo do Papa e, conjuntamente, os objetivos do Concílio, de uma renovada pela fraternidade, pelo trabalho em conjunto, irmanados pelo amor do Pai.

É interessante, mas ao mesmo tempo desapontante, que o Concílio Vaticano II se debatesse pelos leigos e pelo trabalho e papel que estes têm a desempenhar na Igreja, mas, ainda hoje, não se tenha conseguido, concretamente e de forma corajosa, definir e aplicar aos Leigos a missão que sempre lhes foi confiada. Mesmo depois de mais de meio século do Concílio Vaticano II, ainda se sente a força tradicional, histórica e monótona que advém de Trento. Não é fácil mudar o sistema e o pensamento de um momento para o outro, mas é possível apresentar formas e modelos por onde se pode seguir.

De facto, quando abordamos o tema Igreja e Pastoral há duas figuras que se tornam centro de discussão: o sacerdote e o leigo. Apesar dos esforços ao longo do tempo em que se tem abordado o papel do leigo na Igreja e tentando dar-lhe tempo e espaço para compreender a sua missão, é, ainda, inevitável que a figura do padre (pároco, presbítero, ministro ordenado, sacerdote) seja o centro de discussão. Mais se tornou após o II Concílio Ecuménico do Vaticano, no qual o *laicado* tomou a centralidade das discussões e que as reformas operadas na vida eclesial levaram, a figura do presbítero, a uma crise de identidade, de orientação e de missão; ao mesmo tempo o leigo não tem conseguido compreender o que pode fazer realmente e até onde pode ir a sua missão na Igreja.

Perante este fenómeno, neste capítulo abordaremos a figura do padre e do leigo, a partir de uma visão de desenvolvimento ao longo da história da Igreja. No primeiro ponto faremos uma análise histórica sobre o ministério sacerdotal; no segundo ponto apresentaremos o desenvolvimento da figura do leigo ao longo da história; no terceiro ponto questionaremos a ligação simbólica entre o pároco e a imagem do “pastor”, bem como a ligação simbólica entre povo e “ovelhas” à luz dos tempos hodiernos.

⁷ João XXIII e o Discurso da Lua, <http://www.paroquiaqueijas.net/portal/igreja-e-noticia/espaco/409-joao-xxiii-e-o-discurso-da-lua> (acedido a 14/07/2022).

2.1. O caminho sacerdotal: a evolução do ministério ao longo da História

Contemporaneamente a Igreja é compreendida pela sua função e organização hierárquica partindo do sacramento da ordem e dos graus da mesma. Temos no topo da pirâmide hierárquica os Bispos, sucessores dos Apóstolos, que governam as Igrejas Particulares espalhadas pelo mundo, as dioceses, garantindo a unidade daquela Igreja com a de Roma (o Papa é, primeiramente, bispo de Roma; cabe-lhe, como bispo de Roma, a “liderança” da Igreja Católica); mais abaixo encontram-se os Presbíteros, guias e “pastores” do povo, estando no meio dele em nome do seu Bispo, colaborando com ele no governo e orientação da comunidade paroquial; a seguir encontram-se os diáconos, servidores do Evangelho e observadores da caridade. Não pertencendo à hierarquia, mas sendo Igreja, estão os fiéis e os leigos, que são os crentes na fé e os colaboradores da Igreja com os seus “pastores”. Assim se divide a hierarquia eclesial, que congrega todos e que não restringe apenas ao clero o trabalho pastoral.

Apesar da imagem piramidal da hierarquia da Igreja Católica, os sacerdotes não nascem distinguidos de todos os outros. A Igreja afirma que Jesus Cristo

constituiu, dentre os fiéis, alguns como ministros que, na sociedade dos crentes, possuísem o sagrado poder da Ordem para oferecer o sacrifício, perdoar os pecados e exercer oficialmente o ofício sacerdotal em nome de Cristo a favor dos homens [da humanidade] *, para que os fiéis formassem um só corpo, no qual “nem todos os membros têm a mesma função” (Rm 12,4)⁸ (*Presbyterorum Ordinis*, 2).

Observando a História multiseular da Igreja Católica, questionámo-nos se a Igreja sempre se organizou internamente deste modo. Sabemos que funções sacerdotais já existiam noutras religiões, nomeadamente no judaísmo. Mas a Igreja sempre teve sacerdotes (padres)? Os “párocos” sempre existiram? Como é que a organização hierárquica da Igreja surgiu e se foi constituindo? Perante estas questões façamos uma viagem pela História da Igreja para melhor compreender como chegamos à organização atual.

2.1.1. O Sacerdote: na Igreja nascente e na Antiguidade

A época apostólica e a Antiguidade dão-nos a primeira organização da Igreja nascente. A partir da Ressurreição de Jesus e do início da vida ativa dos Apóstolos, a Igreja nascente sentiu necessidade de uma formalização e organização das atividades e da missão que Cristo lhes tinha confiado. O anúncio da Palavra, o ensinamento e a catequese (*kerygma* e a *didachê*),

* Em algumas citações será apresentado em parêntesis retos a expressão “humanidade” ou “ser humano”, numa linha de inclusão social e de género.

⁸ Concílio Vaticano II, *Presbyterorum Ordinis*, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html (acedido a 10/10/2021).

a comunhão fraterna (*koinônia*) e a vida em comunidade, as orações e vida litúrgica, o apoio às viúvas e aos órfãos eram atividades que os apóstolos e os primeiros cristãos desenvolveram. Compreendeu-se, então, a necessidade de uma organização que brotasse da unidade, pois esta já era compreendida «como uma verdade teológica aceite por todos e fundada sobre o ministério atribuído por Jesus Cristo a Pedro e aos restantes Apóstolos»⁹.

A missão que Jesus Cristo conferiu aos Doze e que estes, mais tarde, foram transmitindo, estabeleceu a diferenciação e a escolha (ou chamamento/vocação) de determinadas pessoas que, de entre o povo, são escolhidas para continuarem a anunciar a Palavra e a repetir os gestos de Jesus, nomeadamente a Eucaristia, e a servirem o povo de Deus. Essa passagem de testemunho dá início ao que mais tarde se chamará “sacramento da ordem”¹⁰.

No tempo apostólico não existia a conceção do sacerdócio ministerial. O anúncio da Palavra e a presidência das comunidades estavam confiadas aos Apóstolos. Com a morte de alguns e com a expansão da fé que originava novas comunidades, algumas já distantes de Jerusalém, era necessário «escolher e designar outros para que assumissem funções idênticas e para que, num processo de ampliação, dessem continuidade, junto das diversas comunidades, ao que Jesus determinara»¹¹. Esta necessidade levou à escolha de Paulo como apóstolo (e também à eleição de Matias [Cf. Act 1, 12-26]); Paulo, conhecido como o Apóstolo dos gentios, instruiu pessoas para colaborarem na organização das comunidades fundadas a outras pessoas, como a Timóteo e a Tito. Compreende-se já um início de uma comunidade mais organizada, com o centro nos Apóstolos e a colaboração, através da escolha destes, de outras pessoas para a missão confiada por Jesus.

Ainda neste tempo da Igreja nascente, com o crescimento rápido de novos crentes, do aparecimento de novas comunidades e com a necessidade de instruir na Palavra e prover a fração do pão, os Apóstolos deixavam de ter disponibilidade para a pregação e, simultaneamente, prestar o apoio social aos pobres, viúvas e órfãos. Em Act 6, 1-7 é-nos apresentada a eleição de sete homens de boa reputação para estarem ao serviço caritativo, permitindo assim que os Apóstolos estivessem concentrados na pregação da Boa-Nova. Esta escolha é conhecida como a instituição dos diáconos, que são os colaboradores mais próximos dos Apóstolos e cujo trabalho é prestar serviço ao próximo nas necessidades materiais e caritativas.

⁹ Senra Coelho, et al, *Sacerdotes em Cristo*, (Lisboa: Paulus Editora, 2009), 9.

¹⁰ Cf. Luis Llorente, *Sacerdotes para o povo de Deus*, (Apelação: Paulus Editora, 2003), 44.

¹¹ Llorente, *Sacerdotes para o povo de Deus*, 49.

Encontrámos, assim, a primeira organização hierárquica da Igreja: os Apóstolos, os diáconos e os irmãos convertidos. Uma organização simples, pois eram desnecessárias mais formas de colaboração que devessem ser destacadas ou instituídas. Concluimos assim que na Igreja primitiva, de forma hierárquica institucional, não existiam sacerdotes (ou presbíteros), apenas os Apóstolos (bispos) e os diáconos. Em Fil 1, 1 encontra-se exatamente a saudação de Paulo dirigida aos Bispos e aos diáconos; e em I Tim 3 encontramos a referência exata à constituição hierárquica da Igreja, na qual se elencam as qualidades que os bispos e os diáconos devem possuir.

Com o passar do tempo, e apesar da perseguição que se iniciara contra os cristãos, o número dos crentes e das comunidades, ainda mais dispersas entre si, aumentaram. Esse aumento levou à necessidade de ter mais pessoas destinadas à pregação, ao ensino e à fração do pão (Eucaristia); ao mesmo tempo torna-se necessária uma colaboração na direção das comunidades, pois «com a morte dos apóstolos, a questão da liderança e da autoridade tornou-se cada vez mais importante»¹². Então, encontram-se, na Idade Antiga, as primeiras referências ao sacerdócio, em que Inácio de Antioquia escreve aos cristãos de Esmirna que «o inspetor (bispo) dispunha da autoridade última e era coadjuvado no seu ministério pelos presbíteros (padres) e os diáconos, partilhando os dois últimos grupos a autoridade do bispo na medida em que fossem por ele solicitados ou tivessem delegação para o fazer»¹³; e uma referência à ordenação eclesiástica:

Numa ordenação eclesiástica antiga, atribuída a Hipólito e de extraordinária importância para a Igreja ocidental e oriental, a *Tradição apostólica* (pelo ano 215), na ordenação sacerdotal o bispo implora para o candidato “o Espírito da graça e de conselho do presbítero, a fim de que ajude e governe o teu povo com um coração puro” (n. 7). Consequentemente, o presbítero, como vemos pela referência que se faz à eleição de presbíteros (ou anciãos) por Moisés (Nm 11, 16), adquire participação na *virtus principis spiritus*, “no poder do Espírito de direção”, que se promete ao bispo por ocasião da sua ordenação. Por isso, o ministério eclesiástico é essencialmente ministério de direção!¹⁴.

Depreende-se deste texto e da referência à carta de Inácio de Antioquia, que o presbítero ou sacerdote é chamado a colaborar com o seu bispo no governo da diocese. Isto significa que os presbíteros «formavam um corpo auxiliar, ligado à pessoa do bispo, para o qual exerciam as funções de um “Colégio de Consultores” em gènesis, manifestando as suas opiniões e acolhendo as decisões do bispo, unindo-se a ele na concretização das suas orientações.»¹⁵.

¹² J. Derek Holmes e Bernard W. Bickers, *História da Igreja Católica*, (Lisboa: Edições 70, 2021), 31.

¹³ Holmes e Bickers, *História da Igreja Católica*, 31.

¹⁴ Gisbert Greshake, *Ser Sacerdote hoy* (Salamanca: Ediciones Sígueme, 2003), 25.

¹⁵ Coelho, et al., *Sacerdotes em Cristo*, 8.

Como resultado da expansão do Cristianismo, o presbítero aparece pela primeira vez na constituição hierárquica da Igreja, apenas como consultor do seu bispo. Por isso, o facto de o presbítero estar junto com o seu bispo como um consultor não lhe dava um destaque ministerial superior ao dos fiéis ou leigos; eles eram próximos e colaboravam entre si, não existindo uma notória distinção dos ofícios¹⁶. Contudo, o desenvolvimento de novas comunidades nos meios rurais levou a que os bispos delegassem nos presbíteros algumas funções que eram, então até aí, reservadas apenas a si, pois estes não tinham a capacidade de se deslocarem a todas as comunidades e, por delegação, faziam-se presentes nelas através dos seus presbíteros¹⁷; esses presbíteros desempenhavam funções de governo e litúrgicas nessas comunidades mais afastadas, funções análogas às dos bispos, dessa forma, foram sendo denominados «“sacerdotes”, como os antigos sacerdotes judeus ou de outras religiões, e também “curas”, palavra latina que significa “aquele que tem cuidado das pessoas que lhe foram confiadas”»¹⁸. Apesar de existir já esse movimento de delegação em nome do bispo, a função do presbítero detinha-se apenas a ser conselheiro do bispo, pois «até aos inícios do século IV, cada comunidade cristã era tendencialmente citadina e presidida e curada pessoalmente pelo bispo».¹⁹ O papel de estar mais próximo da comunidade era ainda desempenhado fortemente pelos diáconos, fazendo notar ainda uma certa ausência da figura do sacerdote no meio eclesial.

A vida da Igreja foi crescendo acompanhada pela força do Espírito Santo, pelo anúncio da Palavra, pelos sacramentos e pelo testemunho de muitos mártires e pelos frutos que daí brotavam. No século III, o Imperador Constantino determinou o fim das perseguições. Fruto dessa paz

a realidade eclesial mudou drasticamente. A Igreja passou de religião minoritária e perseguida a religião com liberdade de culto (Édito de Milão em 313 d.C.) e, depois, a religião do Estado (Édito de Tessalónica em 380 d.C.). Como consequência, as aldeias ou realidades extracitadinas converteram-se ao cristianismo e passaram a necessitar de cura pastoral²⁰.

É aqui que acontece uma mudança significativa da organização da diocese e da vida eclesial; o presbítero ganha uma nova identidade na hierarquia da Igreja. Esse novo modelo baseia-se no modelo romano, pois a Igreja vai ocupar o lugar que a antiga religião romana tinha e deixa-se influenciar pela disposição civil do Império Romano.

¹⁶ Cf. Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 25.

¹⁷ Cf. Llorente, *Sacerdotes para o povo de Deus*, 55.

¹⁸ Llorente, 58.

¹⁹ Tiago Freitas, *Colégio de Paróquias*, (Prior Velho: Paulinas Editora, 2018), 200.

²⁰ Freitas, *Colégio de Paróquias*, 201.

Essa expansão explosiva de novas conversões e o surgimento de novas comunidades obrigou a Igreja a responder de uma forma ainda mais organizada e hierarquizada. Entra em funcionamento uma hierarquização à moda civil romana: «desde então os possuidores do ministério eclesiástico, analogamente à repartição dos funcionários civis do Império Romano, pertencem a uma ordem hierárquica específica (*ordo*), concretamente ao *ordo sacerdotalis*, do qual se diferencia a *plebs*, os “leigos”»²¹. Também a linguagem sofre uma modificação; se até esse tempo todos se sentiam irmãos e se tratavam como irmãos (até de forma expressamente verbal), a partir do momento em que se procede à divisão de estatutos, os leigos deixam de ser tratados por “irmãos” pelos detentores de ministério ordenado, passando essa denominação a ser orientada para aqueles que estão no mesmo grau ou ordem²².

Um outro fator que levou a uma atualização hierárquica foi a necessidade de batizar os novos crentes. Esse fator intensificou-se aquando da expansão da fé e a oficialização do cristianismo como religião oficial do Império. Ora, isso levou a que as várias igrejas que ficavam nos meios rurais passassem a possuir pia batismal, fazendo com que este sacramento deixasse de ser celebrado exclusivamente na igreja episcopal e, assim, os clérigos que o administravam desempenhavam também a cura pastoral nessas comunidades: presidiam à Eucaristia, pregavam o Evangelho, atendiam em confissão os penitentes e celebravam os matrimónios e as exéquias²³. Desta forma, surge também uma divisão clara dentro do clero: «começou a distinguir-se a existência de uma selecção de clero, que se foi constituindo progressivamente em corporação. Assim, o bispo e o seu Colégio Consultivo começaram a viver em comum, ou a manter fortes relações que os distinguiam do resto do clero»²⁴. De notar que as comunidades rurais ganharam mais autonomia face à igreja episcopal

pelo facto de os párocos serem escolhidos entre os membros da própria paróquia. O “pároco” não era um estranho designado para ali exercer seu ministério, mas, de certa forma, coproprietário e vinculado estreitamente à comunidade local. Era o responsável pelo património e o desenvolvia com a naturalidade de um proprietário²⁵.

É neste tempo histórico e consequência do que nele acontece que a vida eclesial vai ficando exclusivamente reservada ao clero. Dessa forma, sente-se uma «certa tensão entre o “clero” por um lado, que está no centro da vida eclesial e a sustenta, e aqueles que participam mais “marginalmente” nessa vida, os “leigos”, por outro lado»²⁶. Nesse momento começa-se a

²¹ Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 26.

²² Cf. Greshake, 26.

²³ Cf. Roger Matheus dos Santos, *Evolução histórica da Paróquia sob a ótica da estabilidade do Pároco*, 1ª série, n. 31 (2017): 82.

²⁴ Coelho, et al., *Sacerdotes em Cristo*, 17.

²⁵ dos Santos, *Evolução histórica da Paróquia sob a ótica da estabilidade do Pároco*, 83.

²⁶ Greshake, 25-26.

diferenciar as posições e a organizar a vida da comunidade, distinguindo o leigo do ministro ordenado, onde o leigo adquire o sentido de “pertencente ao povo” e o ministro vivendo numa outra esfera diferenciada; e neste campo se acentua mais a divisão, se a expressão *laikos* for tomada no sentido helenístico, que se refere ao profano, diferenciando-se do sagrado, aquele que pertence ao culto divino²⁷. Daqui deriva a separação e hierarquização das competências e forma de vida na comunidade paroquial e na Igreja.

Enquanto a diferenciação de posições se foi acentuando, deu-se o fenómeno da “profissionalização” do clero, isto é, a partir do momento em que se hierarquizaram posições, o clero – sendo diferente do povo, pelo que não podia estar nos mesmos serviços que este, e não tendo, por isso, uma profissão ou trabalho que lhe garantisse a sua subsistência – teve de reclamar o seu sustento por parte do povo, mediante os recursos que a comunidade dispunha e trabalhava. Embora se sentisse este fenómeno da “profissionalização”, em determinadas comunidades mais pobres e pequenas, os ministros eclesiásticos viam-se obrigados a trabalhar e a ganhar o seu próprio sustento, havendo alguns casos em que os ministros ordenados trabalhavam para não serem pesados à comunidade e dependerem dela²⁸.

Com o evoluir desta divisão, o ordenado participa do “ministério de direção” e faz-se pastor da comunidade, tal como Cristo, o Pastor principal, o é e «de “edificar” a comunidade por meio da proclamação do Evangelho, do culto divino, da atividade caritativa e da disciplina, fazendo com que essa comunidade esteja unida ao Senhor, que os seus membros estejam unidos uns com os outros e de manter essa unidade»²⁹. Sendo o serviço de direção da comunidade tarefa principal do Bispo, o presbítero, por meio da ordenação, participa também dela e, assim, este torna-se ajudante do Bispo na missão de direção. É relevante que nesta época

a atividade presbiteral (a mesma que a episcopal), nas suas origens, não se concentra tanto no culto, na Eucaristia e na administração dos sacramentos, mas sim na sobrevivência e no crescimento do povo de Deus, o povo que os ministros dirigem ou codirigem [...]. Não são primordialmente “sacerdotes”, mas pastores³⁰.

Da inexistência até à necessidade. Assim é o aparecimento e desenvolvimento da figura do sacerdote. Se na Igreja nascente esta estava alicerçada nos Apóstolos e nos diáconos, com os desenvolvimentos históricos e com o sopro do Espírito Santo, a Igreja vai tendo necessidade de reformar a sua hierarquia, passando a contar com os presbíteros; primeiro, eles são apenas consultores do bispo; mais tarde, passam a ser os seus representantes nas comunidades rurais

²⁷ Cf. Greshake, 26.

²⁸ Cf. Greshake, 27.

²⁹ Greshake, 28.

³⁰ Greshake, 28.

nascentes. O presbítero vai ganhando algum relevo devido, também, à separação que se toma entre leigo e ministro, mas o seu trabalho concreto é de ajuda ao ministério de “direção” do seu bispo, participando dessa direção e trabalhando em prol da caridade e das necessidades da comunidade, não tendo no seu encargo específico o culto e as celebrações culturais, mas sim o serviço de colaboração e da caridade; também nesse aspeto se percebe a espiritualidade sacerdotal da Igreja Antiga, em que o ministério eclesiástico era orientado para o serviço e em benefício da comunidade e não como uma determinação superior face aos demais cristãos³¹.

2.1.2. O Sacerdote: na Idade Média

Da Idade Antiga para a Idade Média opera-se uma mudança fundamental no ministério do presbítero. Se até aqui ele aparece ligado intimamente ao Bispo como apenas consultor (salvo determinadas situações), nesta época o seu modo de agir sofre alterações, nomeadamente a partir do conceito renovado que a celebração do culto e a Eucaristia tomam e a necessidade de definir a diferença entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum dos fiéis. A relação entre o presbítero e a Eucaristia tornou-se quase um elo unificado e exclusivo, sobretudo, em grande medida, porque a compreensão do mistério da Eucaristia foi-se modificando à medida que o Cristianismo se foi tornando a religião oficial do Império Romano e este foi caindo, levando a Igreja a ficar com as rédeas da sociedade (poder temporal) e com a organização da religião (poder espiritual). Devido a estes fatores históricos, a relação entre presbítero e Eucaristia intensifica-se, pois também as demais funções que partilhavam com o Bispo ficavam cada vez mais reservadas ao próprio Bispo³².

A primeira chave de leitura na mudança do papel do presbítero está, como mencionado acima, na interpretação renovada da teologia do mistério eucarístico:

durante a Idade Média a Eucaristia já não se contempla primordialmente como aquele acontecimento em que Cristo reúne na unidade do seu corpo “os que são muitos” (Cf. 1Cor 10, 16s; cf. *infra*, 112s), mas que se representa principalmente como sacrifício de Cristo e da Igreja. A expressão desta mudança é um feito significativo que modifica a acentuação da linguagem religiosa, a saber, a alteração de significado do conceito *corpus Christi mysticum* ou *corpus Christi verum*, que se vai realizando a partir do século XII. Se originalmente se entendia a Eucaristia por *corpus Christi mysticum* (a unidade entre Cristo e a sua Igreja, que se realiza *in mysterio*), e por *corpus Christi verum* a Igreja visível (isto é, a Igreja na sua forma social real, assim sendo, na sua forma social visível), então estes dois conceitos trocaram de sentido. Com ele, o ministro consagrado originalmente para o *corpus Christi verum* (o ministro consagrado para o serviço da Igreja real) converte-se agora primeiramente no ministro destinado ao *corpus*

³¹ Cf. Greshake, 30.

³² Cf. Greshake, 30.

Christi verum na sua nova interpretação, isto é, destinado à Eucaristia como o corpo “real” de Cristo³³.

Perante esta modificação de conceitos, o ministro é *sacerdos*, isto é, o ministro celebra a Eucaristia e está intimamente ligado só a ela, de forma que a sua nova ação passa, principalmente e quase exclusivamente, por celebrar o culto. Nesta fase deu-se um crescimento do número de celebrações eucarísticas, no sentido em que quanto maior fosse o seu número, melhor; nasce também o conceito e a prática das missas privadas (devido a devoções, ao aumento das peregrinações e das missas votivas a vivos e defuntos) que não pressupõe a existência de uma comunidade concreta, proliferando assim as comunidades monásticas, fazendo com que um homem pudesse ser ordenado sem estar ligado à direção e acompanhamento de uma paróquia ou comunidade, mas podendo viver o seu ministério num mosteiro ou para a satisfação de uma devoção privada³⁴.

A Eucaristia teve um papel importante na estruturação e reforço da figura do sacerdote, pois ela constituía um centro importante na vida da Igreja. Neste contexto, a Eucaristia passa a constituir um momento privado em que «o padre, sozinho ou apenas com outra pessoa presente, celebrava a missa dizendo para si as partes que na missa comunitária eram ditas por outros»³⁵. Outros fatores que marcaram a Eucaristia neste tempo foram o uso do latim na liturgia, que mostrou ser uma barreira para a compreensão da Eucaristia por parte do povo devido às controvérsias sobre a divindade de Cristo; isso fez que a Eucaristia professasse essa crença, levando a uma «introdução de genuflexões depois da consagração para marcar o respeito e a fé na verdadeira presença de Cristo»³⁶. Esta visão da Eucaristia foi tão profunda que marcou a arquitetura das igrejas

sendo erguidos altares contra a parede oriental, pelo que a partir de então os padres passaram a dizer a missa de costas para o povo. Foram construídos altares laterais para facilitar as missas privadas, colocados crucifixos por cima dos altares e as estátuas tornaram-se proeminentes em todos os lugares das igrejas. Os leigos estavam separados fisicamente por painéis divisórios que aumentavam a distância entre eles e a ação litúrgica e intensificava o sentido do mistério e temor³⁷.

A segunda chave de leitura na mudança de papel do presbítero está igualmente nas definições da teologia do sacerdócio. O IV Concílio de Latrão foi essencial para o combate às heresias defendidas pelos Cátaros e pelos Valdenses:

³³ Greshake, 31.

³⁴ Cf. Greshake, 32.

³⁵ Holmes e Bickers, *História da Igreja Católica*, 150.

³⁶ Holmes e Bickers, 150.

³⁷ Holmes e Bickers, 151.

Os Cátaros, mas sobretudo os Valdenses reduziam a Igreja apenas ao sacerdócio universal do Povo de Deus, o qual é designado pela Teologia contemporânea como sacerdócio comum dos fiéis, radica dos sacramentos do Batismo e do Crisma, tornando os cristãos num povo sacerdotal, mas para os Valdenses sem sacerdócio ministerial. (...) [O sacerdócio ministerial] é a vocação e a missão confiada àqueles, que pela imposição das mãos, receberam o ministério sacerdotal e pelo ministério ordenado receberam o espírito sacerdotal que não é uma conquista pessoal e muito menos uma usurpação contra a igualdade fundamental de todos os cristãos³⁸.

É pela imposição das mãos que «os presbíteros recebem a capacidade para os ministérios da Eucaristia, da Palavra, da Reconciliação e para a bênção matrimonial»³⁹.

Com esta ligação íntima do ministro à Eucaristia,

o sacramento da ordem define-se, agora, plenamente pela sua referência ao sacrifício eucarístico. No Pontifical romano-germânico (do século X), o ministério sacerdotal define-se como *potestas offerre sacrificium Deo missamque celebrare*, como “potestade para oferecer a Deus o sacrifício e celebrar a missa⁴⁰.”

Assim, o sacerdote é detentor de um poder grandioso de transubstanciar o pão e o vinho em Corpo e Sangue de Cristo e, deste modo, oferecer um sacrifício a Deus.

Com estas mudanças culturais, sociais, culturais e hierárquicas, o ministro ordenado fica envolto numa atmosfera de tal forma sacra que a distância e a diferença para com os leigos (o restante povo não ordenado) aprofunda-se. Acontece, ao mesmo tempo, uma valorização da formação e especialização do clero, o que abriu ainda mais o fosso da separação entre o ministro e o leigo, fazendo que, culturalmente, o leigo seja visto como uma pessoa «inculta que se preocupa dos assuntos profanos e demasiado profanos, perante o sacerdote que se dedica a assuntos divinos e celestiais»⁴¹.

Compreende-se que da Antiguidade para a Idade Média, a figura do ministro ordenado passe de colaborador do seu Bispo na direção da comunidade e membro do povo, para o de ministro ordenado apenas para celebrar e oferecer o sacrifício eucarístico a Deus, não ficando, necessariamente, ligado ao trabalho pastoral de direção em colaboração com o seu Bispo na comunidade ou paróquia. O dever do sacerdote, agora, é celebrar a missa e os demais sacramentos.

³⁸ Coelho, et al., *Sacerdotes em Cristo*, 25.

³⁹ Coelho, et al., 25.

⁴⁰ Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 32.

⁴¹ Cf. Greshake, 33.

2.1.3. O Sacerdote: da Modernidade até aos nossos dias

A marca mais profunda da passagem da Idade Média para a Idade Moderna, no que concerne à história do sacerdócio, ficou a dever-se ao Concílio de Trento (1545-1563). Este surgiu num contexto conturbado com as disputas doutrinárias da Reforma Protestante, nomeadamente, para este caso, o sentido do “sacerdócio universal” de todos os crentes, em que visava, o protestantismo, substituir a função e a potestade sacerdotais pelo serviço da pregação. Face a tal questão, o Concílio de Trento reitera o sacerdócio hierárquico na Igreja, definindo que «o sacerdote deve ser entendido principalmente a partir das suas tarefas e potestades de carácter cultural e sacramental, especialmente a partir da celebração da Eucaristia»⁴². No ano de 1562, Trento publica

a doutrina católica acerca do sacrifício da Missa em 9 cânones e sobre o sacramento da Ordem sacerdotal em 8 cânones. Trento definiu o sacerdócio ministerial a partir do poder da consagração e da absolvição, conferidos pelo sacramento da Ordem, o qual confere o Dom do Espírito Santo e imprime carácter sacramental⁴³.

Trento argumenta ainda que Cristo instituiu o sacerdócio, um estado diferenciado dos demais, por meio do seu modo de vida, diferente da vida secular: o celibato, a oração frequente, a vida sagrada fora do mundo profano e uma forma de vestir própria⁴⁴, marcos externos que diferenciam e separam o ministro ordenado e a sua função (social e religiosa) de todos os outros – os leigos:

é o sacerdote quem, principalmente, oferece o sacrifício, aquele por quem Cristo atualiza, incessantemente, de novo o seu sacrifício. A causa da singularíssima participação no sacerdócio de Cristo, tem que distinguir-se por uma santidade segregada do mundo. Aquelas palavras da Carta aos Colossenses: “A vossa vida está escondida com Cristo em Deus” (3, 3), foram referidas especificamente ao sacerdote em inúmeros escritos espirituais e declarações eclesiais. Pois – tal é a fundamentação – “aquele que está orientado para a realidade celestial, tem que separar-se da realidade terrena”⁴⁵.

Apesar do marco central deste período ter sido o Concílio de Trento, não podemos deixar passar o movimento renascentista e o seu humanismo cultural. Foi pelos estudos e dedicação dos humanistas que a Reforma na Igreja começou a operar-se. O sentido de ir às raízes clássicas do mundo romano e grego levou à descoberta das fontes primitivas, nomeadamente de escritos e textos antigos, comparando-os com as traduções que se foram desenvolvendo; dessas comparações foram surgindo dúvidas acerca da sua autenticidade e

⁴² Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 35.

⁴³ Coelho, et al., *Sacerdotes em Cristo*, 25.

⁴⁴ Cf. Greshake, 37.

⁴⁵ Cf. Greshake, 37-38.

qualidade, nomeadamente da Sagrada Escritura e a sua tradução para latim⁴⁶. Embora muito focados na literatura, os humanistas tinham um grande interesse pela educação, pois sentiam que era

o único meio eficaz de reforma e a reforma, tanto da Igreja como do Estado (...) A pessoa instruída era capaz de aprender as lições do passado, comprovar a absoluta futilidade da guerra e reconhecer as vantagens da persuasão sobre a imposição. A pessoa instruída podia ver o homem [a humanidade] de uma maneira totalmente diversa da perspectiva medieval de corrupção, que era, por isso, depreciativa⁴⁷.

Este ideal humanista leva a compreender e a notar que a Igreja não detinha uma formação formal do seu clero, nomeadamente, a formação académica dos párocos; não existiam os seminários como hoje temos, como casas de formação e preparação humana, espiritual, pastoral e intelectual. Uma das grandes críticas dos humanistas à Igreja reside exatamente aí:

Os humanistas foram particularmente contundentes na denúncia do clero, o qual, em muitos casos, segundo afirmavam, era ignorante e inadequado no cuidado pastoral das pessoas que tinha a seu cargo. Atacaram também muita da piedade popular da época, que diziam aproximar-se da superstição⁴⁸.

Esta grande crítica levará o Concílio de Trento, no seu decreto *Cum adolescentium aetas*, a promover a edificação de Seminários, casas de formação inicial para os clérigos, para que estes sejam bem preparados para o serviço que desempenharão junto das comunidades⁴⁹. Um bom caso exemplar temo-lo em São Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga, que fundou um dos primeiros Seminários do mundo, atualmente denominado Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo⁵⁰.

O Concílio de Trento também se manifestou sobre a atividade do presbítero e a organização territorial da Igreja. Definiu que «cada *populus* constituísse uma paróquia e que tivesse o seu próprio pastor. O pastor, que devia conhecer as suas ovelhas, residiria no território e cuidaria do ministério da palavra (pregação e instrução religiosa) e do ministério dos sacramentos»⁵¹. Dessa forma, o presbítero enviado como pastor da comunidade paroquial

⁴⁶ Cf. Holmes e Bickers, *História da Igreja Católica*, 140-142.

⁴⁷ Holmes e Bickers, 142.

⁴⁸ Holmes e Bickers, 144.

⁴⁹ Cf. Casiano Floristán, *Para compreender a Paróquia*, (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995), 16.

⁵⁰ Cf. Joaquim Félix, *450º Aniversário da Fundação do Seminário Conciliar de Braga*, https://snpcultura.org/450_aniversario_da_fundacao_do_seminario_conciliar_de_braga.html (acedido a 27/03/2022).

⁵¹ Floristán, *Para compreender a Paróquia*, 15-16.

detinha uma autoridade sagrada, onde celebrava a missa e os sacramentos, pregava e instruía na catequese⁵².

Esta posição do Concílio de Trento foi tão marcante e profunda que determinou a forma de ser e estar dos presbíteros na Igreja até ao Concílio Vaticano II, no qual a Igreja realizou uma nova reflexão sobre ministério sacerdotal e o laicado. Foram 398 anos de uma forma de pensar e agir pastoralmente e, mesmo depois das mudanças operadas pelo Vaticano II, ainda se sente muito presente esta forma de pensar o sacerdócio e a pastoral. O que fica de Trento e do pós-Trento é a defesa teológica do Sacramento da Ordem e a distinção entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial; fica também esta profunda separação entre os eleitos, santos e prediletos sacerdotes e dos profanos leigos, que não vivem das e nas realidades celestiais. Fica ainda mais vincado o “trabalho” do sacerdote que já vinha da Idade Média: a função principal é celebrar o sacrifício da missa.

Ventos novos sopravam já desde os finais do século XIX, segundo os quais a conceção de uma Igreja só a partir do ministério sacerdotal diferenciado já não fazia muito sentido; os leigos são parte importante da Igreja, eles também são Igreja, pois

a missão de Cristo não se transmite apenas através do ministério, e de que, portanto, a Igreja não só se edifica a partir do ministério, mas que, em virtude do batismo e da confirmação, todos e cada um dos cristãos recebem o encargo de proclamar, testemunhar a Palavra de Deus e realizar o trabalho missionário, e tem uma vocação comum à santidade e uma posição comum perante Deus na oração, na adoração e na dedicação⁵³.

Porém, outros ventos novos da Idade Contemporânea foram muito controversos para a Igreja Católica, devido

ao impacto das sucessivas revoluções liberais, que puseram em crise os fundamentos do mundo contemporâneo, ficando definitivamente em causa as sociedades, ditas “tradicionais”. Nestas mudanças estiveram implicados os indivíduos, a cultura e toda a sociedade e por isso mesmo também a Igreja⁵⁴,

aliás, a Igreja Católica foi a que mais sofreu com as revoluções liberais «não só porque um dos centros dirigentes da revolução política foi um país católico, mas também porque algumas das repercussões mais violentas desta revolução se fizeram sentir nas regiões católicas da Europa e em particular na própria Roma»⁵⁵. Os acontecimentos revolucionários em França vinham abalar a estrutura social de então, estrutura essa dividida em três estratos sociais (clero, nobreza e

⁵² Cf. Floristán, 16.

⁵³ Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 40.

⁵⁴ Coelho, et al., *Sacerdotes em Cristo*, 27.

⁵⁵ Holmes e Bickers, *História da Igreja Católica*, 239.

povo) que seria fortemente abalada pelas imposições burguesas de se organizar a sociedade pela igualdade de oportunidades⁵⁶; a própria

igreja galicana era não só um bastião dos privilégios, enquanto pilar essencial do *ancien regime*, mas padecia também de divisões internas entre os membros privilegiados e os menos privilegiados. Por isso, em geral, o clero paroquial acolheu bem a convocação dos Estados Gerais e apoiou os objetivos das classes médias⁵⁷.

Os ataques à Igreja Católica por parte do governo republicano da França foram muito fortes. O objetivo era «erradicar a religião da vida das pessoas»⁵⁸. Perante estas posições e expansão dos ideais liberais e republicanos de anticlericalismo e anticatolicismo, a Igreja respondeu com desconfiança e fechamento. Gerou-se assim um fosso intransponível entre cultura contemporânea e Igreja, em que a nova cultura era errada e contrária à Igreja e o seu ensinamento. Tal posição provocou ainda maior cisão e discrepância, acentuando mais a posição clerical da hierarquia face ao Povo de Deus.

Mas ventos de mudança chegaram à Igreja, fruto das reformas já iniciadas, principalmente litúrgicas, mas também de uma ação pastoral realizada em estreita colaboração com os leigos, de modo muito especial pela Ação Católica⁵⁹. O II Concílio Ecuménico do Vaticano, com a sua constituição pastoral *Lumen Gentium*, veio repor a função do leigo dentro da Igreja e desfazer, de certo modo, aquela forma divina em que o sacerdócio estava colocado.

O grande objetivo de João XXIII ao convocar o concílio era que «a Igreja, renovada pelo Concílio, deveria empenhar-se ao máximo – com a ajuda dos outros cristãos e de todos os homens de boa vontade – para que fossem estabelecidas a unidade e a paz de toda a humanidade»⁶⁰. Paulo VI continuou com as reformas iniciadas pelo seu predecessor e convocou novamente o Concílio, «disposto a permitir que as deliberações dos padres conciliares aparecessem em decretos (...) que abriam caminho para uma mudança irreversível nas atitudes e práticas dos católicos de todo o mundo»⁶¹.

Apesar de os leigos terem um grande destaque no Concílio Vaticano II, este prontificou-se a esclarecer que continua a existir uma diferenciação dentro da Igreja por virtude de especial vocação e encargos recebidos⁶²; o Concílio

⁵⁶ Cf. Holmes e Bickers, *História da Igreja Católica*, 240.

⁵⁷ Holmes e Bickers, 240.

⁵⁸ Holmes e Bickers, 246.

⁵⁹ Cf. Coelho, et al., *Sacerdotes em Cristo*, 29.

⁶⁰ Holmes e Bickers, 320-321.

⁶¹ Holmes e Bickers, 321.

⁶² Cf. Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 40.

ensinou que a consagração episcopal é o sacramento da Ordem em grau supremo. Por consequência, o presbiterado é a participação do sacerdócio pleno do bispo. É mediante a consagração episcopal que permanece na Igreja o tríplice ministério de “ensinar, governar e santificar”, de que participa também o presbítero⁶³.

Todos são chamados à missão, ao serviço e à celebração sacramental, embora participem dela de «maneira distinta conforme o seu carisma (=o seu dom peculiar). Todos, sem exceção, são portadores da vida eclesial (da *communio*) e da missão eclesial (*missio*)»⁶⁴.

O Concílio Vaticano II confirma que o ponto de referência do ministério sacerdotal é o Bispo (tal como Trento) reforçando que a atividade do sacerdote não pode ser alheia à colaboração com o seu bispo, juntamente com os demais sacerdotes do presbitério diocesano:

Impossibilitado como está o Bispo de presidir pessoalmente sempre e em toda a diocese a todo o seu rebanho, vê-se na necessidade de reunir os fiéis em grupos vários, entre os quais têm lugar proeminente as paróquias, constituídas localmente sob a presidência de um pastor que faz as vezes do Bispo⁶⁵ (*Sacrosanctum Concilium*, 42).

Esta forma de ser Igreja rompe com séculos de história, ao mesmo tempo que volta ao início, isto é, o sacerdote «tem especial participação no tríplice ministério de Cristo, os ministérios de sacerdote, de mestre e de pastor»⁶⁶, pelo que este vive e trabalha para o *serviço*, em colaboração com o seu bispo, ao povo de Deus a ele confiado no sentido de o manter unido, instruído e levá-lo à santidade. Assim, e não estando apenas vinculado com o serviço cultural, o sacerdote já não existe só para a “celebração do sacrifício da missa”, mas para a direção do povo de Deus. Os sacerdotes são chamados, assim, à

co-responsabilidade e complementaridade pastoral, participação e testemunho de vida, realismo e eclesialidade, caridade pastoral e comunhão presbiteral, discernimento e atenção aos sinais dos tempos, opção preferencial pela evangelização e defesa da dignidade da pessoa Humana, disponibilidade e solicitude para o serviço ministerial⁶⁷.

2.1.4. O Sacerdote: síntese histórica

Percorrer a história sobre o ministério sacerdotal faz-nos compreender que as vicissitudes culturais e históricas levaram a modificar a figura e a função do sacerdote. Se nos princípios da Igreja apostólica não temos a figura do sacerdote, esta vai aparecendo à medida que a Igreja necessita de novas funções para chegar a todos aqueles que aderem à nova fé. Com

⁶³ Coelho, et al., *Sacerdotes em Cristo*, 29.

⁶⁴ Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 41.

⁶⁵ Concílio Vaticano II. *Sacrosanctum Concilium*, https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html (acedido a 13/06/2022).

⁶⁶ Greshake, 41.

⁶⁷ Coelho, et al., 30.

a função já determinada, o sacerdote inicia o seu trabalho apenas como consultor do seu bispo cooperando com ele na *direção* do povo de Deus e servindo como mais um irmão; mais tarde percebe-se que, ao tornar-se religião oficial do Império Romano, a Igreja toma as funções civis e culturais, e com a queda do Império Romano do Ocidente, a Igreja em Roma toma conta do poder temporal, de modo que os bispos vão ficando com mais funções administrativas; a função do sacerdote centra-se mais no culto e não no *serviço*; a partir da Idade Média o conceito da Eucaristia muda e intensifica-se a diferenciação do ministério ordenado sacerdotal do sacerdócio dos fiéis e a função do sacerdote passa de *serviço* ajudando o bispo para, apenas e exclusivamente, celebrar o culto e sacrifício eucarístico. Em Trento, e de forma a combater a Reforma Protestante, volta-se a afirmar a função cultural e sacrificial do sacerdote de forma exclusiva, recusando apenas o conceito de sacerdócio universal. O Vaticano II centra a função sacerdotal como *serviço* ao povo de Deus em colaboração com o bispo e o sacerdócio comum dos fiéis.

Perante este processo histórico, percebe-se que o ministério sacerdotal está ligado ao *serviço* ao povo de Deus, à colaboração com o bispo no “tríplice ministério de Cristo” e à presidência da celebração eucarística. Por um tempo, temos apenas o *serviço* ao povo e a colaboração com o bispo; noutro, a exclusiva função cultural do sacrifício da missa; agora temos o “voltar” ao *serviço* do povo e colaboração com o bispo e a presidência da celebração eucarística. No entanto, ao fazer-se emergir o sacerdócio comum, os ministérios laicais, o foco de que todos são chamados a colaborar no Reino – constituindo um passo decisivo para uma maior união e para um caminhar conjunto de toda a Igreja, uma vez que todos são envolvidos e responsabilizados por serem discípulos de Cristo, tendo a missão de O levar a todo o lado e a ter parte ativa na sua Igreja – a figura do sacerdote entrou numa crise de identidade, sem perceber qual a sua função específica e a questionar-se se a sua forma de vida é coincidente com a atualidade da Igreja⁶⁸.

2.2. O Leigo na Igreja

No primeiro ponto deste capítulo foi analisada a evolução histórica da pessoa, papel e função do presbítero na Igreja, embora mais focada no termo específico do trabalho paroquial.

Concluída essa análise, faz-se agora uma averiguação sobre o segundo elemento apresentado na introdução deste capítulo: o Leigo.

⁶⁸ Cf. Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 19-23.

2.2.1. Leigo: quem é?

Antes de se começar a desenvolver este percurso histórico do Leigo na Igreja, é conveniente apresentar-se uma definição do termo para se compreender melhor o que ele significa na vida eclesial.

Sabe-se que, popularmente, a expressão “leigo” acarreta um certo sentido negativo, de alguém que não sabe ou não entende determinado assunto (“sou leigo nessa matéria”). Esse significado, embora válido para muitos setores da sociedade, não é o verdadeiro significado no que diz respeito à vida da Igreja, apesar de, na prática e em muitas situações, parecer assumir tal sentido negativo.

Antes de se apresentar o significado de “Leigo”, convém reparar numa outra expressão que muitas vezes é usada conjuntamente com essa expressão, mas que pode confundir o seu verdadeiro sentido; é a palavra “Fiel” ou “Fiéis”. Parecem significar o mesmo, mas há distinções subtis que podem assumir grande relevo.

Por “Fiéis” entende-se

aqueles que, por terem sido incorporados em Cristo pelo batismo, foram constituídos em povo de Deus e por este motivo se tornaram a seu modo participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo e, segundo a própria condição, são chamados a exercer a missão que Deus confiou à Igreja para esta realizar no mundo (CDC 204 §1)⁶⁹.

Deste cânone compreende-se facilmente que todos os batizados são fiéis.

Da definição acima não se presume que o leigo seja também um fiel? Sim. O leigo é também um fiel, pois pelo Batismo tornou-se membro da Igreja. Mas o que torna o leigo diferente do fiel é a sua ação na Igreja. Nasce da vontade própria da pessoa em colaborar ativamente na Igreja, isto é, reconhece os dons recebidos por Deus e coloca-os ao serviço da comunidade de uma forma mais ativa. O Concílio Vaticano II

volta de bom grado a sua atenção para o estado daqueles fiéis cristãos que se chamam leigos. Com efeito, se é verdade que todas as coisas que se disseram a respeito do Povo de Deus se dirigem igualmente aos leigos, aos religiosos e aos clérigos, algumas, contudo, pertencem de modo particular aos leigos, homens e mulheres, em razão do seu estado e missão (LG 30).

Da sua atividade, dons e capacidades pode resultar que os leigos «que forem julgados idóneos, têm capacidade para que os sagrados Pastores lhes confiem os ofícios eclesiásticos e outros cargos que podem desempenhar segundo as prescrições do direito» (CDC 228 §1).

⁶⁹ *Código de Direito Canónico*, (Braga: Editorial Apostolado de Oração, 2007), 35.

Assim, pode-se concluir que fiel e leigo têm a mesma raiz, batizados, mas pela sua ação e doação apresentam-se com significados ligeiramente diferentes, isto é, ambos são batizados, mas o leigo assume uma participação mais ativa no desempenho de funções na comunidade ou de encargos eclesiásticos.

2.2.2. O Leigo e o seu papel ao longo da história da Igreja

Convém fazer agora uma viagem pela História da Igreja, a fim de se compreender melhor qual o papel do “Leigo” na Igreja e, mais concretamente, na vida pastoral e como os leigos cooperavam com os guias religiosos de cada época.

2.2.2.1. O Leigo e o seu papel ao longo da história da Igreja: na Igreja nascente e na Antiguidade

Recorrendo à Sagrada Escritura, nomeadamente ao livro dos Atos dos Apóstolos e às Cartas, percebe-se que a expressão “leigo” não era corrente na sua linguagem. Pensa-se que ela foi aparecendo nos primeiros séculos da vida cristã, tendo em conta que «a palavra leigo derivou (...) do substantivo *laós*, povo, que designava povo de Deus em oposição ao das nações pagãs»⁷⁰.

Apesar de não se encontrar referência pelo termo atual, os “leigos” existiam e de uma forma muito ativa. O Novo Testamento apresenta-os como “irmãos”. É de salientar a forma como os apóstolos e os autores das cartas se dirigiam às comunidades fundadas ou a pessoas concretas que eram escolhidas para guiar essas comunidades ou eram companheiros no trabalho evangelizador, tratando-os por “irmãos”.

A primeira comunidade cristã, e com um modelo apresentado por Lucas no segundo capítulo dos Atos dos Apóstolos, não se distinguia nem se dividia em clérigos e leigos⁷¹, pois «a preocupação principal daqueles primeiros crentes foi a de pregar a boa nova e não a de organizar a comunidade nascente»⁷².

Apesar de não haver preocupação em organizar a comunidade, haveria, no entanto, algumas distinções entre eles, destacando-se a figura de Pedro, dos Apóstolos e dos discípulos⁷³, que, e desconhecendo o seu número, «são a totalidade das pessoas que seguiram Jesus e que, depois da ascensão, foram aumentando devido à pregação dos apóstolos. São a Igreja incipiente. À frente dessa coletividade, Jesus colocou os apóstolos, os Doze, com a missão de velar por

⁷⁰ Juan Laboa, *Los laicos en la Iglesia* (Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003), 15.

⁷¹ Cf. Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 15.

⁷² Laboa, 15.

⁷³ Cf. Llorente, *Sacerdotes para o povo de Deus*, 42.

eles»⁷⁴. Ainda neste princípio da comunidade, aparecem os diáconos (Cf Act 6, 1-7) pela necessidade de acompanhar e auxiliar as viúvas e os órfãos.

Perante esta pequena organização que não era de todo formal e hierárquica, a ideia dos cristãos vistos como leigos e leigas surge pela assistência e hospitalidade que vão dando aos Apóstolos⁷⁵, «não faltando ocasionalmente “uma participação direta na pregação e no apostolado”. Nessa condição encontram-se, por exemplo, Maria de Jerusalém, mãe de João Marcos, cuja habitação em Jerusalém foi utilizada como lugar de reunião pelos seguidores de Jesus (cf At 12,12)»⁷⁶.

A participação de “leigos” na atividade evangelizadora e no cuidado das comunidades fundadas é essencial para o fortalecimento da comunidade em si e para o anúncio da Boa-Nova por meio do testemunho de vida da comunidade. Compreende-se melhor o contexto dos “leigos” na Igreja nascente a partir da primeira carta de S. Paulo aos Coríntios; no seu capítulo 12, Paulo faz referência à diversidade de dons do Espírito Santo:

A respeito dos dons do Espírito, irmãos, não quero que fiquéis na ignorância. Sabeis que, quando éreis pagãos, vos deixáveis arrastar, irresistivelmente, para os ídolos mudos. Por isso, quero que saibais que ninguém, falando sob a acção do Espírito Santo, pode dizer: «Jesus seja anátema», e ninguém pode dizer: «Jesus é Senhor», senão pelo Espírito Santo. Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo; há diversidade de serviços, mas o Senhor é o mesmo; há diversos modos de agir, mas é o mesmo Deus que realiza tudo em todos. A cada um é dada a manifestação do Espírito, para proveito comum. A um é dada, pela acção do Espírito, uma palavra de sabedoria; a outro, uma palavra de ciência, segundo o mesmo Espírito; a outro, a fé, no mesmo Espírito; a outro, o dom das curas, no único Espírito; ¹a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, a variedade de línguas; a outro, por fim, a interpretação das línguas. Tudo isto, porém, o realiza o único e o mesmo Espírito, distribuindo a cada um, conforme lhe apraz (1Cor 12, 1-11).

Esta passagem refere-se ao trabalho que cada um pode desempenhar em prol da comunidade. Esse trabalho, que nasce por meio dos dons que o Espírito Santo concede a cada um, apesar de individual, é colocado em favor de toda a comunidade para assim a fortalecer. E para concretizar a compreensão dessa dimensão, S. Paulo faz uma analogia ao corpo nos versículos seguintes: o corpo tem vários membros e todos trabalham em conjunto para o mesmo corpo; se um dos membros falha, o corpo já não responde da mesma e perfeita forma que respondia. Assim, a comunidade funciona como um corpo em que cada um tem uma função em prol do mesmo corpo.

⁷⁴ Llorente, *Sacerdotes para o povo de Deus*, 42.

⁷⁵ Cf. Antônio Almeida, *Leigos em quê?* (São Paulo: Paulinas, 2006), cap. 1, Kindle.

⁷⁶ Almeida, *Leigos em quê*, cap. 1.

Embora se possa interpretar, a partir do tempo do Novo Testamento, uma certa hierarquização ou organização interna da Igreja, «o Novo Testamento desconhece as categorias “hierarquia” e “laicato” (...), não sendo, portanto, nem legítimo nem possível procurar, nos escritos inspirados cristãos, o que é próprio e peculiar aos leigos, e o que é específico da hierarquia»⁷⁷.

Já se entendeu que o tempo da Igreja nascente da época do Novo Testamento não tinha a noção e a preocupação da organização interna da Igreja, e, menos ainda, a separação dos “irmãos” através do termo “leigo”, embora, como mencionado acima e analisado no ponto anterior sobre o sacerdócio, já havia indicações sobre alguma organização como os Apóstolos, os Bispos e os diáconos.

Sabemos que a nova fé se foi espalhando e ganhando cada vez mais discípulos; devido a isso, entra em confronto com as autoridades judaicas e com o Império Romano. Não porque os cristãos pretendessem um conflito, mas porque as duas forças opositoras viam-nos como adversários e inimigos, que colocavam à prova e em questão os grandes fundamentos da religião e da vida civil. Uma excelente visão sobre esse momento está presente numa obra apologética do século II, a “Carta a Diogneto”⁷⁸, na qual se observa a vida dos cristãos e o embate com a sua cultura, num verdadeiro diálogo entre a fé e a cultura. Esse processo expansivo do cristianismo trouxe com ele as perseguições e os martírios, momento histórico que iniciou uma mudança estrutural da Igreja.

Com o decorrer do tempo e das consequências que dele resultam, o vocabulário cristão também se foi alargando. O termo “leigo” aparece nos primeiros séculos pela mão de Clemente Romano na sua *Carta aos Coríntios* na qual «não indica nenhuma realidade cristã, mas compõe-se com alguns termos que indicam funções cultuais no Antigo Testamento (sumo sacerdote, sacerdotes, levitas), para argumentar, analogicamente, em favor da ordem na Igreja cristã: “o leigo é sujeito aos preceitos leigos”»⁷⁹. Apesar de não indicar nenhuma hierarquização, nota-se uma tentativa de diferenciar funções e, dessa forma, determinar o posto e o nome de cada uma das partes. A carta de Clemente referia-se à ideia da origem apostólica da autoridade dos presbíteros⁸⁰, tendo em conta que a «comunidade respondia a uma ordem estabelecida por Deus»⁸¹. Nesta altura era a comunidade que elegia o presbítero. E, com as recomendações da

⁷⁷ Antônio Almeida, *Novos Ministério – A necessidade de um salto à frente* (São Paulo: Paulinas, 2013), cap. 1, Kindle.

⁷⁸ *A Diogneto* (Lisboa: Livraria Alcala, 2001).

⁷⁹ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 2.

⁸⁰ Cf. Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 17.

⁸¹ Laboa, 17.

carta e a responsabilidade assumida pela pessoa eleita presbítero, denota-se já uma «subtil diferença de nível entre os presbíteros e a comunidade»⁸².

É a partir dos textos primitivos que se percebe que a organização hierárquica vai ganhando forma. Inácio de Antioquia apresenta o perfil da comunidade de forma hierárquica e vertical, destacando a figura do Bispo, que sem o qual «não se pode fazer nada na comunidade»⁸³. Também a *Tradição Apostólica* «escrita nos inícios do século III, apresenta e configura a escala hierárquica existente nas comunidades por meio dos ritos litúrgicos que acompanham e explicam a instituição dos diversos ofícios, segundo se se trata de bispos, sacerdotes, diáconos ou viúvas»⁸⁴.

Mesmo notando-se uma introdução de hierarquia dentro da Igreja, grande parte das conversões deve-se à ação evangelizadora dos “leigos”⁸⁵.

Os padres apostólicos (escritores do século II) mencionam leigos e leigas que colaboram com eles em suas atividades pastorais. (...) Nesse período, em alguns lugares, leigos têm o direito de pregar nas assembleias. Vemos leigos não só falando de Jesus Cristo a não-cristãos, mas pregando em público a título oficial⁸⁶.

Como religião perseguida, o Cristianismo teve de lutar contra as acusações de que era alvo e também contra heresias que foram aparecendo no seio da própria Igreja. Sobressai neste campo de argumentação a favor da fé verdadeira e na luta contra a perseguição intelectual e herética o trabalho de leigos que «se destacam como apologetas, propondo a fé cristã e argumentando a seu favor e contra os elementos da cultura grega e latina que se lhe opunham»⁸⁷.

Se os dois primeiros séculos não apresentam grande hierarquização e diferenciação entre responsáveis de comunidades e os “irmãos”, o século III trouxe a grande separação. Com o fim das perseguições ordenado pelo Imperador Constantino e com o Édito de Tessalónica que consagrou a religião Cristã como religião oficial do Império, o cristianismo teve uma necessidade urgente de se organizar. A forma mais fácil foi a de seguir os critérios já existentes da organização civil romana e aí «os possuidores do ministério eclesiástico, analogamente à repartição dos funcionários civis do Império Romano, pertencem a uma ordem hierárquica específica (*ordo*), concretamente ao *ordo sacerdotalis*, do qual se diferencia a *plebs*, os “leigos”»⁸⁸.

⁸² Laboa, 17.

⁸³ Laboa, 18.

⁸⁴ Laboa, 18.

⁸⁵ Cf. Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 2.

⁸⁶ Almeida, cap. 2.

⁸⁷ Almeida, *Novos Ministério – A necessidade de um salto à frente*, cap. 2.

⁸⁸ Greshake, *Ser Sacerdote hoy*, 26.

As consequências históricas desses acontecimentos levaram à enorme expansão do cristianismo, não tanto pela força do testemunho e anúncio da Palavra, mas pela obrigatoriedade de adesão à nova crença. Na sequência da organização hierárquica

no interior de cada comunidade local distinguem-se *ordo* e *plebs*, isto é, clérigos e leigos. [...] O vocabulário não podia ser mais claro. Se, com Clemente de Alexandria, aparecera, pela primeira vez, em contexto cristão, explicitamente referido à estrutura da Igreja, o termo “leigo”, coube a Tertuliano, nos primeiros anos do século III, dar-lhe o seu sentido técnico: o leigo é um não-sacerdote. Em Tertuliano, de facto, os leigos estão assimilados à *plebs* (o povo, a plebe), são distintos do *ordo sacerdotalis* ou *ordo ecclesiasticus*, ou seja, dos bispos, diáconos e, em geral, do clero, formado pelos chefes (*duces*) e pastores⁸⁹.

À medida que a Igreja se vai institucionalizando, a maioria das tarefas, senão todas, vai caindo para as mãos do clero, levando os leigos a deixarem de colaborar na vida da Igreja e nas comunidades⁹⁰. Neste tempo assiste-se a um aumento do número de «sacerdotes e à diminuição das funções e dos serviços que os leigos costumavam realizar em favor da comunidade»⁹¹.

Um outro fator que levou ao desaparecimento do “leigo” na colaboração que prestava à comunidade e ao clero foi a própria Eucaristia. «Na Igreja primitiva, a Eucaristia era essencialmente uma oração da comunidade quando esta se reunia em redor do bispo local e pessoas diferentes tinham diferentes papéis a desempenhar»⁹². Com a distinção hierárquica, a Eucaristia vai-se alterando e a própria estrutura arquitetónica marca esse sentido de separação em que

nas basílicas (...) se elevou a abside e a cátedra, apareceram as grades que enquadravam o presbitério ou os ícones orientais que ocultavam o espaço mais sagrado que, na realidade, serviam para separar os oficiantes dos espectadores, sacralizando-se um espaço reservado para o clero e materializando-se assim a divisão da comunidade em ordens, tradicionalmente distintas, mas agora separadas de facto: os clérigos e os leigos⁹³.

A mudança de pensamento e de ação na liturgia foi tal que, com o decorrer do tempo, «foi considerada suficiente a presença junto do sacerdote de um acólito, que “representava” o povo»⁹⁴. A própria liturgia contribuiu para o afastamento dos próprios leigos, pois os ritos e seus significados foram ficando cada vez mais complexos e a língua litúrgica, o latim, não era compreensível para o povo⁹⁵. Isso originou um afastamento da Eucaristia por parte dos leigos,

⁸⁹ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 3.

⁹⁰ Cf. Almeida, *Novos Ministério – A necessidade de um salto à frente*, cap. 2.

⁹¹ Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 21.

⁹² Holmes e Bickers, *História da Igreja Católica*, 150.

⁹³ Laboa, 21.

⁹⁴ Laboa, 23.

⁹⁵ Cf. Holmes e Bickers, 150.

levando a que no Concílio de Latrão (1215) se decidisse à obrigatoriedade de se comungar, pelo menos, uma vez ao ano⁹⁶.

Todas estas mudanças e tendências à separação vão sucedendo-se à medida que os presbíteros assumem funções pastorais, tal como está apresentado no ponto anterior. Esta hierarquização fechada no clero gera uma concepção de

paternalismo episcopal, [que] leva a uma explícita infantilização dos leigos e leigas: “O bispo amará os leigos como filhos, os fará crescer e os animará com o zelo do seu amor (...)”, por sua vez, “O leigo ame o leigo, ame também o bispo e o honre, respeite-o como a um pai, um senhor e um Deus, depois de Deus onipotente”⁹⁷.

A partir destes acontecimentos, a figura do laicado vai desaparecendo como fonte de cooperação e serviço na comunidade e com o clero, passando para uma desvalorização, sendo reduzido «a um estado de inferioridade e passividade»⁹⁸. É neste tempo também que a mulher leiga vê o seu papel rebaixado e, até, extinto da ação pastoral, sendo proibidas de batizar; e até nas eucaristias a ordem de se levantar era dada primeiro aos presbíteros, depois aos leigos e só depois às mulheres⁹⁹. É de notar que, nos primeiros séculos, os sacramentos do Batismo e até da Confissão eram presididos por leigos, embora isso suscitasse alguma inquietude na hierarquia¹⁰⁰.

Apesar das mudanças, separações e exclusões, os leigos ainda tiveram papéis muito importantes. Por exemplo, a eleição dos bispos ainda é do poder do Povo de Deus; este «dispõe do poder “de eleger bispos dignos e descartar os indignos”»¹⁰¹. Talvez o exemplo histórico mais conhecido seja o da escolha de Ambrósio de Milão que, sendo ainda catecúmeno, foi aclamado bispo pelo povo. Mas não é só na eleição dos bispos que os leigos vão desempenhando funções, apesar da clericalização do sistema. Os leigos também têm participação em concílios, como se deve igualmente a leigos de grande capacidade intelectual o papel que desempenharam no ensino e até na origem de escolas teológicas¹⁰².

Esta clericalização da Igreja não foi pacífica, nem deixou paralisados os leigos mais convictos. Vários movimentos se mostraram contra essa tendência hierárquica. Um dos movimentos mais fortes à época foi o montanismo, que procurava uma renovação eclesial,

⁹⁶ Cf. Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 23.

⁹⁷ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 3.

⁹⁸ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 3.

⁹⁹ Cf. Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 3.

¹⁰⁰ Cf. Laboa, 23-24.

¹⁰¹ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 4.

¹⁰² Cf. Laboa, 24.

defendendo que «o Paráclito era a única autoridade que deveria ser escutada e seguida, espírito que era derramado indistintamente sobre homens e mulheres, sobre clérigo ou leigo»¹⁰³.

A Igreja do tempo dos Apóstolos e dos primeiros séculos caracteriza-se por uma pequena comunidade que se vai espalhando por diversas regiões, fruto do trabalho missionário dos apóstolos e dos vários irmãos que ajudam na missão e na evangelização. O livro dos Atos dos Apóstolos e as Cartas apostólicas relatam-nos a vida da Igreja primitiva e o seu crescimento; a forma como as comunidades fundadas cresciam; a ligação que tinham à igreja “mãe” de Jerusalém; a forma como estavam organizadas. Da perseguição e martírio, esta comunidade ganhou espaço e aceitação, tornando-se religião oficial do Império Romano, o que levou a uma profissionalização dos cargos e ofícios, organizando-se e hierarquizando-se ao estilo civil. Isso provocou um afastamento dos “leigos” do trabalho cooperante com aqueles que eram os responsáveis das comunidades. O “leigo” foi perdendo espaço e lugar, numa Igreja que se tornou profundamente clerical e rigidamente hierárquica.

2.2.2.2. O Leigo e o seu papel ao longo da história da Igreja: na Idade Média

A Idade Média é «fundamentada numa visão eminentemente piramidal, uma abordagem unitária, orgânica e hierárquica da sociedade, em que coexistem os dois últimos elementos dirigentes: os pontífices e os reis»¹⁰⁴. É desta forma que se caracteriza a sociedade e a cultura medieval. Uns detêm todo o poder, outros apenas têm o papel de obedecer. Religiosamente, os leigos ocupariam o último lugar da pirâmide, pois não exercem funções sacras, e aqueles que vivem uma vida semelhante à de Cristo e dos Apóstolos ocupam o topo¹⁰⁵.

Não podemos deixar de lado que as invasões bárbaras e a queda do Império Romano do Ocidente trouxeram à vida medieval um cunho negativo. A vida devassa e imoral dos primeiros tempos da Idade Média influenciaram os cristãos; os ideais pagãos não tinham desaparecido e continuavam a ser realizados, mesmo pelos cristãos, às ocultas; membros do clero também se deixaram arrastar pelas tendências bárbaras da moral desses tempos; aproveita-se o sentido da fé das pessoas e a religião para fomentar um certo comércio religioso, embora não seja autêntica a sua “santidade”¹⁰⁶. Toda esta situação foi provocada, em grande parte, pelas invasões bárbaras e pelo choque entre culturas diferentes. Se a sociedade descendente do Império se encontrava num ponto de estruturação bem definido e estável, o embate com a nova realidade levou a que toda a vida ficasse desorientada.

¹⁰³ Laboa, 24.

¹⁰⁴ Laboa, 41.

¹⁰⁵ Cf. Laboa, 41.

¹⁰⁶ Cf. Daniel-Rops, *A Igreja dos tempos Bárbaros* (São Paulo: Quadrante, 1991), 253-254.

Estes tempos de terror levam ao desespero das populações, em que «os pagãos veem nele um castigo dos deuses por causa do abandono da antiga religião. Os cristãos perguntam-se porque é que os apóstolos e os mártires sepultados em Roma não protegeram a cidade. Deus quer castigar os pecados dos cristãos, dizem alguns»¹⁰⁷. Perante esses tempos obscuros reinava também a confusão civil, pois o Império tinha colapsado. A única instituição organizada era a Igreja e foi graças a essa estrutura organizada e a partir da ação dos bispos que a vida se foi regularizando¹⁰⁸.

Apesar de todos esses tempos sombrios, «a Europa foi fundada..., pois realmente foi desses tempos obscuros que ela saiu, depois de séculos de lentas transformações, de desenvolvimentos orgânicos, de avanços e recuos, de arrancadas para a luz e de recaídas na noite»¹⁰⁹.

Olhando a Idade Média pela moral e ética da sociedade, percebe-se que, a nível de hierarquia da Igreja, a tendência de separação entre clero e laicado acentua-se. É neste contexto histórico que vemos surgir os ideais de vida cristã, ou melhor, o modelo de perfeição que a sociedade deveria seguir. Questões relacionadas com leigos são fáceis de tratar, pois estes assumem a debilidade humana que é entregue ao mundo, às coisas temporais e terrenas e que, por isso, «não tomam parte ativa em ordem das coisas sagradas»¹¹⁰. Surge aqui uma mentalidade, uma espiritualidade, uma teologia de separação de dois polos: as coisas terrenas e profanas e as coisas celestes e espirituais – aos “leigos” as coisas terrenas, aos “clérigos” as coisas espirituais. Na Idade Média «a pouca estima da condição laical provavelmente deriva da aplicação de critérios ascéticos para distinguir e classificar os estados de vida: o mais perfeito é o mais afastado dos bens terrenos»¹¹¹.

Mas quem eram os leigos da Idade Média? A resposta é simples: todos os que não pertenciam ao clero ou à vida consagrada. Todos são o povo e nobreza. Há quem considere que os reis também são leigos, mas o rei cristão é um *Imperator sum et sacerdos*¹¹², isto é, o rei é visto como enviado por Deus, por isso ele pertence a uma “casta sacra”. A nobreza e os senhores feudais, embora sendo leigos, são diferentes dos outros “leigos”, pois o seu estatuto económico e categoria social levam-nos a ter influência dentro da própria Igreja. Nesta época, a hierarquia

¹⁰⁷ Jean Comby, *Para ler La Historia de La Iglesia – I. De los orígenes al siglo XV* (Navarra: Editorial Verbo Divino, 1993), 123-124.

¹⁰⁸ Cf. Comby, *Para ler La Historia de La Iglesia – I. De los orígenes al siglo XV*, 125.

¹⁰⁹ Daniel-Rops, *A Igreja dos tempos Bárbaros*, 268.

¹¹⁰ Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 42.

¹¹¹ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 6.

¹¹² Cf. Laboa, 43.

da Igreja dividia-se em «três categorias de cristãos: o clero, os leigos que governavam e os leigos passivos, os que eram governados»¹¹³.

É neste período que a vida monástica se desenvolve com muita força. É este tipo de vida que passa a constituir o ideal cristão: fora do mundo, ascética, pobre, austera... Mas é com estes monges que o Cristianismo consegue superar os seus anos de tribulação e o ideal de uma Europa surge; mais ainda, uma Europa Cristã:

Essa Igreja que no século V enfrentara sozinha o perigo do desmoronamento, que com São Bento reconstituíra as elites dirigentes, não cessou de preparar o renascimento da civilização nesses seiscentos anos em que trabalhou por Deus. Foi ela que, enviando os seus missionários ao núcleo das massas bárbaras e convertendo os reis, preparou a fusão das raças de que nasceria a Europa; foi ela que, nos seus conventos, protegeu os embriões da cultura e da arte. Infatigável, sem nunca desesperar, perseverou na sua tarefa gerações após gerações. E quando, após o curto amanhecer do reinado de Carlos Magno - para cuja glória tanto contribuiu -, as trevas se abateram novamente sobre o Ocidente, foi ela ainda quem impediu as forças da anarquia de destruir a Europa¹¹⁴.

Essa separação abissal entre mundo e céu, entre Igreja e mundo, entre vida consagrada e vida no mundo é muito marcante na Idade Média. Com o centralizar das funções pastorais nas mãos do clero, pois elas são funções sacras, os leigos também reagiram por serem sempre considerados menores. Esse descontentamento leva a uma

surpreendente afirmação de Bonifácio VIII: “O tempo nos mostrou que os leigos foram sempre hostis em demasia com o clero, pois, não contentes com as suas limitações, os leigos desejam coisas proibidas e dão rédea solta à busca da ganância ilícita” (*Clericis laicos*). Naturalmente, foram clérigos que determinaram que coisas estavam proibidas e para quem¹¹⁵.

Contudo, a participação laical não foi totalmente desvalorizada. Apesar de a maioria dos leigos pertencer ao terceiro estado, ao povo, os leigos mais eruditos tinham algumas participações. Embora não sejam participações dentro da vida das comunidades colaborando com o “pároco”, as suas participações dão-se em momentos decisivos da vida da Igreja: «Algumas práticas da Igreja Antiga prosseguem na Idade Média, como por exemplo, a participação dos leigos nos concílios»¹¹⁶.

Com o evoluir dos tempos, a sociedade vai-se estruturando, o Cristianismo volta a ter um monopólio espiritual e também temporal. A constituição de uma nação ou o início de um reinado era concedido pelo Papa. A vida da Igreja está “amarrada” nas mãos da hierarquia. Mas a Cruzada e a grande valorização da atividade económica vieram abalar o fundamento

¹¹³ Laboa, 43.

¹¹⁴ Daniel-Rops, *A Igreja das Catedrais e das Cruzadas* (São Paulo: Quadrante, 1993), 17.

¹¹⁵ Laboa, 43-44.

¹¹⁶ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 6.

centralista e clericalizado da Igreja. Uma nova forma de vida, um pensamento cultural renovado, fizeram surgir vozes descontentes no seio do laicado. São vários movimentos laicos que

manifestam o mal-estar de uma sociedade mais madura, mais consciente dos seus valores e da sua autonomia, da sua influência no curso da sociedade, e que, ao mesmo tempo, tenta sair da tutela tanto da Igreja institucional como do Império; mas significa também a coerência de uns fiéis a quem foi ensinado a conveniência de reproduzir a comunidade primitiva e que, depois de mostrarem com o exemplo, quiseram também com a sua palavra, muitas vezes ardente, ensinar a doutrina e reproduzir a própria vida de Cristo¹¹⁷.

A sociedade medieval, estratificada em apenas três grupos, era muito rígida, conflituosa, polarizada. O papel dos “leigos” foi desaparecendo ao longo da Idade Média. A própria decadência da hierarquia da Igreja, muitas vezes dominada pelos “leigos” nobres e das grandes famílias¹¹⁸, vão fazendo que o “leigo” comum, e também o “leigo” burguês que surgiu igualmente neste tempo, vá questionando a própria autoridade da Igreja, a moral dos seus chefes e o seu rígido ideal de santidade. Toda essa situação acabará por gerar movimentos reformistas que levam a Igreja a entrar em reforma.

O “leigo” da Idade Média é o simples obediente que tem de lutar pela sua salvação, pois não sendo parte da hierarquia ou não sendo consagrado, o simples facto de estar ocupado com as coisas terrenas¹¹⁹, leva-o a ser considerado como um «simples objeto[s] do ministério pastoral do clero»¹²⁰.

2.2.2.3. O Leigo e o seu papel ao longo da história da Igreja: da Modernidade aos nossos dias

No que à história da Igreja e à história dos leigos na Igreja diz respeito, estes tempos, também eles controversos, ficam marcados por dois grandes acontecimentos na vida da Igreja Católica: os dois maiores Concílios que definiram a vida, conduta, doutrina e organização da Igreja – Concílio de Trento e o Concílio Vaticano II. Um surge pela necessidade de responder aos ataques lançados por Lutero e pelo Protestantismo, o outro nasce pela necessidade de rever a postura da Igreja e o caminho que ela deve tomar perante um Mundo em mudança.

Daniel-Rops afirma que

As crises que abalam as sociedades humanas começam sempre por ser crises espirituais: os acontecimentos políticos e as convulsões sociais não fazem mais do que traduzir nos factos um

¹¹⁷ Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 46.

¹¹⁸ Cf. Daniel-Rops, *A Igreja das Catedrais e das Cruzadas*, 136-159.

¹¹⁹ Cf. Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 6.

¹²⁰ Laboa, 51.

desequilíbrio cuja causa é mais profunda. É nas secretas regiões da consciência, por meio da obscura dialética dos ideais e das paixões, que se elabora o destino do mundo; e as forças novas que fazem ruir os impérios são as mesmas que todo o homem [a humanidade] enfrenta nas trevas do seu coração cúmplice¹²¹.

É com esta crise de espírito da hierarquia eclesiástica que a ideia de reforma começa a entrar no interior da Igreja. Falta a confiança na hierarquia;

muitos sacerdotes não correspondem aos desejos dos fiéis exigentes, [...] interessados apenas pelas rendas dos seus bispados, muitos bispos acumulavam sedes episcopais, [...] não é possível contar com o papado para remediar os abusos. Buscam apenas dinheiro para as suas construções, entre outras a basílica de São Pedro, e suas festas, [...] vendem indulgências¹²².

Estamos perante uma Igreja com um espírito decadente, em que a hierarquia, que se afirmava ser a perfeição da vida cristã por seguir os passos de Jesus e dos Apóstolos, que não deveria possuir bens deste mundo, vivia as emoções mais míseras do espírito humano¹²³.

Perante as trevas do espírito da cúpula da Igreja «após a Reforma gregoriana, falou-se, muitas vezes, da necessidade de uma reforma da Igreja *in capite et in membris*, na cúpula e nas bases»¹²⁴. Vozes reformistas foram aparecendo, sempre com o intuito de reformar a Igreja e não de a fracionar. A grande voz reformadora é, sem dúvida, a de Lutero, mas até chegar a vez do seu expoente público, outras vozes fizeram o seu papel de tentar uma autêntica reforma cristã. Essas vozes não estavam contra a estrutura eclesiástica da Igreja, mas procuravam uma purificação; queriam que se sentisse a verdadeira pobreza evangélica e uma maior simplicidade¹²⁵. O objetivo dos reformadores era a de «renovar a Igreja das origens que consideravam traída pela Igreja romana»¹²⁶; até mesmo Lutero não procurava a divisão, sendo o próprio a condenar essas ideias:

Em primeiro lugar, eu peço que se cale o meu nome e que não se chamem “luteranos”, mas cristãos. Quem é Lutero? Como poderia, de facto, eu, pobre e fedorento saco de vermes, desejar que os filhos de Cristo [sic] se chamem com o meu condenado nome? Caros amigos, cancelemos os nomes de partido e chamemo-nos cristãos¹²⁷.

¹²¹ Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante* (São Paulo: Quadrante, 1996), 106.

¹²² Jean Comby, *Para ler La Historia de La Iglesia – 2. Del siglo XV al siglo XX* (Navarra: Editorial Verbo Divino, 1993), 14.

¹²³ Cf. Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante*, 124-129.

¹²⁴ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 12.

¹²⁵ Cf. Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 57.

¹²⁶ Laboa, 57.

¹²⁷ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 12.

E o que queriam estas vozes? Que reformas queriam? Retornar às origens, voltar a viver uma Igreja como a dos primeiros tempos¹²⁸. E que ligação têm as tentativas de reforma com os leigos? Todas elas dão um sentido importante aos leigos, com o objetivo de diminuir ou até mesmo acabar com a separação e o abismo existente entre clero e leigo; acabar com a ideia de que o único caminho de verdadeira santidade se baseia fora do mundo e numa vida de entrega total, isto é, pertencendo à hierarquia e à vida consagrada (de preferência fechada em clausura).

Não é errado afirmar que as reformas propostas estavam imbuídas de um espírito humanista do Renascimento, mas a base de que todas comungam é a Sagrada Escritura; toda a reforma partiu da Escritura, de onde se retirariam as normas para a vida da Igreja¹²⁹. Até à reforma de Lutero ouviram-se outras vozes que tentaram dar o seu contributo para purificarem a Igreja, embora, por vezes, demasiado violentas, como a de Wyclif¹³⁰.

No seu tratado *De Ecclesia*, Wyclif, insurge-se contra a tendência de que a Igreja era a hierarquia, defendendo que a Igreja «é a assembleia de eleitos, dos homens [dos humanos] que Deus salva, e só deles»¹³¹; apesar de não negar a necessidade da existência de uma autoridade na Igreja, defendia que a sua «validade dependia da conformidade do seu exercício com o Evangelho, e acabou por atribuir a todos os fiéis o poder de julgar, criticar e acusar o ministério dos sacerdotes que tivessem pecado gravemente contra o seu dever pastoral»¹³². Mas para que os leigos pudessem julgar a autoridade da Igreja a partir do Evangelho, eles teriam de os saber, por isso, Wyclif propunha aos leigos o dever de ler e de meditar a Escritura, com o objetivo de conhecer a «lei cristã que devem pôr em prática perante os poderes deste mundo»¹³³.

Outro agitador foi Huss¹³⁴, que defendia, tal como Wyclif, uma reforma baseada na Escritura. Crítico severo da conduta clerical da época, ensinava que

o cristão devia basear a sua fé apenas na Palavra de Deus, na Sagrada Escritura, que a Tradição era somente um conjunto de lendas e o primado romano um embuste do Anticristo (...) e que todos os bispos e clérigos, desde os cardeais até aos últimos monges, não passavam de instrumentos de Satanás¹³⁵.

Rejeitava a Confissão, a Confirmação, a Unção dos enfermos, o culto dos santos¹³⁶.

¹²⁸ Cf. Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 12.

¹²⁹ Cf. Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 12.

¹³⁰ Cf. Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante*, 150-154.

¹³¹ Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante*, 152.

¹³² Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 57.

¹³³ Laboa, 57.

¹³⁴ Cf. Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante*, 154-159.

¹³⁵ Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante*, 155.

¹³⁶ Cf. Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante*, 155-156.

Outros dois reformadores que se fizeram sentir na Igreja e que também influenciaram Lutero foram Marsílio de Pádua e Guilherme de Ockham. Marsílio defendia que todos os cristãos eram membros ativos da Igreja e que os pertencentes ao clero não eram apenas eles a Igreja e os responsáveis plenos da vida eclesial¹³⁷, afirmando que um concílio «representava o conjunto de todos os fiéis, e, conseqüentemente, os seus membros, tanto leigos como sacerdotes, deviam ser eleitos diretamente pelos fiéis»¹³⁸. Ockham também defendia um concílio que representasse toda a Igreja (leigos e clero), mas foi mais longe, atribuindo a infalibilidade também a todos os fiéis¹³⁹.

Apesar das tentativas reformistas, a hierarquia romana não mudou muito o seu comportamento e algumas atitudes. Estas, até mesmo de papas, foram escandalosas no campo moral, espiritual, doutrinário e temporal. Mas, o maior escândalo para o homem germânico que abalou a Igreja e a Europa Cristã foi o das indulgências¹⁴⁰ que prometiam a diminuição das penas do purgatório ou até mesmo a eternidade direta a troco de “boas esmolas”. Essas mesmas indulgências eram pregadas nas igrejas e havia toda uma propaganda montada para arrecadar o maior proveito. Aí, Lutero, encontrou o rastilho para a sua acusação a Roma e para um manifesto das “95 teses”.

Lutero justifica a sua doutrina com base na Escritura, afirmando até que os únicos sacramentos que deveriam existir são aqueles que estão formalmente apresentados na Escritura. Lutero vai ainda mais longe ao afirmar que a Igreja nasce da Escritura e que tudo depende da mesma¹⁴¹. Lutero justifica, com a Escritura, apenas dois sacramentos, o Batismo e a Eucaristia, embora mantenha também a possibilidade da Confissão. Mas no que à Eucaristia diz respeito, Lutero reforma-a: «A ceia celebrar-se-ia em alemão. Nega a possibilidade de se falar em sacrifício a propósito da ceia, mas mantém com firmeza a presença real»¹⁴². Como o anúncio da Palavra e os sacramentos precisavam de organização, Lutero defende que estes devem ser celebrados pelos príncipes, o que faz com que a necessidade de clero seja inexistente¹⁴³.

No que ao Povo de Deus diz respeito e às questões sobre “leigos” e clero, Lutero

afirmou que o Novo Testamento não chamava sacerdotes nem aos apóstolos nem a quantos tinham colaborado com eles. As palavras “sacerdote”, “cura”, “eclesiástico” e outras

¹³⁷ Cf. Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 58.

¹³⁸ Laboa, 58.

¹³⁹ Cf. Laboa, 58.

¹⁴⁰ Cf. Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante*, 265-269.

¹⁴¹ Cf. Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 12.

¹⁴² Jean Comby, *Para ler La Historia de La Iglesia – 2. Del siglo XV al siglo XX*, 19.

¹⁴³ Cf. Comby, *Para ler La Historia de La Iglesia – 2. Del siglo XV al siglo XX*, 19.

semelhantes foram despojadas do seu verdadeiro sentido ao serem aplicadas unicamente a um reduzido grupo de homens que se afastaram da massa¹⁴⁴.

Para Lutero não existe sacerdócio ministerial, o sacerdócio é universal, «o sacerdócio é próprio de todo o povo, cujos membros, por meio do batismo, foram incorporados ao corpo de Cristo»¹⁴⁵. Isto faz de todo o batizado um sacerdote que deve proclamar o Evangelho e oferecer sacrifícios espirituais e que é sacerdote na comunidade, que é povo sacerdotal em comunhão com Cristo Sacerdote¹⁴⁶. Apesar de rejeitar o sacerdócio que separa e diferencia, Lutero e a doutrina protestante, defendem um ministério eclesiástico, mas que «está radicado no sacerdócio dos fiéis e reduz-se a uma mera função específica desse sacerdócio e da unidade da *congregatio sanctorum*»¹⁴⁷.

A doutrina protestante de Lutero e Calvino sobre o sacerdócio dos fiéis não termina com uma organização ou uma espécie de hierarquia; como já referido, Lutero dava aos príncipes a função de celebrar os sacramentos e de pregar a Escritura, mas havia a necessidade de uma organização e dessa necessidade surge a distinção entre sacerdote e ministro. Todos são sacerdotes, mas nem todos são ministros; ser ministro, para o protestantismo, «era apenas uma especialização do sacerdócio universal, uma delegação dos fiéis»¹⁴⁸.

A grande diferença entre o protestantismo e o catolicismo - para além das questões sobre os sacramentos, sobre a doutrina da graça e da Justificação, das questões da *Sola Fidei* e *Sola Scriptura* - estava centrada na liturgia eucarística: para os católicos, a Eucaristia era a celebração do sacrifício de Jesus (e para isso era necessário o sacerdote que oferecesse o sacrifício); para os protestantes, a Eucaristia não é sacrifício, embora aceitem e defendam a presença real de Cristo na Eucaristia. Se a Eucaristia não é sacrifício, cai por terra o ideal do sacerdote ser apenas ministro do sacrifício, pelo qual apenas o sacerdote, pode oferecer esse mesmo sacrifício. Para além da diferença sacrificial da Eucaristia, está também a mudança de ritos e rituais da mesma, como também o uso da língua vernácula e a tradução da Bíblia também para a língua vernácula.

A Igreja Católica reagiu à Reforma Protestante, ficando esta reação conhecida na História por Contra-Reforma, por ser uma resposta à separação Protestante. Do Concílio de Trento ficou firmada a posição da Igreja Católica nos vários campos, desde o dogmático à pastoral. Este Concílio foi de uma importância capital que influenciou a vida da Igreja durante séculos e, ainda hoje depois do Vaticano II, faz sentir a sua sombra, principalmente na pastoral.

¹⁴⁴ Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 59.

¹⁴⁵ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 12.

¹⁴⁶ Cf. Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 12.

¹⁴⁷ Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 12.

¹⁴⁸ Laboa, 61.

Não foi um concílio apenas para contra-atacar, foi um concílio controverso, com várias vicissitudes¹⁴⁹, mas acabou por ser participado por «homens de uma competência insigne, bons conhecedores da teologia, da patrística, do direito canônico e da Escritura»¹⁵⁰.

Deste modo, o Concílio de Trento determinou que a Sagrada Escritura, em todos os seus Livros, e a tradição que foi transmitida são aceites e creditados pela Igreja; que não basta as obras ou a Lei para se justificar, é necessária a Graça que vem de Jesus Cristo e que o ser humano tem livre-arbítrio e que a sua ação é ativa e cooperadora com Deus; defende e reitera que os sacramentos são sete, nem mais nem menos; que a Eucaristia é um sacrifício e que nela está real e verdadeira presença de Cristo; a missa deve seguir os cânones definidos pela Igreja romana e que deve ser celebrada em latim; reitera que no Novo Testamento é referido um sacerdócio visível e externo em que há a potestade de consagrar, oferecer o Corpo e Sangue de Jesus¹⁵¹. Estas determinações são acompanhadas pela expressão “*anatema sit*” (seja anátema, colocado fora) com o objetivo de combater as heresias protestantes.

Estas prerrogativas de Trento aumentaram ainda mais o fosso entre leigos e hierarquia, nomeadamente na liturgia, onde a separação física de leigos e presbíteros era bem demarcada; havia uma grande incompreensão da liturgia por parte dos leigos, pois estes já não compreendiam o latim; a leitura da Bíblia fica quase e exclusivamente para os clérigos, pois a sua tradução para línguas vernáculas foi proibida; tudo o que tivesse a ver com o “eclesial” era, apenas, da responsabilidade do clero¹⁵².

Em matéria sobre os leigos, Trento foi profundamente clerical não tendo em atenção o que os reformadores pediam sobre a vida laical, remetendo que «os leigos, em qualquer atividade paroquial em que se encontrassem, deviam ser vigiados pelos seus párocos apoiados pelo bispo»¹⁵³.

Afirmar, no entanto, que Trento não deu a devida atenção ao Povo de Deus é uma falácia. Com o Concílio de Trento nascem os seminários, casas de formação

em que se admitirão tanto ricos como pobres, os futuros sacerdotes receberão simultaneamente uma instrução intelectual sólida nas artes liberais, uma educação religiosa "sobre a Sagrada Escritura, os escritos dos Santos Padres, a vida dos santos e tudo o que é necessário para administrar bem os sacramentos, particularmente o da penitência", assim como uma formação

¹⁴⁹ Cf. Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – II. A reforma católica* (São Paulo: Quadrante, 1999), 85-105.

¹⁵⁰ Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – II. A reforma católica*, 106.

¹⁵¹ Cf. Comby, *Para ler La Historia de La Iglesia – 2. Del siglo XV al siglo XX*, 33-34.

¹⁵² Cf. Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 62.

¹⁵³ Laboa, 66.

moral que os habilitará para a sua grande missão. Todos os bispos são convidados a ter um seminário na sua diocese¹⁵⁴.

Essas casas têm como objetivos formar os novos sacerdotes e também ajudar o Povo de Deus a compreender as questões da fé. Para além dos seminários e para combater uma certa ignorância sobre questões de fé e de religião que os leigos tinham, Trento aplica-se na formação doutrinal e espiritual aproveitando

os colégios dos Jesuítas e as Obras Pias, as Escolas da Doutrina Cristã (Milão 1536), os Oratórios de São Filipe Néri, o catecismo explicado nas paróquias e em diversas instituições para jovens, a homilia dominical, mais preparada do que nunca, e uma profusão de obras impressas tanto instrutivas como piedosas colaboram eficazmente na formação dos leigos preparados¹⁵⁵.

O Concílio de Trento (1545-1563) foi deveras importante pois a sua “doutrina” conduziu o funcionamento da Igreja Católica durante séculos e, ainda hoje, se faz sentir de várias formas na comunidade. Mas os tempos foram passando e a sociedade evoluiu em vários setores e aspetos da vida humana; os séculos XVIII e XIX trouxeram novas ideologias e conceitos vários que confrontavam a doutrina e o caminho que Trento tinha promulgado. Os ideais modernistas da época levaram a Igreja Católica a manter uma posição estática em relação aos novos movimentos laicais que foram surgindo, comprometendo-se com a separação abissal entre clero e laicado; nem mesmo algumas vozes reformadoras e o Concílio Vaticano I foram capazes de mudar alguma conduta em relação aos leigos¹⁵⁶.

Novos ventos, no entanto, sopraram. A efervescência de reformas pairava no oxigénio da Igreja Católica, nomeadamente no campo litúrgico e pastoral. Os movimentos laicais que foram aparecendo no decorrer dos séculos XIX e XX foram essenciais para levar a hierarquia da Igreja a repensar o seu papel; a mudança radical que transformara o mundo em poucos anos fizera também que a Igreja percebesse como poderia estar neste mundo moderno e como poderia contribuir e dar-se a conhecer a «todos os homens [a toda pessoa] de boa vontade»¹⁵⁷.

O Concílio Ecuménico do Vaticano II é um marco importantíssimo na história do catolicismo. Depois do Concílio de Trento, o Vaticano II é o episódio mais marcante na vida eclesial. Estamos perante dois Concílios que formaram a vida da Igreja, formularam doutrinas, cânones, códigos, liturgias, catequeses, vida espiritual, organização diocesana e paroquial, formação intelectual, humana e espiritual e o funcionamento da hierarquia da Igreja.

¹⁵⁴ Daniel-Rops, *A Igreja da Renascença e da Reforma – II. A reforma católica*, 113.

¹⁵⁵ Laboa, *Los laicos en la Iglesia*, 68.

¹⁵⁶ Cf. Laboa, 77-86.

¹⁵⁷ João XXIII, *Carta Encíclica Pacem in Terris*, https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html (acedido a 13/06/2022).

No que aos leigos diz respeito, se Trento, apesar da formação catequética iniciada e da obrigatoriedade da homilia que explique a Escritura, deixou de lado qualquer ação dos leigos na vida da Igreja, nomeadamente na ação pastoral de cooperação nas paróquias, já o Vaticano II não inventa nada de novo, apenas vai às fontes, à Escritura e à Tradição, em que busca reconhecer e perceber o lugar e o papel do leigo na Igreja. O Leigo torna-se um tema central no Concílio Vaticano II, pois o grande objetivo do Concílio é «fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições suscetíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja» (SC, 1).

Logo de início o Concílio reconhece o sacerdócio universal dos fiéis, não deixando, porém, de marcar a diferença existente entre “sacerdócio comum dos fiéis” e “sacerdócio ministerial” indicado como está no número dez da *Lumen Gentium*:

Cristo Nosso Senhor, Pontífice escolhido de entre os homens (cfr. Hebr. 5, 1-5), fez do novo povo um “reino sacerdotal para seu Deus e Pai” (Apor. 1,6; cfr. 5, 9-10). Na verdade, os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cfr. 1 Ped. 2, 4-10). Por isso, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e louvando a Deus (cfr. Act., 2, 42-47), ofereçam-se a si mesmos como hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus (cfr. Roma 12,1), deem testemunho de Cristo em toda a parte e àqueles que lha pedirem deem razão da esperança da vida eterna que neles habita (cfr. 1 Ped. 3,15). O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico, embora se diferenciem essencialmente e não apenas em grau, ordenam-se mutuamente um ao outro; pois um e outro participam, a seu modo, do único sacerdócio de Cristo. Com efeito, o sacerdote ministerial, pelo seu poder sagrado, forma e conduz o povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico fazendo as vezes de Cristo e oferece-o a Deus em nome de todo o povo; os fiéis, por sua parte, concorrem para a oblação da Eucaristia em virtude do seu sacerdócio real, que eles exercem na receção dos sacramentos, na oração e ação de graças, no testemunho da santidade de vida, na abnegação e na caridade operosa¹⁵⁸ (*Lumen Gentium*, 10).

O Concílio compreende que

se é verdade que todas as coisas que se disseram a respeito do Povo de Deus se dirigem igualmente aos leigos, aos religiosos e aos clérigos, algumas, contudo, pertencem de modo particular aos leigos, homens e mulheres, em razão do seu estado e missão [...]. Os sagrados pastores conhecem, com efeito, perfeitamente quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Pois eles próprios sabem que não foram instituídos por Cristo para se encarregarem por

¹⁵⁸ Concílio Vaticano II, *A santa Igreja, Constituição dogmática “Lumen Gentium”*, (Braga: Editorial A.O., 1987), 21.

si sós de toda a missão salvadora da Igreja para com o mundo, mas que o seu cargo sublime consiste em pastorear de tal modo os fiéis e de tal modo reconhecer os seus serviços e carismas, que todos, cada um segundo o seu modo próprio, cooperem na obra comum (LG, 30).

Determina de igual forma que os presbíteros devem fomentar a cooperação e responsabilidades assumidas pelos Leigos na Igreja, atribuindo-lhes cargos (Cf. LG, 37).

Quanto à ação apostólica dos leigos, o Sagrado Concílio defende que essa ação «deriva da própria vocação cristã»¹⁵⁹ (*Apostolicam Actuositatem*, 1), que ela mesma é testemunhada pela Sagrada Escritura quanto aos inícios da Igreja (Cf. AA, 1) e que a sua ação, fruto da participação do múnus sacerdotal, profético e real, é a de anunciar o Evangelho no mundo (Cf. AA, 2). O mesmo Concílio afirma que

a sua ação dentro das comunidades eclesiais é tão necessária que, sem ela, o próprio apostolado dos pastores não pode conseguir, a maior parte das vezes, todo o seu efeito [...] à imagem daqueles homens e mulheres que ajudavam Paulo na propagação do Evangelho (cfr. Act. 18, 18, 20; Rom. 16, 3) (AA, 10).

Por isso, a Igreja chama os leigos «a trabalhar na paróquia intimamente unidos aos seus sacerdotes, a trazer para a comunidade eclesial os próprios problemas e os do mundo e as questões que dizem respeito à salvação dos homens» (AA, 10).

Estes dois grandes Concílios na vida da Igreja marcam o pensamento da cultura em que viviam e o pensamento que sentiam sobre a Igreja, a Hierarquia e sobre os leigos. Se num primeiro momento a Igreja seguiu uma linha de divisão e separação entre clero e leigos, confirmando a passividade deste último na vida da Igreja, o Vaticano II repõe o pensamento das “fontes”, em que os leigos são parte ativa no ministério da Igreja.

2.3. Pastor e ovelha/rebanho: a dificuldade da compreensão das imagens “de sempre” numa cultura citadina, empresarial e tecnológica

Depois de abordadas as figuras do sacerdote e do leigo na história da Igreja e o seu papel, olha-se agora para um tema que pode suscitar alguma incompreensão na linguagem que ainda se utiliza no meio pastoral.

No mundo da comunicação, as palavras e as imagens assumem uma importância fulcral. O cuidado que se deve ter com elas é importante, pois o significado que elas possuem é poderoso, mas a interpretação que delas é feita pode tornar-se perigosa, incompreensível ou desajustada.

¹⁵⁹ Concílio Vaticano II, *Apostolado dos Leigos, Decreto conciliar “Apostolicam Actuositatem”* (Braga: Editorial A.O., 1987), 5.

Neste ponto iremos refletir sobre duas palavras/imagens que nos querem mostrar um significado e uma ideia, que atualmente podem já não ser tão compreensíveis.

Sophia de Mello Breyner Andresen, na sua obra *O Cristo Cigano*, dá-nos um mote para entender aquilo que tentamos propor neste ponto:

O que foi antigamente manhã limpa

Sereno amor das coisas e da vida

É hoje busca desesperada busca

*De um corpo cuja face me é oculta*¹⁶⁰

De facto, a compreensão atual que fazemos ou o significado que ainda tem e que pode não estar a ser acompanhado pela cultura atual das palavras ou imagens que continuam a ser propostas, podem estar ocultas perante as mentes hodiernas, isto é, o seu significado que, devido à cultura dominante daquela época, era facilmente compreendido, é agora incompreendido e até recusado perante o mundo novo em que habita. As palavras ou imagens que estamos a debater neste ponto são “Pastor” e “Ovelha”.

“Pastor” e “Ovelha” são imagens e palavras fortes no contexto bíblico e eclesial. Nos Evangelhos encontram-se várias referências a estas e outras expressões da linguagem e do mundo agrícola/rural. Pastoralmente, elas dão mote a várias reflexões a partir do Domingo do Bom Pastor, em que se entende Cristo como o Bom Pastor e o povo como as ovelhas. Mas, numa pastoral que se procura renovar e entusiasmar na cultura moderna, tais palavras e imagens podem já não ter a força que assumiam no passado. Não se tenta aqui fechar o seu poderoso, tradicional e belo significado que assumem e transmitem, o objetivo é pôr em questão a sua compreensão pastoral atual: no mundo da tecnologia, da modernidade, da vida digital e laboral, estas palavras e imagens bucólicas podem já não fazer sentido e serem até recusadas, pois

a imagem do “pastor e das ovelhas” evoca atitudes de domínio, de controlo, de paternalismo e do correspondente súbdito “cordeirinho”. O “rebanho” é visto como constituído de ovelhas que não podem dirigir os seus atos, não sabem onde encontrar as pastagens e, se não for a presença controladora do pastor, elas acabam por se perder e morrer às garras dos lobos¹⁶¹.

Numa pastoral renovada - que procura uma maior participação e envolvimento dos leigos e, até, que estes possam assumir tarefas e papéis importantes na direção e cura pastoral, construção e evangelização da Igreja - parece, de facto, que a associação destas palavras e

¹⁶⁰ Sophia Andresen, *Trevas*, in *O Cristo Cigano*, (Editorial Caminho, 2005), 23.

¹⁶¹ *Bom Pastor: a “imagem que dá o que falar”*, <https://www.ihu.unisinos.br/608611-bom-pastor-a-imagem-que-da-o-que-falar> (acedido a 29/03/2022).

imagens já não são tão fortes e vivas. Se, numa pastoral renovada, se desejam pessoas ativas e alegres, não se pode continuar a dizer que elas são as “ovelhas” ou os “cordeirinhos” que apenas seguem o seu “pastor”, que apenas têm que sair do estábulo e ir para o melhor campo e comer a boa erva, descansar, e ao final do dia voltar para o estábulo já saciadas; como também ter a imagem do pároco, como o “pastor” que vai buscar as suas “ovelhas”, que as leva até à pastagem e fica a guardá-las, por vezes com a ajuda de um “cão-pastor” (quem será este “cão-pastor” na pastoral?), e que ao fim do dia de pastagem regressa a casa levando-as novamente para o estábulo, não parece ser a melhor imagem ou associação que possamos apresentar e ter para a Igreja atualmente.

2.3.1. As imagens da vida quotidiana ao longo da História

Obviamente que o objetivo, como fora já afirmado, não é suprimir estas palavras/imagens do léxico eclesial ou simplesmente afirmar que elas já não servem para a vida da Igreja e que o Domingo do Bom Pastor já não tem sentido. Não! O objetivo é ter uma linguagem adequada e entendível no nosso tempo. Mas, para que não se fique apenas pela contraposição destas palavras/imagens, convém, primeiro, apresentar de que modo elas se associam à vida eclesial ou a Cristo e ao povo de Deus e como elas foram prosperando e fazendo sentido ao longo dos tempos.

Sabemos que a linguagem e as imagens que ela suscita acompanham a cultura de cada época. Historicamente, e de algum modo, a evolução humana esteve associada às mudanças que o próprio ser humano foi gerando ao longo dos tempos, influenciando o seu modo de vida. Um dos maiores e controversos saltos na história da Humanidade foi a denominada “revolução agrícola”, que moldou e determinou um novo rumo na vida do ser humano.

A partir desse momento, o ser humano passou a dedicar «quase todo o seu tempo e esforço a manipular as vidas de algumas espécies de animais e plantas. Do nascer ao pôr-do-Sol, os seres humanos deitaram sementes à terra, regaram plantas, arrancaram ervas daninhas do solo e conduziram ovelhas para melhores pastos»¹⁶². O conjunto destas novas tarefas absorveu a disponibilidade do *Sapiens* que passou a ocupar todo o seu tempo nos trabalhos agrícolas e pastorícios; esta situação levou as pessoas que se dedicavam a estas atividades a começarem a fixar-se nos lugares próximos ou mesmo nos lugares de cultivo e pastos, gerando, conseqüentemente, uma mudança de vida¹⁶³. A “revolução agrícola” não só moldou a relação do ser humano com a natureza, mas também as relações entre estes.

¹⁶² Yuval Harari, *Sapiens, de Animais a Deuses*, (Amadora: Elsinore, 2018), 99.

¹⁶³ Cf. Yuval Harari, *Sapiens, de Animais a Deuses*, 99.

A grande maioria dos agricultores vivia em povoamentos permanentes; só alguns eram pastores nómadas. [...] Os camponeses [...] passavam a maior parte dos dias a trabalhar um pequeno terreno ou pomar e as suas vidas domésticas estavam centradas numa exígua estrutura de madeira, pedra ou lama, que não media mais do que algumas dezenas de metros: a casa¹⁶⁴.

Esta evolução de vida, das técnicas de cultivo, do tempo gasto nas tarefas e, sobretudo, nos excedentes produzidos «acompanhados pelas novas tecnologias de transporte, acabaram por permitir que cada vez mais pessoas se reunissem, primeiro em grandes aldeias, depois em vilas e por fim em cidades, todas elas unidas por novos reinos e redes comerciais»¹⁶⁵.

O impacto da “revolução agrícola” foi de tal modo profundo que modificou toda a vida do *Sapiens*. De recolector ou caçador-recolector passou a agricultor e pastor, começando a fixar-se em territórios e a criar relações de comunidade e entre várias comunidades, ao contrário dos caçadores-recolectores que vagueavam por vastos territórios. Este fixar-se levou à origem de comunidades institucionais, com governos e políticas de vida comum para que pudessem conviver. A humanidade evoluiu a passos largos e as imagens culturais acompanharam esse ritmo evolutivo.

Tendo compreendido este processo evolutivo da passagem de uma “sociedade” errante em busca da sobrevivência para uma sociedade agrícola e fixa em terrenos mais pequenos, chegou o momento de olharmos para a questão das palavras/imagens que se pretende analisar.

Para se compreender a imagem do pastor, é necessário atender ao processo que levou a transpor uma realidade quotidiana da pastorícia para a imagem bíblico-teológica do “pastor”. É necessário ter em atenção que, «durante toda a época bíblica, na Palestina, a pastorícia, com a agricultura, foi a base da economia do país»¹⁶⁶. Esta era uma realidade muito comum na Palestina ao longo de todo o Antigo Testamento e, ainda, no tempo de Jesus.

A partir desta realidade do quotidiano, passou a utilizar-se o termo «“pastor” como designação de um soberano divino ou humano»¹⁶⁷. Assim, aquele a quem se atribuía o título de pastor era visto como

um homem forte, capaz de defender o seu rebanho contra os animais selvagens (1 Sm 17, 34-37; cf. Mt 10, 16; At 20, 29); é também delicado com as suas ovelhas, conhecendo o seu estado (Pr 27, 23), adaptando-se à sua situação (Gn 33, 13s), levando-as em seus braços (Is 40, 11),

¹⁶⁴ Harari, 123-124.

¹⁶⁵ Harari, 127.

¹⁶⁶ Aa. Vv., *Grande Lessico del Nuovo Testamento*, (Bélgica: Paideia, 1975) (vol. X), coluna 1194.

¹⁶⁷ Rudolf Schnackenburg, *El Evangelio según San Juan – II Versión y comentario*, (Barcelona: Herder, 1980), 368.

querendo com carinho a uma e a outra “como sua filha” (2 Sm 12, 3) a sua caridade não se discute, está fundada na entrega e no amor¹⁶⁸.

Fala-se, portanto, de alguém que vive para e com o rebanho, com tudo o que isso significa.

No contexto bíblico,

a metáfora do pastor que conduz o seu rebanho, profundamente enraizada na experiência dos “arameus nómadas” (Dt 26,5) que foram os patriarcas de Israel no meio de uma civilização de pastores (cf. Gn 4, 2), expressa admiravelmente dois aspetos, aparentemente contrários e com frequência separados, da autoridade exercida sobre os homens [a humanidade]¹⁶⁹,

onde o pastor é visto como um companheiro, forte, delicado com as suas ovelhas e a sua autoridade funda-se na entrega e no amor. Esta metáfora do “pastor” «passa assim a descrever o comportamento de Deus, o seu “cuidar de” alguns homens [algumas pessoas]»¹⁷⁰. Desta forma, compreende-se a plenitude desta metáfora no texto joanino onde «em Jo 10, 11-15, o pastor não apresenta nenhuma característica soberana»¹⁷¹, manifestando que não se trata de um poder pelo poder, mas sim de um poder que é dador de vida.

Embora a simbologia do “pastor” e do “rebanho” esteja muito vincada na cultura hebraica e bíblica, já a cultura do Antigo Médio Oriente utilizava tal associação, vindo a influenciar a cultura hebraica. «No antigo Oriente (Babilónia, Assíria) os reis consideravam-se facilmente como pastores, aos que a divindade tinha confiado o serviço de reunir e de cuidar as ovelhas do rebanho»¹⁷² notando-se um claro paralelismo entre o pastor que conduz o seu rebanho e o rei que deve governar o seu povo com os mesmos cuidados que o pastor tem com o seu rebanho. Daí que

a apreciação pelo pastor, que conduz ao pasto o seu rebanho e o protege dos animais selvagens, manifesta-se no facto que, no antigo Oriente, o título de “Pastor” é um dos mais utilizados pelos soberanos. Os sinais do rei egípcio, o assim chamado flagelo e o cetro, eram, na origem, as marcas do pastor, isto é, a folhagem para afastar as moscas e o cajado¹⁷³.

Estes símbolos do faraó demonstram-nos perfeitamente como existiu uma transposição da imagem do pastor comum para os soberanos das nações, cuja missão para com os seus súbditos se assemelha à função do pastor para com o seu rebanho.

Assim, o rei torna-se um “rei-pastor” e,

¹⁶⁸ Xavier Léon-Dufour, *Vocabulario de Teología Bíblica*, (Barcelona: Herder, 1976), 651.

¹⁶⁹ Léon-Dufour, *Vocabulario de Teología Bíblica*, 651.

¹⁷⁰ Elena Bosetti, *La Tenda e il Bastone – Figuri e Simboli della Pastorale Biblica*, (Milão: Paulinas, 1992), 9.

¹⁷¹ Rudolf Schnackenburg, *El Evangelio según San Juan – II Versión y comentario*, 368.

¹⁷² Léon-Dufour, *Vocabulario de Teología Bíblica* (Barcelona: Herder, 1976), 651.

¹⁷³ Manfred Lurker, *Dizionario delle Immagini e dei Simboli Biblici* (Milão: Paulinas, 1998), 149.

com este título, associado a um grande número de atributos que se repetem em fórmulas fixas, o estilo cortês com que se exalta o rei, e que a ele se indica como o portador de salvação escolhido pela divindade. Reunir os dispersos, governar igualmente, cuidar dos débeis são os sinais do ofício pastoral dos soberanos¹⁷⁴.

Com o fenómeno da divinização dos soberanos, «o rei designa-se como pastor investido por Deus; o ato de “apascentar” é uma imagem da sua tarefa de governo»¹⁷⁵. Este poder divino dos reis e soberanos das nações foi assim visto até ao fim do absolutismo régio que se verificou na Europa e noutras partes do mundo.

Depois de percorrido este trajeto histórico e introdutório, podemos falar da conceção de um “Deus-pastor” e, conseqüentemente, de uma teologia do pastor, que abre caminho para a conceção do povo de Deus como rebanho de Deus.

Esta Imagem do “Pastor” e da “ovelha/rebanho” entranhou-se na cultura hebraica pela influência das culturas que a circundavam e pelo tipo de vida que o povo tinha. Esta é a cultura, a religiosidade e a economia que Jesus encontra. Por isso, as parábolas de Jesus tocam o quotidiano das pessoas e estas são compreensíveis, pois são linguagem e imagens do dia-a-dia daquele povo; era «uma sociedade agrária, com uma economia de mercado bastante rudimentar»¹⁷⁶.

Naquele tempo, essas comparações e imagens faziam sentido e eram facilmente apreendidas; hoje, no entanto, é bem mais difícil captar e intuir o pleno sentido que essas mesmas imagens veiculam. Nesse sentido, torna-se necessário apresentar imagens mais consentâneas com a cultura hodierna, alheia a um mundo agrícola e pastorício, imersa como está num ambiente tecnológico e mormente citadino.

2.3.2. De Pastor a Guia

Perante as dificuldades, já apresentadas, da compreensão das imagens/palavras, cabe agora, neste ponto, apresentar imagens que possam ser compreensíveis na cultura atual.

Nos últimos tempos tem surgido alguma literatura e literatura teológica e pastoral (que será utilizada, nomeadamente, no terceiro capítulo deste trabalho) que já abordam este “problema” e apresentam uma palavra/imagem muito marcante do nosso quotidiano, especificamente, do mundo laboral/empresarial: *Líder*. Ao mesmo tempo que se compreendem e se aceitam as justificações para a utilização de tal expressão, parece que ela ainda acarreta uma conotação algo negativa, muito “ego-centralizada” numa só pessoa; mesmo recorrendo a

¹⁷⁴ Aa. Vv., *Grande Lessico del Nuovo Testamento* (Bélgica: Paideia, 1975) (vol. X), coluna 1195-1196.

¹⁷⁵ Joseph Ratzinger, *Jesus de Nazaré* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2007), 341-342.

¹⁷⁶ Diogo Freitas do Amaral, *As ideias sociais e políticas de Jesus Cristo*, (Lisboa: Bertrand Editora, 2019), 47.

adjetivos como *Liderança Servidora* (título do trabalho de Simon Ayogu), o efeito negativo continua a macular a expressão, bem como o peso das ideologias políticas totalitárias que assolaram a Europa não há muito tempo, ou a imagem do “patrão” carrancudo e frio da empresa, que não dá hipótese para qualquer falha humana no sistema.

Perante isso, a expressão/imagem que se apresenta é a do *Guia*. E para apresentar a ideia proposta vai-se recorrer de uma planificação já existente dentro da sociedade e da própria Igreja. A forma como os Escuteiros¹⁷⁷ e os Escoteiros¹⁷⁸ se organizam nas suas várias equipas ou patrulhas é interessante e poderá ser uma boa ferramenta de base para uma reorganização pastoral das comunidades paroquiais.

A organização de uma patrulha ou equipa baseia-se pelos cargos inerentes à constituição do pequeno grupo. Assim, uma equipa/patrulha é constituída por: um guia, um sub-guia, um secretário, um tesoureiro, um guarda-material, um socorrista, um animador, um informático¹⁷⁹. Os cargos de cada equipa/patrulha podem ser designados pelo guia, competindo-lhe «a nomeação dos outros cargos, tendo em conta as características de cada um dos Escuteiros»¹⁸⁰, ou «são escolhidos dentro da Patrulha por eleição ou comum acordo»¹⁸¹. Estando a equipa/patrulha formada, ela começa a trabalhar em conjunto. É interessante também que «por ser uma tarefa de grande responsabilidade, o Guia não pode, em hipótese alguma, acumular com outro cargo»¹⁸².

Mas o cargo de guia acarreta funções de grande responsabilidade. Compete ao guia a responsabilidade pela «formação de cada elemento»¹⁸³ da equipa/patrulha; ele deve «conhecer todos os seus elementos, as suas dificuldades, necessidades e interesses. Só assim pode instruir e ajudar os seus elementos a superar as dificuldades que têm em algumas provas»¹⁸⁴. Não se pode excluir a ideia de que o guia de patrulha faz parte da própria patrulha, ele está presente em

¹⁷⁷ <https://escutismo.pt/> (acedido a 05/04/2022).

¹⁷⁸ *Escotismo para todos*. <https://escoteiros.pt/escoteiros-de-portugal/escotismo-para-todos/> (acedido a 05/04/2022).

¹⁷⁹ Cf. *Como se organizam os Pioneiros/Marinheiros?*, <http://pioneiros-marinheiros.escutismo.pt/como-se-organizam-os-pioneiros-marinheiros> (acedido a 05/04/2022).

¹⁸⁰ *Como se organizam os Pioneiros/Marinheiros?*, <http://pioneiros-marinheiros.escutismo.pt/como-se-organizam-os-pioneiros-marinheiros> (acedido a 05/04/2022).

¹⁸¹ *A Patrulha*, <https://escoteiros.pt/divisoas/tribo-de-exploradores/a-patrulha/> (acedido a 05/04/2022)

¹⁸² *Como se organizam os Pioneiros/Marinheiros?*, <http://pioneiros-marinheiros.escutismo.pt/como-se-organizam-os-pioneiros-marinheiros> (acedido a 05/04/2022).

¹⁸³ *Progresso, formação e o papel do Guia de Patrulha*, <https://www.aep129.pt/index.php/pt/caderno-de-ca%C3%A7a/sistema-de-patrulhas/147-progresso-forma%C3%A7%C3%A3o-e-o-papel-do-guia-de-patrulha> (acedido a 05/04/2022).

¹⁸⁴ *Progresso, formação e o papel do Guia de Patrulha*, <https://www.aep129.pt/index.php/pt/caderno-de-ca%C3%A7a/sistema-de-patrulhas/147-progresso-forma%C3%A7%C3%A3o-e-o-papel-do-guia-de-patrulha> (acedido a 05/04/2022).

todas as atividades da equipa/patrolha: ele faz caminho com os seus, mas não faz o trabalho que é da responsabilidade de outro elemento.

Face a este exemplo/proposta poderemos perguntar: que tem esta imagem a ver ou como pode ser associada ao pároco como guia? Numa pastoral que se quer renovar a partir da participação e colaboração dos leigos, o pároco é chamado a ser um “guia de equipa”, no sentido em que ele desempenha o “papel” de guia, isto é, de orientar, conduzir a comunidade, mas também o papel de chamar colaboradores para junto de si, com o objetivo de, em conjunto, poderem ajudar a comunidade a caminhar unida e a partilhar as várias tarefas (serviços e ministérios, neste caso). O pároco não pode, nem deve, centrar todo o trabalho pastoral na sua pessoa (ou que seja centrado nele), mas deve pedir o contributo dos leigos para a organização da comunidade paroquial e para a pastoral; é chamado a conhecer o seu povo e a entregar tarefas para as quais percebe que cada pessoa pode assumir.

Esta imagem, do “guia escutista/escotista”, pretende dar um novo mote para uma renovação da *cura pastoral*, na qual todos são chamados a trabalhar. O presbítero assume o papel de guia que orienta para Deus, explica e ensina a Palavra, celebra os sacramentos com a sua comunidade, caminha com o seu povo, conhece a sua comunidade, está disponível a ouvir as opiniões e as questões que lhe são apresentadas e deve procurar aceitar e responder da melhor forma, à imagem de Jesus Cristo. É também chamado a “distribuir” as várias tarefas aos leigos da paróquia; os serviços e ministérios que a Igreja propõe devem ser aplicados para o bem da Igreja e, nomeadamente, para o bem da própria comunidade; daí que o pároco deve conhecer muito bem a sua comunidade e as necessidades que ela tem e procurar, assim, propor a pessoas concretas um serviço ou ministério a desempenhar na comunidade, tal como o “guia escutista/escotista” faz no seu grupo.

2.3.3. De Ovelha/rebanho a colaborador/cooperador

Entre várias imagens/palavras que podem ser apresentadas para este ponto, as melhores parecem ser: colaborador/cooperador.

Se no ponto anterior analisamos uma nova imagem para o pároco (“pastor” – “guia”), neste ponto procura-se apresentar uma nova imagem para o leigo que é visto como “ovelha” e pertencente ao “rebanho”. Como essa imagem/linguagem poderá não ser bem compreendida na cultura atual e numa pastoral renovada, a proposta está na palavra “Colaborador”.

O colaborador é a «pessoa que trabalha com uma ou mais pessoas para a realização de uma obra comum»¹⁸⁵, é aquele que se predispõe numa atitude de colaboração, num «ato de unir esforços para a resolução de um assunto ou problema, facilitando o acesso aos meios práticos para o conseguir»¹⁸⁶, que se coloca ao serviço de «colaborar para a realização de um projeto comum ou para o desenvolvimento de um campo do conhecimento»¹⁸⁷.

No que à pastoral diz respeito, o “cooperador” nas comunidades, é aquele que se mostra voluntário e presta a sua vida para os demais e para a Igreja. Numa paróquia, a pessoa que oferece o seu tempo em prol da comunidade é já um “colaborador” que coopera/colabora com o pároco, com o “guia” da comunidade, para o ajudar na missão. Ajudar na missão do pároco não é tirar a vez deste, mas sim, desempenhar o papel e o chamamento que se recebeu no dia do Batismo; é cumprir a missão de *Sacerdote, Profeta e Rei*.

Também neste ponto de colaborador, pode-se utilizar a comparação ou a base que se utilizou no ponto anterior sobre o guia. O “sistema de patrulha” dos escuteiros e dos escoteiros pode aqui também ser modelo, tendo em conta que cada “colaborador” ocupa uma das funções da patrulha: secretário, sub-guia, tesoureiro, cozinheiro, animador, etc. Sendo o pároco o guia e desempenhando apenas essa função, cabe ao resto dos elementos da patrulha/equipa ocupar as restantes áreas e trabalhar em prol da equipa, cumprindo a função para a qual se sente chamado.

O Novo Testamento apresenta várias pessoas que serviam e colaboravam com Jesus e os Apóstolos: «Acompanhavam-no os Doze e algumas mulheres que tinham sido curadas de espíritos malignos e de enfermidades: Maria, chamada de Madalena, da qual tinham saído sete demónios; Joana, mulher de Cuza, administrador de Herodes; Susana e muitas outras, que os serviam com os seus bens» (Lc 8, 1-3); «Voltando do sepulcro, foram contar tudo isto aos Onze e a todos os restantes. Eram elas Maria de Magdala, Joana e Maria, mãe de Tiago. Também as outras mulheres que estavam com elas diziam isto aos Apóstolos» (Lc 24, 9.10); «Também ali estavam algumas mulheres a contemplar de longe; entre elas, Maria de Magdala, Maria, mãe de Tiago Menor e de José, e Salomé, que o seguiam e serviam quando Ele estava na Galileia» (Mc 15, 40.41).

¹⁸⁵ Porto Editora – *colaborador* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-05-28 18:37:08]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/colaborador> (acedido a 28/05/2022).

¹⁸⁶ Porto Editora – *cooperação* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-05-28 18:37:55]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cooperacao> (acedido a 28/05/2022).

¹⁸⁷ Porto Editora – *cooperação* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-05-28 18:37:55]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cooperacao> (acedido a 28/05/2022).

Também o livro dos Atos dos Apóstolos apresenta-nos a “comunidade modelo”, na qual todos colaboravam para a unidade e o bem-estar de todos; ainda nos Atos dos Apóstolos e nas cartas de Paulo, essencialmente, são vários os nomes próprios de homens e mulheres que colaboram na transmissão do Evangelho

Uma primeira denominação que ambas recebem, juntamente com Clemente e outros não mencionados pelo nome, é a de "*synergós*" ("colaborador"). Trata-se de um título atribuído no epistolário paulino indistintamente a homens e mulheres com função orientadora, uma vez que com "*synergós*" não é habitual designar os crentes em geral. Na carta aos filipenses assim são chamadas Evódia, Síntique, Clemente e Epafrodito. Noutras cartas que também recorrem a esse título nomeiam-se Priscila, Timóteo, Apolo, Tito e Filémon¹⁸⁸,

recordando ainda a constituição de *Anciãos* nas comunidades nas quais se originaram novas comunidades que colaboravam com os Apóstolos na guia e coordenação da comunidade.

Tal como nos tempos do Evangelho, hoje são necessários colaboradores (e colaboradoras) que dediquem a sua vida ao Evangelho, colaborando com o “Guia” da comunidade, a fim de levar Cristo e a sua Palavra a todos. Esses colaboradores não são as “ovelhas” que apenas seguem o “pastor” até ao campo e ficam lá fechadas a pastar, beber e descansar, mas são “colaboradores” que ajudam o “guia” nas várias tarefas, serviços e ministérios que as suas comunidades necessitam; não são passivos, são agentes ativos, dispostos a dar da sua vida pelo Evangelho.

Esta imagem do “colaborador” procura mostrar aquilo que se tenta apresentar neste trabalho: leigos ativos, chamados a cumprir verdadeiramente o seu Batismo e a sua Confirmação, isto é, a serem verdadeiros *Sacerdotes, Profetas e Reis*, a serem testemunhas ativas de Jesus Cristo, vivendo a caridade.

Embora pareça que se distingue e se separa o “guia” do “colaborador”, em que o “guia” é o pároco e o “colaborador” é o leigo - e tal foi tratado dessa forma, mas apenas por motivo de facilidade de compreensão – estas imagens e expressões não se fecham aos seus destinatários primários. O pároco é “guia”, mas também é chamado a ser “colaborador” com os leigos da sua comunidade, é chamado a saber partilhar a guia da comunidade, em que ele encarrega os leigos de serviços e ministérios que o “libertem” para a sua missão mais específica e, assim, ajudar os leigos a trabalharem na missão que a Igreja os chamou a desempenhar; dessa forma, e numa visão de renovação pastoral, o leigo “colaborador” poderá também ser “guia” da comunidade, não em substituição do pároco, mas numa dinâmica mais rica da vida da comunidade que não

¹⁸⁸ Marta García Fernández, *Mulheres que lutaram pelo Evangelho*, (In L'Osservatore Romano), https://www.snpcultura.org/mulheres_que_lutaram_pelo_evangelho.html (acedido a 13/05/2022).

se fica na dependência asfixiante do presbítero, isto é, formar comunidades maduras, comunidades adultas, à semelhança do que acontece na vida: num primeiro tempo é como uma criança dependente dos pais para sobreviver, mas que, com o passar dos anos, vai tornando-se autônoma, mais livre, mais independente, mais responsável, que não deixa os pais de lado, mas que deles busca apenas o essencial para continuar a sua vida adulta.

“Guia” e “Colaborador” oferecem uma nova dinâmica à compreensão na cultura atual; são expressões e imagens muito familiares nesta cultura contemporânea, ao contrário das imagens do “pastor” e “ovelha/rebanho”, que parecem pertencer a outro mundo, onde havia um dominador e um dominado. “Guia” e “Colaborador” acentuam a tônica na ação, no ativo, no agir, no assumir responsabilidades mútuas. Já não se fica à espera do fim do dia para retornar ao estábulo, depois de um dia a comer, beber e repousar e a seguir o pastor silenciosa e obedientemente, mas fica-se à espera do novo dia para continuar a missão de colaboração com os irmãos da comunidade.

CAPÍTULO 3 – LEIGOS NA CURA PASTORAL

Analisados os gráficos com as respostas das dioceses ao questionário desenvolvido e após um percurso histórico sobre o presbítero e o leigo, figuras centrais da pastoral, é chegado o cerne deste trabalho, que procura apresentar lugares e meios de ação e de cura pastoral que os leigos podem e devem realizar.

E não é pelo facto de o número de sacerdotes ter diminuído ou de o sacerdócio católico estar a sofrer uma crise que se olha para os leigos e se lhes propõe trabalho pastoral. O objetivo de colocar leigos na cura pastoral deve ser sempre um ponto chave da vida da Igreja, especialmente nas comunidades. Independentemente do número de sacerdotes, os leigos «dado que são participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, têm um papel próprio a desempenhar na missão do inteiro Povo de Deus, na Igreja e no mundo» (AA, 2).

Por isso, é urgente dar tempo e espaço à ação e missão dos leigos. Eles não serão os presbíteros, mas sem eles os presbíteros não terão capacidade para levar a sua missão até ao fim e da forma como deveriam. É urgente tomar consciência que «os leigos cristãos não são meros colaboradores, mas primeiros protagonistas da missão da Igreja no mundo e indispensáveis na renovação das comunidades cristãs»¹⁸⁹.

Para se concretizar este objetivo, neste capítulo serão apresentadas, num primeiro momento, definições de alguns conceitos que são relevantes e importantes para se compreender a função laical. Depois, num segundo momento, abordar-se-á a questão dos ministérios apresentando, primeiramente, os *instituídos* e depois outros ministérios e serviços que não são *instituídos*. No terceiro ponto serão apresentadas propostas para novos ministérios *instituídos*. No quarto ponto aborda-se a questão do diaconado permanente, pretendendo que a sua missão seja a responsabilidade da caridade. No quinto ponto olha-se a comunidade, fonte e destinatária da ação pastoral, que tem o papel de avaliar os seus ministros, propor leigos para os ministérios, declarar a idoneidade e, ainda, trabalhar nos vários serviços comunitários e da caridade. No sexto e último ponto deste capítulo, abordar-se-á a figura da mulher na Igreja.

3.1. Conceitos

3.1.1. Sacerdócio Comum dos Fieis e Sacerdócio ministerial

Antes de tudo, é necessário expor e definir aqui estes conceitos. Como referido no segundo capítulo do presente trabalho, a questão do “sacerdócio comum dos fieis” ou “sacerdócio universal” é já uma velha questão na Igreja; chegou a ser uma disputa doutrinal na

¹⁸⁹ D. António Marcelino, «Lugar dos Leigos na Igreja – Do Vaticano II aos nossos dias», *Revista Cenáculo* 201 – 2 da 2ª série (2013): 20.

Reforma e Contra-Reforma Protestante e Católica. O Concílio Vaticano II seguiu esta questão e deu-lhe o lugar que sempre teve e deixando claras as diferenças entre “sacerdócio comum” e “sacerdócio ministerial”.

Assim sendo, o “sacerdócio comum” nasce de Cristo que

fez do novo povo “um reino sacerdotal para seu Deus e seu Pai” (Apoc. 1, 6; cfr. 5, 9-10). Na verdade, os batizados [...] são consagrados para serem casa espiritual, sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do cristão, ofereçam oblações espirituais e anunciem os louvores daquele que das trevas os chamou à sua admirável luz (cfr. 1Ped. 2, 4-10) (LG, 10).

Por sua vez, o “sacerdócio ministerial” para além de receber o «poder de beneficiar da comunicação espiritual que a Cabeça tem com todos os membros do Corpo, [...] confere [...] o poder de assegurar as condições objetivas desta comunicação, que são a pregação da Palavra e o cuidado sacramental e pastoral do Povo de Deus»¹⁹⁰.

Compreende-se que o “sacerdócio comum” é garantido pelo Batismo, fazendo do batizado participante do tríplice múnus de santificar, ensinar e de governar (sacerdote, profeta e rei), concretizando a sua ação, não só na Igreja, no interior da sua comunidade local, mas também no seu quotidiano, no seu local e trabalho, de convívio¹⁹¹, (Cf. *Evangelii Nuntiandi*, 15, 49-58) e o “sacerdócio ministerial” é conferido aos sacerdotes através da ordenação, com a imposição das mãos pelo bispo, em que lhe é impresso o “carácter” da sua potestade sacerdotal.

3.1.2. Cura Pastoral

A “Cura pastoral” é o serviço desenvolvido, especialmente, pelo pároco na paróquia a ele confiada pelo seu bispo. A sua “cura” desenvolve-se pela «obrigação de anunciar a Palavra através da homilia, exercer instrução catequética, promover o espírito evangélico, celebrar a Eucaristia com o seu povo, fomentando-a como o centro da vida de fé da comunidade e promover uma vida de oração pessoal» (CDC 534); acrescentam-se a estas tarefas as atividades administrativas, tais como a de guardar e preservar os livros e arquivos da paróquia e de averbar e fazer as respetivas inscrições nos livros de batismos, matrimónios e óbitos (Cf. CDC 535). Da sua potestade fazem parte ainda a administração do Batismo, da Confirmação aos que se encontram em perigo de morte (Cf. CDC 883, §3), do viático e Unção dos doentes, de assistir aos matrimónios e conceder a bênção nupcial, celebrar os funerais, benzer a fonte batismal no

¹⁹⁰ Gustave Martelet, s.j., *As linhas mestras do Vaticano II*, (Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1969), 188.

¹⁹¹ Paulo VI, *Evangelho aos Homens de Hoje – Exortação apostólica Evangelii nuntiandi*, (Braga: Editorial A.O., 2008), 17, 57-70.

tempo pascal, guiar as procissões e presidir a bênçãos que se realizem fora da igreja; é chamado ainda a celebrar a Eucaristia mais solene aos domingos e festas de preceito (Cf. CDC 530).

Apesar destas atividades estarem, preferencialmente, confiadas ao pároco, os leigos também tomam parte ativa delas, de forma a cooperarem e auxiliarem os seus “pastores” [“guias”] na “cura pastoral” da sua comunidade. E é também obrigação do pároco fomentar essa mesma participação e cooperação laical (Cf. CDC 529, §2).

3.1.3. Ministério

A ação realizada pelo clero e pelos leigos servem as

próprias diferenças que o Senhor quis que existissem entre os membros do seu Corpo que servem a sua unidade e missão. Porque “há na Igreja diversidade de ministérios, mas unidade de missão. Cristo confiou aos Apóstolos e aos seus sucessores o encargo de ensinar, santificar e governar em seu nome e pelo seu poder. Mas os leigos, feitos participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo, assumem na Igreja e no mundo a parte que lhes toca naquilo que é a missão de todo o povo de Deus” (AA 2). Por fim, “de ambos estes grupos (hierarquia e leigos) existem fiéis que, pela profissão dos conselhos evangélicos [...], se consagram a Deus de modo peculiar, e contribuem para a missão salvífica da Igreja” (CIC cân. 207, §2) (*Catecismo da Igreja Católica*, nº 873)¹⁹².

Assim, entende-se por ministério o trabalho desempenhado pelos ministros hierárquicos e fiéis que exercem funções na vida da Igreja.

3.2. Ministérios laicais na comunidade

Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente de tarefas as mais variadas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial, esse é o papel específico dos Pastores, mas sim, o pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo (*EN*, 70).

Assim se referiu o Papa Paulo VI, naquela época, à missão dos leigos no mundo e, de certa forma, na Igreja. Mas passados estes anos parece cada vez mais evidente que a vocação dos leigos é também dentro da própria Igreja; e, atualmente, a missão do leigo é primeira e imediata na instituição.

Perante os dados obtidos nos questionários e analisados no primeiro capítulo deste trabalho, denota-se que, na maioria das dioceses, a missão dos leigos ainda não descolou daquilo que Paulo VI afirmou. Não é que Paulo VI estivesse equivocado, pois até confirma a

¹⁹² *Catecismo da Igreja Católica*, (Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993), 203.

missão dos leigos no interior da Igreja e na sua comunidade «pelo exercício dos ministérios muito diversificados, segundo a graça e os carismas que o Senhor houver por bem depositar neles» (EN, 73), porém, a cultura e vivência eclesial do seu tempo não apresentava as fragilidades que hoje manifesta. Perante esse quadro, «a primeira coisa que devemos mudar é a nossa cultura, as nossas formas de pensar, atuar e tomar decisões. Tal mudança nunca será fácil, mais ainda numa Igreja com uma tradição sagrada e uma história venerável»¹⁹³. De facto, ainda se é refém de ideias e conceitos que limitam a ação laical nas comunidades. Pode-se até dizer que o *Código de Direito Canónico* precisará de rever alguns aspetos relacionados com as tarefas que os leigos podem desempenhar dentro da “cura pastoral”, passando de forma extraordinária para ordinária.

Numa Igreja que se deseja “em saída”, em que «todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho»¹⁹⁴ (*Evangelii Gaudium*, 20) é urgente o trabalho, empenho e envolvimento de todos: bispos, párocos e leigos. Não é possível ter comunidades vivas sem a ação pastoral dos leigos que os possa envolver na vida da Igreja e lhes permita corresponder à sua vocação de batizados. Essa ação pastoral laical também ajuda na vida presbiteral, podendo oferecer maior disponibilidade ao pároco para a sua missão pastoral de “guia”, permitindo a corresponsabilidade e a colaboração dos leigos nas diversas tarefas e ministérios na comunidade.

Convém esclarecer que a missão dos leigos na Igreja não é uma missão de substituição do pároco; jamais se poderá pensar que a promoção de ministérios e serviços laicais seja consequência da falta de sacerdotes¹⁹⁵, mas que «todos e cada um de nós tem uma missão sacerdotal, profética e real»¹⁹⁶ a desenvolver no seio da comunidade na qual está inserido. Mas também não se pode esquecer que o “líder” [guia] da comunidade é o pároco e, neste tempo, em que as dimensões da liderança são hoje muito abrangentes e requerem cooperação de vários agentes, a formação que recebe nas casas de formação e nos seminários não lhe ensina a liderar, apenas o fortifica na Teologia, na fé e na celebração dos sacramentos, porém falta-lhe a capacidade de liderança¹⁹⁷; e essa capacidade de liderança deve estar no reconhecer as capacidades dos leigos que estão sob a sua guia e delegar-lhes funções pastorais.

¹⁹³ Lowney, *Todos somos Líderes*, 11.

¹⁹⁴ Papa Francisco, *A Alegria do Evangelho – Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, (Prior Velho: Paulinas, 2014), 20.

¹⁹⁵ Cf. Simon Ayogu, *Liderança Servidora*, (Braga: Gráfica do Diário do Minho, 2021), 81.

¹⁹⁶ Lowney, *Todos somos Líderes*, 56.

¹⁹⁷ Cf. James Mallon, *Renovação divina – de uma paróquia de manutenção a uma paróquia missionária*, (Lisboa: Paulus Editora, 2019), 235-239.

Como explanado no último ponto do capítulo anterior, a melhor forma de delegar o trabalho está representada no ideal do “sistema de patrulhas”, mediante a qual o “guia”, cuja função é apenas essa, congrega na sua patrulha/equipa os elementos que a compõe e delega-lhes funções que são capazes de realizar:

A delegação é um processo importante na liderança e administração (Nsiah, 2013). Para além de minimizar a carga de trabalho sobre o líder, faz com que a competência seja transferida para os seguidores. Em algumas organizações, os líderes sucumbem facilmente por fazerem tudo sozinhos, em vez de delegarem responsabilidades como Jesus. Isso asseguraria uma melhor saúde para os líderes enquanto a produtividade dos funcionários aumentaria¹⁹⁸.

O objetivo não é a procura da produtividade dos leigos, mas da sua corresponsabilidade e colaboração na missão pastoral. Na Igreja tudo deve ser realizado não de forma egocêntrica e pessoal, mas tendo em vista o bem de todos; o trabalho e o esforço na comunidade são um serviço, cujo “resultado” é o amor em Cristo.

Todo o “trabalho” pastoral que se possa levar a cabo, ele cresce e desenvolve-se no seio de uma comunidade. O pároco, “guia” da comunidade, desempenha as suas funções porque tem uma comunidade que o acolhe e na qual ele se insere e cria laços de relação. É a comunidade que nos define, que nos dá uma identidade¹⁹⁹; são os valores comunitários que fazem uma comunidade ser o conjunto de irmãos que trabalham para o todo e vivem a sua “mística”. Acontece, porém, que «em muitas ocasiões, as comunidades são o resultado parcial – pelo menos – da acomodação de pessoas um pouco difíceis e também da necessidade de preencher postos de trabalho»²⁰⁰. Também é nessa comunidade, por vezes “parcial”, na qual se

costuma encontrar muitas dificuldades e obstáculos. As comunidades mais acostumadas ou mais envelhecidas atêm-se aos costumes e tradições de sempre e não mostram desejos de mudança. As comunidades mais jovens intentam, talvez, introduzir mudanças que são interessantes, mas – rapidamente fracassam ou se diluem num alarmante individualismo²⁰¹.

Perante estas dificuldades comunitárias é importante compreender que a resposta às dificuldades não está no individualismo de alguns ou na capacidade extraordinária que o “guia” tem em “liderar” / “guiar” a comunidade; também não está, de certeza, no esforço coletivo puramente humano. É urgente entender que o «autêntico porquê não é aquilo que a comunidade faz por Deus, mas o que Deus faz através da comunidade e com ela»²⁰². Só será possível à comunidade ultrapassar os obstáculos; se ela estiver verdadeiramente aberta ao Espírito Santo,

¹⁹⁸ Ayogu, *Liderança Servidora*, 57.

¹⁹⁹ Cf. José Paredes, *É possível outra comunidade*, (Prior Velho: Paulinas Editora, 2018), 7.

²⁰⁰ Paredes, *É possível outra comunidade*, 7.

²⁰¹ Paredes, 37.

²⁰² Paredes, 9.

se se deixar conduzir pelo Espírito. Nisso reside a importância do pároco como “guia”. O pároco é chamado a conduzir a comunidade pelo caminho de Jesus, abrir espaço ao Espírito e saber discernir os carismas e os dons que o Espírito Santo vai imprimindo nos leigos. Assim, a partir deste estádio, ou seja, quando se vive o verdadeiro “*ser*” da Igreja: o “*ser missional*”²⁰³, abrem-se as dimensões de espaço e tempo para uma renovação pastoral de corresponsabilidade.

Depois da comunidade estar imbuída no Espírito, «os esforços pastorais da Igreja deveriam “abandonar o cómodo critério pastoral do ‘sempre se fez assim’”. Convida a todos os católicos a “ser audazes e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos” para chegar às pessoas»²⁰⁴. É preciso sair da passividade derrotista e negativista de que não é possível fazer diferente, de que a hierarquia é que sabe qual é o caminho. Não!

Uma Igreja com mais de mil milhões de membros e mais de duzentas mil paróquias não se revitalizará apenas pelas ações de um papa e de uns duzentos cardeais. Mas sim, a revitalização unicamente se produzirá se uma massa crítica de católicos comprometidos derem um passo em frente e assumirem tarefas de liderança²⁰⁵.

Perante uma instituição tão gigantesca e com uma história tão vasta, facilmente se encontra métodos e formas de corresponsabilidade já atestados e com abundantes frutos. Tal como o Concílio Vaticano II foi fiel à Tradição, às fontes da Igreja, também a corresponsabilidade por parte dos leigos tem a sua “fonte fiel”: «Para prosperar no complexo mundo atual, não temos de beber o novo *cocktail* do século XXI; apenas necessitamos de beber mais profundamente do nosso próprio poço do século I»²⁰⁶. No segundo capítulo deste trabalho atestou-se que na Igreja apostólica e antiga havia uma relação de “trabalho pastoral” geral, havendo lugar para todos, com uma tarefa própria a desempenhar em prol da comunidade; todos estavam implicados na vida da comunidade; o trabalho não estava entregue apenas aos Apóstolos que se viram na necessidade de recorrer a pessoas que realizassem o serviço da caridade, a fim de eles se poderem dedicar à sua única e real função; estes tempos atuais não são diferentes. Está, de facto, no primeiro século do cristianismo a “fonte” da pastoral laical.

Ao contemplar o primeiro século do cristianismo, ao analisar o livro dos *Atos dos Apóstolos* e as cartas apostólicas e outros escritos cristãos dos primeiros séculos, depara-se com uma Igreja que delegava tarefas. Hoje o processo, como já referido, é exatamente esse: delegar. Face à realidade concreta, verifica-se que o número de presbíteros é cada vez menor, não constituindo isso uma justificação, uma vez que o facto de ter sempre presbíteros, com a

²⁰³ Cf. José Paredes, *É possível outra comunidade*, 9.

²⁰⁴ Lowney, *Todos somos Líderes*, 14.

²⁰⁵ Lowney, 70-71.

²⁰⁶ Lowney, 15.

consequente “cura pastoral” ficar apenas a seu cargo, gera um hábito atrofiante que leva a fixar-se numa Igreja que tem olhado apenas para os sacramentos, questão sobre a qual Chris Lowney afirma:

A solução não consiste em dispor de uma frota de helicópteros que permita levar presbíteros a um conjunto de paróquias cada domingo para que, voando de uma a outra, celebrem liturgias encadeadas, porque não somos só uma igreja de sacramentos, mas uma igreja sacramental; isto é, porque somos um sinal da graça divina através da Eucaristia, mas também através do amor e da atenção pastoral que deveriam caracterizar as nossas comunidades²⁰⁷.

O sacerdote não serve apenas para celebrar os sacramentos, isso seria reduzir o seu ministério a algo muito pequeno (embora os sacramentos não sejam “algo muito pequeno”) e até pode levantar questões sobre a necessidade de sacerdotes ou se o modelo de ministro ordenado atual já não estará ultrapassado. O sacerdote deve ter o zelo pastoral da proximidade para com a comunidade e conhecê-la, o que exige tempo. No meio dessa “cura pastoral” urge a necessidade de o pároco “guia” delegar funções nos leigos, chamar leigos a tomarem e assumirem ministérios, pois existem

centenas de milhões de católicos talentosos cujos dons não estão a ser plenamente aproveitados. Em vez de improvisar respostas reativas aos desafios que temos pela frente, construamos de forma proativa estratégias que libertem as energias e a imaginação deste vasto número de católicos²⁰⁸.

Todos sabemos que os leigos não podem assumir tarefas pastorais sem terem adquirido um mínimo de conhecimento específico das mesmas, porque, para além da capacidade natural de liderança e de serviço, para além da idoneidade requerida e da humildade, qualidades que devem dirigir a ação do leigo, é imprescindível uma formação adequada e própria para o trabalho que é chamado a realizar, pois «uma das formas de a Igreja fazer as pessoas crescerem no conhecimento das suas responsabilidades é através da formação»²⁰⁹. Neste tema, não se pode minimizar ou menosprezar uma vertente muito importante: a formação “profissional”, isto é, para aqueles ministérios ou serviços mais ligados à liturgia, dever-se-á atribuir-lhes um cunho de profissionalização. É claro que a Igreja oferece formações aos leigos. Nos dados obtidos pelo questionário analisado no primeiro capítulo pode-se verificar a grande atenção que as dioceses dão à formação dos leigos, sendo muitas as

modalidades de formação e de animação daqueles que assumem alguns cargos de liderança. Isto acontece sob a forma de retiros, conferências, seminários e outros encontros formativos

²⁰⁷ Lowney, 34.

²⁰⁸ Lowney, 49.

²⁰⁹ Ayogu, *Liderança Servidora*, 66.

destinados a criar consciencialização e a construir capacidade de participação na tomada de decisões²¹⁰.

A formação existente é boa, mas pode ser mais especializada. Por exemplo, no ministério do leitor deveria fomentar-se a formação bíblica, com maior incisão nos livros que são proclamados na liturgia eucarística e, para além dessa formação bíblica, uma formação profissional na comunicação, no sentido do cuidar a Palavra que se vai proclamar e na forma como é lida (com a formação bíblica a pessoa é capaz de discernir os pontos mais importantes das leituras) e da forma como a mesma Palavra é recebida pelo auditório/assembleia. Um modelo semelhante serve para o ministério do acólito, em que deve receber uma formação litúrgica ao nível da Eucaristia e da demais liturgia. O ministério do catequista também deverá receber uma formação mais específica a nível teológico e doutrinal e uma formação profissional dos métodos pedagógicos. Tudo isto tendo em conta que a formação teológica²¹¹ não basta. A formação profissional é, deveras, importantíssima. Uma instituição com a dimensão da Igreja deve ser exemplo de profissionalismo. Se as várias atividades civis requerem profissionais exímios para desempenhar as funções, quanto mais a Igreja não deve ter esse cuidado para com a Palavra de Deus? E quem fala dos ministérios mais ligados à liturgia, fala de outros ministérios e serviços que devem poder contar com leigos profissionais, por exemplo, em gestão, economia, ciências sociais, comunicação, etc. «A Igreja e o mundo estão perpetuamente num período de primeira evangelização; por isso, a formação para a corresponsabilidade na Igreja é e deve ser contínua»²¹²

Os leigos que são chamados a uma corresponsabilidade e colaboração mais próxima com o seu “guia”, são chamados também a serem uma espécie de “sub-guias” à imagem do “sistema de patrulhas” que se abordou no final do capítulo anterior. “Sub-guias” que ajudam na tarefa de “liderar”/“guiar” a comunidade. Estando esses leigos instruídos e formados, eles devem ser os “guias” dos seus grupos/movimentos paroquiais, isto é, o leigo ou leigos no ministério do leitor devem promover formações para os restantes membros do “grupo de leitores” e instruí-los e formá-los; os leigos com ministério de acólitos devem também eles formar e instruir os elementos do seu “grupo de acólitos”; o ministro catequista deve promover a formação e instrução no “grupo de catequistas” e isto multiplica-se nos vários ministérios e serviços. Obviamente que isso não retira as formações que as dioceses e os arciprestados

²¹⁰ Ayogu, *Liderança Servidora*, 66.

²¹¹ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, *Ministérios laicais para uma Igreja Ministerial*, nº12, <https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/ministerios-laicais-para-uma-igreja-ministerial/?highlight=Minist%C3%A9rios%20laicais%20para%20uma%20Igreja%20Ministerial> (acedido a 17/07/2022).

²¹² Ayogu, 67.

promovam, pois elas são, não só uma forma de atualização, mas também sinal de comunhão e validação junto da própria hierarquia. Para além das formações específicas dos “grupos”, estes leigos são chamados a partilharem as formações com a demais comunidade, aquela comunidade que não estando “dentro dos grupos”, participa, de forma variada, na vida da comunidade e todos ajudam e colaboram nela (até mesmo na oração, por vezes silenciosa).

Para além destas formações mais específicas, há que atender também ao ensino da Palavra, à partilha, à oração e à caridade. Esses meios também são lugares de ação dos leigos. Compete aos leigos também evangelizar, não só o mundo, mas também entre si. Então, esses leigos “sub-guias” devem agir na missão evangelizadora que se faz pela propagação do Evangelho, pela prática da caridade e pela oração “popular”; também a gestão da paróquia e registos paroquiais são locais de ação e corresponsabilidade laical. As tarefas administrativas e burocráticas podem ficar à responsabilidade de leigos que demonstrem capacidades de gestão e organização.

3.3. Os Ministérios para a comunidade

Neste ponto centra-se o tema nos ministérios em si. Indica-se os ministérios já existentes e apresenta-se possíveis novos ministérios.

Há vários meios em que os ministérios podem ser exercidos:

- Os que estão ligados à Palavra [*martyria*] «que abarca a evangelização, a catequese e, dentro da celebração, a leitura e a explicação da Palavra de Deus»²¹³;

- Os que estão em volta da liturgia [*leitourgia*] «com todos os serviços que funcionam dentro das celebrações litúrgicas, sobretudo sacramentais, e, além disso, os encarregados de preparar as primeiras comunhões, as confirmações, os matrimónios...»²¹⁴;

- Os que estão vocacionados para a caridade [*diakonia*] «com o cuidado dos doentes, da beneficência, dos grupos de crianças e de jovens, dos serviços sociais pela justiça»²¹⁵;

- Os que estão encarregados pela direção [*koinonia*] «com a responsabilidade interna das comunidades, da sua gestão económica ou animação de comunidades de base»²¹⁶.

Há vários meios em que os ministérios podem ser exercidos:

²¹³ José Aldazábal, *Ministérios ao serviço da comunidade celebrante*, (Pior Velho: Paulinas Editora, 2011), 13.

²¹⁴ Aldazábal, *Ministérios ao serviço da comunidade celebrante*, 13.

²¹⁵ Aldazábal, 13.

²¹⁶ Aldazábal, 13.

- Os ministérios “ordenados”, «(diácono, presbítero, bispo), que, por meio do sacramento da Ordem, foram configurados com Cristo Pastor e Mestre»²¹⁷;

- Os ministérios “instituídos”, «estes ministérios não introduzem uma pessoa no corpo do clero [...] ou seja, não se conferem só aos que aspiram aos ministérios ordenados, mas são ministérios laicais»²¹⁸;

- Ministérios “reconhecidos”, «há ministérios não instituídos [...], [que] são serviços confiados ou encomendados a leigos, ocasionalmente ou com uma estabilidade mais ao menos oficial»²¹⁹;

- E ainda os ministérios “de facto”, «os mais numerosos, dos ministérios exercidos por fiéis leigos na liturgia, são os que *de facto* proclamam as leituras, animam o canto e a oração, dizem as admonições ou assumem o serviço à volta do altar»²²⁰.

Assim se dividem e estruturam os vários ministérios e serviços que têm ao seu cuidado a vida da comunidade eclesial, constituindo os meios gerais, por meio dos quais todos são chamados a servir, conforme os carismas e dons de Deus, da vocação pessoal e o discernimento da Igreja.

3.3.1. Ministérios laicais instituídos

Atualmente são três os ministérios laicais com instituição: Acólito, Leitor e, recentemente anunciado pelo Papa Francisco, Catequista. Diferem-se dos demais ministérios e serviços que todos os leigos podem assumir, porque são “instituídos” mediante um rito próprio dentro da liturgia, em que «a colação dos ministérios para os leigos que não são candidatos às Ordens Sacras deve ser conferida pelo Bispo diocesano mediante o rito próprio ou na igreja Catedral ou, de preferência, na igreja da paróquia a que pertencem, num dia festivo»²²¹.

3.3.2. Ministério do Catequista

O mais recente ministério a ser introduzido na “lista” dos instituídos foi o ministério do catequista. Esta decisão «atribui ao ministério do Catequista um lugar significativo no conjunto dos ministérios e serviços de evangelização, tendo em conta a importância da Catequese e da

²¹⁷ Aldazábal, 14.

²¹⁸ Aldazábal, 14-15.

²¹⁹ Aldazábal, 16.

²²⁰ Aldazábal, 16.

²²¹ Conferência Episcopal Portuguesa, *Ministérios laicais para uma Igreja Ministerial*, nº20.

pessoa do Catequista no crescimento da fé»²²². É um ministério especificamente laical²²³, que se insere na dinâmica do múnus de ensinar.

Cabe ao Catequista instituído «uma especial responsabilidade na coordenação e revitalização da catequese, a nível paroquial, interparoquial, vicarial ou diocesano. Será ele o representante eclesial, a voz e o rosto de todos os outros catequistas nos diversos âmbitos da ação pastoral, cabendo-lhe também a especial tarefa de velar pela formação integral dos outros catequistas»²²⁴; e a sua formação focar-se-á em base bíblica, teológica, pastoral e pedagógica²²⁵.

3.3.3. Ministério do Leitor

Este ministério foi, a par do de acólito, a ter instituição na reformulação promulgada pelo Papa Paulo VI no seu *Motu Proprio Ministeria Quaedam*²²⁶, que suprimiu as quatro ordens menores dos candidatos ao presbiterado e instituiu os ministérios do leitor e do acólito, abrindo estes aos leigos.

A função do ministro leitor

é proclamar a Palavra de Deus nas assembleias litúrgicas. Com efeito, a leitura dos textos bíblicos na assembleia não é ofício presidencial, mas sim ministerial. [...] Para além dessa sua função própria, os leitores podem ser chamados a desempenhar durante as celebrações litúrgicas, a título de suplência, funções de outros ministérios²²⁷.

É lhes proposto ainda tarefas a nível pastoral «como preparar os fiéis para a receção frutuosa dos sacramentos (catequese...), ajudar na organização da liturgia da Palavra, e assegurar a formação do grupo dos leitores aos quais, por encargo temporário, se pode confiar o exercício de facto deste ministério»²²⁸.

A sua formação é a comum destes ministérios, sendo de base bíblica, litúrgica e catequética, acrescentando-se uma formação mais específica ou profissionalizada «no capítulo da dicção e da leitura proclamada em voz alta, bem como das artes e técnicas da comunicação oral, designadamente da leitura proclamada em público, com ou sem amplificação artificial»²²⁹.

²²² Conferência Episcopal Portuguesa, n°34.

²²³ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, n°37.

²²⁴ Conferência Episcopal Portuguesa, n°39.

²²⁵ Cf. Conferência Episcopal Portuguesa, n°40 e 41.

²²⁶ Papa Paulo VI, *Motu Proprio Ministeria Quaedam*, https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19720815_ministeria-quaedam.html (acedido a 17/07/2022).

²²⁷ Conferência Episcopal Portuguesa, n°22 e 23.

²²⁸ Conferência Episcopal Portuguesa, n°24.

²²⁹ Conferência Episcopal Portuguesa, n°26.

3.3.4. Ministério do acólito

Tal como o ministério do leitor, este ministério foi introduzido pelo Papa Paulo VI no seu *Motu Proprio Ministeria Quaedam*.

São funções próprias deste ministro «ajudar o Diácono e para ministrar ao sacerdote no serviço do altar»²³⁰. Estas funções levam a um leque variado de tarefas que lhe compete:

- Levar a cruz na procissão de entrada;
- Preparar o altar, na ausência do diácono;
- Ajudar na distribuição da Sagrada Comunhão;
- Faz a purificação dos vasos sagrados;
- Pode expor o SS. Sacramento para adoração, mas não pode dar a bênção;
- Na ausência do presbítero, está mandatado para poder dirigir uma Celebração da Palavra e distribuir a Sagrada Comunhão²³¹.

Para além destas funções, o Acólito instituído é chamado a ser «educador de todos os que, na comunidade, prestam serviço nas ações litúrgicas»²³².

A sua formação é idêntica à dos ministérios anteriores, acrescentando-se uma “formação estética” que procura levar o acólito a «conhecer e respeitar as normas e os modelos de toda a verdadeira arte para a liturgia: arquitetura, alfaias, imagens, etc»²³³ e uma “formação prática” que tem o objetivo de preparar o acólito «para o diálogo e a coordenação e para o trato quer com todos os que desempenham serviços especiais nas celebrações quer com os doentes e grupos que estão chamados a servir como ministros extraordinários da Comunhão»²³⁴.

3.3.5. Outros Ministérios e serviços (não instituídos) e movimentos paroquiais

Para além dos ministérios instituídos, existem outros ministérios e serviços laicais que, apesar de não terem carácter de instituição, são imprescindíveis na vida da comunidade. Através deles, os leigos podem ter participação ativa na vida da comunidade e na “cura pastoral”. Existem também movimentos paroquiais, dependendo de paróquia para paróquia, que são meios de participação, cooperação e corresponsabilidade paroquial que existem na vida e dinâmica da pastoral paroquial.

²³⁰ Conferência Episcopal Portuguesa, nº28.

²³¹ Cf. Aldazábal, *Ministérios ao serviço da comunidade celebrante*, 124.

²³² Conferência Episcopal Portuguesa, nº31.

²³³ Conferência Episcopal Portuguesa, nº32.

²³⁴ Conferência Episcopal Portuguesa, nº32.

Percebe-se que a maioria dos ministérios e serviços esteja vinculada à liturgia e aos sacramentos. Não podemos esquecer que Paulo VI permitiu e libertou as Conferências Episcopais de introduzirem mais e novos ministérios segundo a necessidade e a realidade de cada país (MQ); dessa forma, encontraremos, na lista que se segue, vários serviços e ministérios laicais:

- Sacristão/sacristã;
- Serviço de acolhimento²³⁵;
- Comentador²³⁶;
- Diretor do canto/maestro;
- Cantor;
- Salmista;
- Organista/músico;
- MEC (Ministro Extraordinário da Comunhão);
- MADAP (Ministro da Assembleia Dominical na Ausência de Presbítero);
- ME/MF (Ministro das Exéquias – em ausência de “ministro ordenado”/ Ministro do Funeral);
- Zeladora;
- Conselho económico paroquial;
- Conselho pastoral paroquial;
- Apostolado de oração;
- Confrarias;

Estes são alguns dos ministérios, serviços e movimentos que existem nas comunidades paroquiais e meios em que os leigos podem trabalhar de forma corresponsável na comunidade, auxiliando o seu “guia” na “cura pastoral”. São meios que estão disponíveis para todos e ao serviço de todos. A participação neles depende da vocação, carismas e dons que o Espírito Santo derrama sobre cada pessoa.

3.4. Proposta de novos Ministérios Instituídos

Neste ponto procurar-se-á apresentar ministérios de forma que devam ser “instituídos”. “Novos” não significa que sejam literalmente novos, mas o objetivo é que sejam “novos” num modelo. O facto de serem “instituídos” significa que carregam outro significado, outra simbologia, e manifestam uma maior variedade de ministérios para a Igreja, não apenas para as

²³⁵ Cf. Aldazábal, *Ministérios ao serviço da comunidade celebrante*, 88-102.

²³⁶ Cf. Aldazábal, 103-118.

necessidades das Conferências Episcopais (CE). Compreende-se que não se pode fechar essa necessidade das CE, mas propor mais ministérios “instituídos” abarca em si uma maior universalidade e versatilidade na dinâmica da Igreja.

“Instituídos” porque são a necessidade da Igreja universal, são sinal de maior corresponsabilidade dos leigos na Igreja; transformam a participação laical e a “cura pastoral” dos leigos mais espiritual e impregne de maior significado. “Instituídos” porque devem sê-los numa celebração litúrgica.

A Igreja acredita que a diversidade de capacidades humanas e espirituais de cada pessoa é dádiva de Deus; dessa forma, é necessário passar da fé nessa dádiva à atitude do gesto; passar da teoria à prática e conceder aos leigos a possibilidade de serem ainda mais ativos na comunidade.

3.4.1. Ministério da Hospitalidade

O ser humano só o consegue ser em relação e a sua identidade tem muito a ver com a alteridade (o Outro e os outros). É aqui que se alicerça a hospitalidade, fenómeno tão vincadamente humano que Jean Daniélou ousou afirmar: “a civilização deu um passo decisivo, talvez o [único] passo decisivo, no dia em que o estrangeiro, de inimigo (hostis) se transformou em hóspede (hospes)”²³⁷.

Então, «a hospitalidade é a virtude que nos permite superar a estreiteza dos nossos próprios medos e abrir as nossas casas ao desconhecido, com a intuição de que a salvação vem até nós sob a forma de um viajante cansado»²³⁸.

Pensa-se que, nos tempos que correm, é necessário na Igreja maior “hospitalidade”. Há, por isso, necessidade de “hospitalidade”²³⁹. Esta “hospitalidade” não se esgota em receber bem as pessoas da comunidade, nomeadamente aquelas que se deslocam à igreja paroquial. Em tempos de Covid, as igrejas encheram-se de “equipas de acolhimento”, mas isso foi e continua a ser um processo de “desinfecção” e coordenação do espaço e do “distanciamento higiénico”.

A “hospitalidade” a que se quer referir tem um sentido mais amplo. Ela deve estar presente na receção dos fiéis às eucaristias, mas deve ser ponte de diálogo e de acolhimento das pessoas que estão fora do contexto comunitário da paróquia, de pessoas que estão em “irregularidade” com a Igreja, dos catecúmenos e do diálogo entre ateus e crentes.

²³⁷ João Alberto Correia, *A hospitalidade na construção da identidade cristã*, (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014), 218.

²³⁸ Henri Nouwen, *O curador ferido – O ministério na sociedade contemporânea*, (Prior Velho: Edições Paulinas, 2010), 107.

²³⁹ Cf. Correia, *A hospitalidade na construção da identidade cristã*, 220.

Então, o ministro da hospitalidade é aquele leigo que está disponível para o acolhimento e para o diálogo. A sua função passa pela disponibilidade em acolher os irmãos que vão à Eucaristia e às demais celebrações da paróquia, se for o caso, de receber os peregrinos que se deslocam ou que passam pela paróquia, de acolher e dialogar com as pessoas que estão mais afastadas da comunidade paroquial, ter em atenção e cuidado para com as pessoas que se encontram sem situação “irregular” que queiram participar de alguma vivência paroquial (não casados, não batizados, “mães solteiras”).

Também a este ministro deve estar acometido o processo dos catecúmenos. Deve responsabilizar-se este ministro pelo acompanhamento (em tudo o que é exigido nestes casos) e evangelização.

Outras duas funções que devem estar a cargo deste ministro é o diálogo ecumênico, o diálogo inter-religioso que possa existir na comunidade e o responsável pelo “Átrio dos gentios” que se deve concretizar na comunidade. A concretização desse “átrio” na atualidade é importante para o diálogo, para o acolhimento e para a evangelização, pois

o “Átrio dos gentios” é uma iniciativa, um espaço certamente. Mas também um tempo que se atualiza, uma condição livre e consciente do ser humano. Ele expressa a condição cristã, a vida do quotidiano, na procura do Mistério inagarrável, o “Desconhecido”, que rompe com toda a tentativa idólatrica ou antropomórfica de conceber o divino, e impede a aniquilação de humano nas suas diversas formas. Qual é o crente que pode afirmar que atingiu a plenitude da fé? Que homem [que humano] ateu pode dizer que chegou à plenitude da negação do transcendente? E se ambos descobrirem que a plenitude se encontra na tensão dialógica entre a afirmação e a negação, a dúvida e a certeza, entre a fé e a razão?²⁴⁰

Ainda mais funções, de cariz mais prático e pastoral, devem ser confiadas neste ministério. E aqui abre-se a possibilidade de o ministro do batismo ser o “ministro da hospitalidade” de forma ordinária e não extraordinária como refere o cân. 861, §2 do CDC [o batismo realizado por leigos existiu na Igreja em séculos passados, sendo uma das formas de participação leiga na ministerialidade sacramental²⁴¹ (isto mais precisamente na era medieval, nos movimentos feudais)]; a designação para este ato é dada pela instituição do ministério. Deve ser confiada também ao ministro leigo da “hospitalidade” a celebração das exéquias fúnebres.

O ministro da “hospitalidade” deve ter formação bíblica, pastoral, catequética, litúrgica e, ainda, formação teológica mais incisiva para os diálogos ecumênicos e inter-religiosos. Uma

²⁴⁰ Lorenzo Fazzini, *Diálogo no Átrio dos gentios – onde os leigos e os católicos se encontram*, (Braga: Empresa do Diário do Minho – Editora, 2012), 9-10.

²⁴¹ Cf. Almeida, *Leigos em quê?*, cap. 3.

formação mais profissional ao nível da educação, história, não descartando nenhuma das outras áreas científicas.

3.4.2. Ministério do músico

Este ministério prende-se com o fator “música sacra”. A Igreja, enquanto instituição, sempre cuidou da arte da música, especialmente a dedicada e expressa na liturgia: «A tradição musical da Igreja é um tesouro de inestimável valor, que excede todas as outras expressões de arte, sobretudo porque o canto sagrado, intimamente unido com o texto, constitui parte necessária ou integrante da Liturgia solene» (SC, 112). O mesmo documento conciliar defende que a música sacra deve ser unida, intimamente, à liturgia «quer como expressão delicada da oração, quer como factor de comunhão, quer como elemento de maior solenidade nas funções sagradas» (SC, 112); desse ponto, a própria Igreja «aprova e aceita no culto divino todas as formas autênticas de arte, desde que dotadas das qualidades requeridas» (SC, 112). Além do cântico com arte e, preferencialmente, o canto gregoriano, a Igreja não exclui a promoção do canto popular religioso como forma de participação dos fiéis nas mais diversas comunidades (Cf. SC, 118).

Neste sentido, a promoção da música sacra e do canto litúrgico deve ser uma prioridade. Daí a necessidade de um ministro ou ministros aptos e dedicados à promoção e formação da música sacra. Para isso é necessária instrução musical, tal como prevista na SC.

O ministro músico será todo aquele que se queira dedicar a esta arte. Cantor, organista, salmista, regente ou maestro do coro poderá ser instituído neste ministério. Para além da formação bíblica, pastoral, catequética e litúrgica, deve promover-se a formação musical e, nomeadamente, a formação em música sacra.

É dever deste ministro preparar os cânticos da celebração, ensaiar o coro da comunidade e, de forma atempada, introduzir a assembleia no canto através de um breve ensaio antes da celebração, para assim se promover uma maior participação da assembleia no canto.

3.4.3. Ministério da Cultura

Tratando-se de uma realidade que nada tem de fixidez, é natural que a relação da Igreja com a Cultura e com a Arte seja algo sempre a repensar e a requerer criatividade em ordem a novas formas e linguagens de expressão estética ao serviço do anúncio do Evangelho e numa sensibilidade a tudo o que se revele portador de beleza²⁴².

²⁴² P. Cipriano Pacheco, *Importa viver como «aliança» a relação entre Igreja, Cultura e Arte*, 2012, https://www.snpcultura.org/importa_viver_como_alianca_relacao_entre_igreja_cultura_arte.html (acedido a 17/07/2022).

É neste sentido de comunhão, de um espaço e meio de evangelização, que se propõe o “ministério da cultura”.

Este ministério tem o objetivo de criar laços com a cultura atual em que a comunidade se insere e na promoção da arte e das atividades que se desenvolvem na comunidade paroquial e civil. Não se centra só no afamado “diálogo com a cultura”. Neste campo, “cultura” ganha uma maior abrangência: o mundo da pintura, da escultura, da dança, da música, da literatura, do desporto, do turismo, do cinema, do teatro, da informática e tecnologia e de tantas outras formas e expressões de arte e de cultura. Na tentativa de aproximação, todas essas expressões culturais são campo de diálogo, de evangelização, de “ouvir a voz de Deus” e de “falar de Deus” através dela.

Desta forma, o ministro da cultura deve ser alguém dinâmico, aberto à novidade, apaixonado pela cultura e pela arte em geral, disposto ao diálogo e à promoção conjunta com várias entidades. Deve promover e procurar na comunidade as várias expressões culturais e artísticas: grupos de teatro; grupos de cantares; ateliers de pintura, escultura, escrita, declamação; ciclos de cinema; grupos de dança. Ao ministro instituído compete-lhe, também, a área da comunicação e da informação da paróquia, por isso, é seu dever, ainda, promover jornais e meios de informação na comunidade. Este ministro deve estar em contacto permanente com as diversas associações existentes na comunidade e com o poder político local, para uma maior promoção do diálogo religioso e cultural.

A formação deste ministro passa pelas áreas bíblica, pastoral, catequética e litúrgica; deve-se ter em atenção a formação profissional em alguma área da cultura, artística ou da comunicação.

3.4.4. Ministério do Acompanhamento Espiritual

Hoje mais do que nunca precisamos de homens e mulheres que conheçam, a partir da sua experiência de acompanhamento, o modo de proceder onde reine a prudência, a capacidade de compreensão, a arte de esperar, a docilidade ao Espírito, para no meio de todos defender as ovelhas a nós confiadas dos lobos que tentam desgarrar o rebanho. Precisamos de nos exercitar na arte de escutar, que é mais do que ouvir. Escutar, na comunicação com o outro, é a capacidade do coração que torna possível a proximidade, sem a qual não existe um verdadeiro encontro espiritual (*EG*, 171).

Neste excerto, percebe-se que o Papa Francisco dá grande importância ao acompanhamento espiritual e direção espiritual. E este acompanhamento pode e deve ser impulsionado nas comunidades. Não é substituto de qualquer consulta psicológica ou

psiquiátrica, mas é um meio profícuo ao diálogo individual e personalizado, à abertura da pessoa; não sendo substituto de meios médicos, pode até ser um meio complementar.

Este acompanhamento leva a que os leigos instituídos neste ministério possam

colocar-se à disposição de quem precisasse [...] para uma conversa, para escutar uma confidência ou uma mágoa, para oferecer alguma iluminação a partir da Palavra de Jesus, para dar o seu apoio no caso de alguma tomada de decisão importante, para também trocar dois dedos de conversa²⁴³.

O ministro do acompanhamento espiritual deve ser alguém com idoneidade provada, aberto ao diálogo, capaz de sigilo, apto à escuta e, importante, capacidade de julgamento e orientação corretos.

A sua formação tem por base a formação geral dos ministérios, bíblica, pastoral, catequética; deve procurar-se promover a formação teológica competente na área da espiritualidade e formação na área da psicologia.

3.4.5. Ministério do Arquivista

Este ministério é proposto em virtude de retirar ao pároco funções administrativas e burocráticas da paróquia, não significando com isso que ele não tenha competências para tal, tão só para o libertar de tarefas e “papeladas” que o retiram da sua missão principal.

O ministro arquivista é responsável pelo arquivo e cartório da paróquia; a ele cabe as funções de guardar e preservar os livros e arquivos da paróquia e de averbar e fazer as respetivas inscrições nos livros de batismos, matrimónios e óbitos (Cf. CDC 535) [embora este cânone seja dirigido ao pároco, aqui é proposto que estas funções passem para um leigo; sendo tarefa importante e sensível, estes assuntos entregues a um ministro, servem para assegurar a confiança e a segurança]. Deve então, também, por inerência do ministério, o arquivista pertencer ao conselho dos assuntos económicos paroquial.

A sua formação deve atender à geral indicada para os outros ministérios, sendo completada por formação em Direito, nomeadamente, em Direito Canónico; não se deve excluir também os conhecimentos em matéria de assuntos económicos.

Ao arquivista deverá também caber-lhe o cuidado da paróquia na ausência do pároco, promovendo as várias dinâmicas vivenciadas na paróquia.

²⁴³ Armando Matteo, *Converter Peter Pan – O destino da fé na sociedade da eterna juventude*, (Prior Velho: Paulinas Editora, 2022), 148.

3.5. O Diácono Permanente

Os diáconos participam de modo especial na missão e na graça de Cristo. O sacramento da Ordem marca-os com um selo ('caráter') que ninguém pode fazer desaparecer e que os configura com Cristo, que se fez 'diácono', isto é, o servo de todos. Entre outros serviços, pertence aos diáconos assistir o bispo e os sacerdotes na celebração dos divinos mistérios, sobretudo da Eucaristia, distribuí-la, assistir ao Matrimônio e abençoá-lo, proclamar o Evangelho e pregar, presidir aos funerais e consagrar-se aos diversos serviços da caridade (*Catecismo da Igreja Católica*, 1570).

«Este *diaconado permanente*, que pode ser conferido a homens casados, constitui um enriquecimento importante para a missão da Igreja» (*Catecismo da Igreja Católica*, 1571).

Neste ponto faz-se ainda uma pequena referência ao diaconado permanente. Das citações acima referidas, é apresentado aquilo que é o diácono, tanto o que tem em vista a ordenação sacerdotal como o permanente, naquilo a que é chamado a fazer: *servir*.

Mas, na busca de uma renovação pastoral, procura-se, através do diaconado permanente, apresentar o serviço que, na opinião do autor, deveria prestar.

Por esses dias, como o número de discípulos ia aumentando, houve queixas dos helenistas contra os hebreus, porque as suas viúvas eram esquecidas no serviço diário. Os Doze convocaram, então, a assembleia dos discípulos e disseram: “Não convém deixarmos a palavra de Deus, para servirmos às mesas. Irmãos, é melhor procurardes entre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e de sabedoria; confiar-lhes-emos essa tarefa. Quanto a nós, entregarmos-nos-emos assiduamente à oração e ao serviço da Palavra.”

A proposta agradou a toda a assembleia e escolheram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo, Filipe, Próculo, Nicanor, Timão, Parmenas e Nicolau, Prosélito de Antioquia. Foram apresentados aos Apóstolos que, depois de orarem, lhes impuseram as mãos (Act 6, 1-6).

A instituição dos diáconos aparece no Livro dos *Actos dos Apóstolos* como uma necessidade pastoral: a caridade e o serviço social. Essa é a grande tarefa daqueles sete homens indicados pela comunidade e pelos Apóstolos. Então, não deveria continuar a ser essa a missão dos diáconos permanentes? O que se sugere, neste ponto, é que a administração e a presidência dos Centros Sociais e Paroquiais, IPSS e outros serviços da caridade fiquem a cargo e na responsabilidade dos diáconos permanentes, em virtude da sua primeira missão que lhes fora dada pelos Apóstolos.

3.6. A comunidade

A comunidade toma uma centralidade fulcral na dinamização da pastoral. Não se pode agir pastoralmente sem comunidade, isso é um dado óbvio. Dessa forma, aqui, a comunidade assume dois espectros: a quem se dirige a ação pastoral e da qual se origina a mesma ação.

De tudo o que se foi abordando até ao momento, compreende-se um movimento que parte do “pequeno” grupo de leigos que se compromete com o pároco e com a comunidade a auxiliá-lo na “cura pastoral”. Agora, procura-se outro movimento, que parte da comunidade para com os leigos comprometidos e o pároco.

Se é a comunidade a recetora e a destinatária da “cura pastoral”, então a mesma comunidade deve sentir-se acolhida e confortável com as pessoas que realizam essa “cura”. Portanto, a comunidade deve “avaliar” os leigos e os ministros; também deve ser a comunidade a “atestar” a idoneidade dos candidatos propostos aos ministérios. Em Act 6, 1-6 assistimos a um pedido expresso aos “irmãos” da comunidade: que procurassem entre eles pessoas idóneas para o diaconado. A comunidade paroquial, assim, pode propor ao seu pároco pessoas idóneas, como o pároco pedirá o parecer da comunidade em relação as pessoas por ele propostas.

A comunidade não é só para avaliar e dar pareceres. Em Igreja é pedido que se viva de forma “sinodal”, isto é, em verdadeiro espírito de comunhão. Uma comunidade “sinodal” é uma comunidade que caminha em conjunto, que procura melhorar as suas estruturas (em todos os sentidos – humanas, físicas e espirituais). Daí, aquilo que deve ser vivido é a auscultação dos vários fiéis que fazem comunidade. Sabe-se que nem todos podem ser leigos comprometidos, que nem todos conseguem dedicar-se aos ministérios ou aos vários serviços na paróquia, mas todos podem participar de forma corresponsável. Uma forma de corresponsabilidade alargada é exatamente essa, a de escutar o que a comunidade em si sente e pede.

Um outro aspeto que pertence à comunidade e que tem muita força é a oração. Também pertence à comunidade a tarefa de rezar. Na Igreja não pode haver comunidades que não se reúnam para orar. O Livro dos *Atos* apresenta-nos uma comunidade que era assídua à oração. E a oração da comunidade não se reduz apenas à Eucaristia; sim, o centro e fonte da vida cristã é a Eucaristia, mas não pode ficar apenas por aí. A comunidade deve reunir-se, até mesmo sem o seu pároco e, eventualmente, sem os ministros que assumem corresponsabilidade pastoral, para orar.

Para além da participação, do diálogo e da oração, a comunidade é também chamada a unir esforços para levar a cabo várias tarefas de âmbito mais prático na paróquia: desde limpezas, partilha de bens, caridade mútua. Sem corresponsabilidade comunitária não poderão surgir leigos que se comprometam e se entreguem, porque é da comunidade que brotam as vocações.

Como ensinam os *Atos* e as *Cartas*: é para a comunidade que se vive e trabalha e é da comunidade que nasce a vida e o trabalho; sem a comunidade é vão o trabalho pastoral. Apesar

de serem destinadas tarefas mais específicas apenas a alguns, a comunidade desempenha funções de grande corresponsabilidade:

Eram assíduos ao ensino dos Apóstolos, à união fraterna, à fracção do pão e às orações. Perante os inumeráveis prodígios e milagres realizados pelos Apóstolos, o temor dominava todos os espíritos. Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. Vendiam terras e outros bens e distribuíaam o dinheiro por todos, de acordo com as necessidades de cada um.

Como se tivessem uma só alma, frequentavam diariamente o templo, partiam o pão em suas casas e tomavam o alimento com alegria e simplicidade de coração. Louvavam a Deus e tinham a simpatia de todo o povo. E o Senhor aumentava, todos os dias, o número dos que tinham entrado no caminho da salvação (Act 2, 42-47).

3.7. A mulher na Igreja

Não se pretende aqui fazer uma abordagem teológica sobre a figura da mulher ou o seu lugar na Igreja. O que se pretende fazer é uma “chamada de atenção” para o papel que a mulher pode desempenhar na pastoral, nomeadamente, a partir dos ministérios instituídos, e mais ainda, nos ministérios propostos neste trabalho.

Foi com grande alegria que a Igreja acolheu o *Motu Proprio Spiritus Domini* do Papa Francisco, em que modifica o cân. 230, §1 e abre a porta à possibilidade de as mulheres receberem a instituição dos ministérios de leitor e acólito:

Por conseguinte, depois de ter ouvido o parecer dos Dicastérios competentes, decidi prover à modificação do cânone 230 § 1 do Código de Direito Canónico. Portanto, disponho que no futuro o cânone 230 § 1 do Código de Direito Canónico seja assim redigido:

“Os leigos que tiverem a idade e as aptidões determinadas com decreto pela Conferência Episcopal, podem ser assumidos estavelmente, mediante o rito litúrgico estabelecido, nos ministérios de leitores e de acólitos; no entanto, tal concessão não lhes atribui o direito ao sustento ou à remuneração por parte da Igreja”²⁴⁴.

A expressão “os leigos” refere-se exactamente a todos os leigos, homens e mulheres. Apesar de que na prática as mulheres já liam e acolitavam nas celebrações, esta modificação é relevante, pois não só confirma uma prática, como também oferece a possibilidade de a mulher ser instituída através de um rito próprio. Já não é só uma *praxis* que se faz na paróquia, é um ministério instituído que assume grande relevância para a vida paroquial e para a “cura pastoral”, em que a mulher, sendo ministra instituída, tem outro relevo na corresponsabilidade paroquial através dos ministérios.

²⁴⁴ Papa Francisco, *Motu Proprio Spiritus Domini*, https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210110_spiritus-domini.html (acedido a 17/07/2022).

O papel da mulher é fulcral na missão evangelizadora e na “cura pastoral”. Observe-se esta passagem do Evangelho de Lucas:

Em seguida, Jesus ia de cidade em cidade, de aldeia em aldeia, proclamando e anunciando a Boa-Nova do Reino de Deus. Acompanhavam-no os Doze e algumas mulheres, que tinham sido curadas de espíritos malignos e de enfermidades: Maria, chamada Madalena, da qual tinham saído sete demónios; Joana, mulher de Cuza, administrador de Herodes; Susana e muitas outras, que os serviam com os seus bens (Lc 8, 1-3).

As mulheres “acompanhavam” Jesus: elas eram companheiras de Jesus, estavam com Ele, viajavam com Ele, foram curadas e “resgatadas” por Ele. As mulheres “serviam”: eram servas, não de um estilo de diminuição, mas na forma apaixonada do serviço que tinham aprendido com o seu Mestre [é claro que não se pode fugir ao aspeto cultural em que as mulheres no tempo de Jesus viviam, numa sociedade tipicamente patriarcal]. Na hodiernidade, a mulher também “acompanha” Jesus e o “serve”. Se o ministério de Jesus e dos Apóstolos corresponde ao ministério sacerdotal, o sacerdócio ordenado, o ministério das mulheres corresponde ao ministério do serviço de todos os leigos.

A História oferece-nos muitos exemplos de liderança por parte das mulheres na vida da Igreja:

Ao longo da História da Igreja, Deus chamou mulheres a posições de liderança e abençoou o seu trabalho para o crescimento da Igreja. [...] O exemplo de Priscila é bem conhecido. Priscila e Aquila estabeleceram um ministério em Éfeso e ajudaram o brilhante Apolo a entender melhor a doutrina cristã. [...] A história de Tecla. [...] Catarina de Alexandria foi considerada a santa patrona dos filósofos. [...] Catarina de Sena [...] sentiu-se chamada à evangelização²⁴⁵,

entre muitas outras mulheres que desempenharam papéis importantíssimos na vida da Igreja e, até, em momentos de grave crise.

Como leiga, como batizada, pertencente ao Corpo místico de Cristo, a mulher deve assumir corresponsabilidade na “cura pastoral”. Os ministérios propostos neste trabalho foram pensados e propostos para todos os leigos, à luz da abertura em *Spiritus Domini*. Elas continuam a acompanhar e a servir Jesus e os Apóstolos na missão da Igreja.

No questionário analisado no primeiro capítulo deste trabalho (ver ponto 1.2.9), percebe-se que as dioceses estão a fazer um bom trabalho na promoção da cooperação das mulheres nos serviços diocesanos. Mas o trabalho da mulher na Igreja não pode ficar apenas condicionado nas secretarias ou em salas de aula como professora de Educação Moral e

²⁴⁵ Bonnidell Clouse e Robert G. Clouse, *Mujeres en el Ministerios – cuatro puntos de vista*, (Barcelona: Editorial CLIE, 2005), cap. 4, Kindle.

Religiosa Católica ou como MEC; é necessário propor-lhe o caminho dos ministérios instituídos para a corresponsabilidade da “cura pastoral”.

CONCLUSÃO

Analisando os dados, percorrendo a história e projetando o futuro, foram os passos dados no percurso deste trabalho.

Partindo de uma análise, no primeiro capítulo, a inquéritos realizados às dioceses de Portugal, apesar de as respostas serem poucas, percebeu-se que a dinâmica laical ficou sempre refém do número de sacerdotes: onde há mais sacerdotes a tendência ministerial laical é menor, por contraste, onde há menos sacerdotes a tendência ministerial é maior. Por outro lado, a aposta na formação tem sido, na generalidade, bem definida, frequente e diversificada.

Perante a análise realizada procurou-se perceber o evoluir da figura do presbítero e do leigo ao longo da História da Igreja e a forma como as figuras se influenciavam. Pela história do presbítero percebeu-se que se foram concentrando nele todas as tarefas eclesiais; se num primeiro momento, nem a “posição” de presbítero existia, ela surgiu da necessidade de manifestar a unidade das várias comunidades, que foram surgindo à medida que o cristianismo se expandia, para com a diocese e da necessidade de atender às necessidades pastorais do povo batizado. Com a “institucionalização” da Igreja, o clero assumiu todo o relevo da vida da Igreja, enquanto o povo, e os leigos, foram renegados da vida “perfeita” clerical. A história dos leigos mostra essa mesma tendência clerical, mas faz afirmar que nem sempre foi assim e que ao longo da História os leigos foram tendo, ainda, alguns espaços na dinâmica pastoral e que o grande feito do Concílio Vaticano II foi o de fazer “renascer” o papel dos leigos na vida da Igreja e a sua corresponsabilidade, como batizados, na evangelização e na “cura pastoral”.

«Todos somos corresponsáveis na Igreja. [...] “Que ninguém se sobreponha a ninguém nas suas responsabilidades, que todos nos saibamos complementar e que todos estejamos unidos no serviço do Reino”»²⁴⁶. E, assim, se procurou no terceiro capítulo fazer uma proposta que procura apresentar formas de o leigo atuar na comunidade e a conceder-lhe a possibilidade de ser instituído em vários ministérios segundo a vocação a que se sente chamado, como resposta aos dons que

a cada um é dada a manifestação do Espírito, para proveito comum. A um é dada, pela acção do Espírito, uma palavra de sabedoria; a outro, uma palavra de ciência, segundo o mesmo Espírito; a outro, a fé, no mesmo Espírito; a outro, o dom das curas, no único Espírito; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, a variedade de línguas; a outro, por fim, a interpretação das línguas. Tudo isto, porém, o realiza o único e o mesmo Espírito, distribuindo a cada um, conforme lhe apraz (1 Cor. 12, 7-11).

²⁴⁶ Bestard, *Corresponsabilidade e participação na paróquia*, 86.

A diversidade de ministérios instituídos visa uma maior corresponsabilidade na vida paroquial e procura levar a que os leigos assumam “cura pastoral”, no sentido que «o *trabalho pastoral* dos sacerdotes seria muito mais eficaz se fosse realizado em equipa, dando assim testemunho de um autêntico espírito evangélico de fraternidade»²⁴⁷.

No meio de tudo isto percebe-se que a Igreja tem todas as possibilidades de trabalhar em verdadeiro espírito de comunhão e corresponsabilidade, pois

temos tudo o que necessitamos para revitalizarmo-nos: pessoas, crenças, tradição, recursos intelectuais e económicos, alcance global, unidade de fé, nobreza de missão e uma profunda consciência de finalidade. Não temos de nos converter naquilo que não somos; só temos de beber mais profundamente dos nossos próprios poços, redescobrimo a maneira de como Jesus se aproximava das pessoas e assumindo o imaginativo foco dos primeiros cristãos²⁴⁸.

Esta é mais uma proposta para promover a participação e corresponsabilidade laical na Igreja, mas, e como afirma com razão Simon Ayogu: «Sobre a questão do lugar dos leigos na Igreja, poder-se-ia dizer que as teorias abundam. Talvez esteja na altura de passarmos à prática»²⁴⁹.

²⁴⁷ Bestard, *Corresponsabilidade e participação na paróquia*, 36.

²⁴⁸ Lowney, *Todos somos Líderes*, 253.

²⁴⁹ Ayogu, *Liderança Servidora*, 81.

BIBLIOGRAFIA

1. Sagrada Escritora e Magistério

Bíblia Sagrada. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2008.

Catecismo da Igreja Católica. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1993.

Concílio Vaticano II. *A santa Igreja, Constituição dogmática “Lumen Gentium”*. Braga: Editorial A.O., 1987.

Concílio Vaticano II. *Apostolado dos Leigos, “Apostolicam Actuositatem”*. Braga: Editorial A.O., 1987.

João Paulo II. *Vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, Exortação apostólica pós-sinodal “Christifideles Laici”*. Braga: Editorial A.O., 1990.

Papa Francisco. *A Alegria do Evangelho – Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. Prior Velho: Paulinas, 2014.

Papa Francisco. *Carta apostólica sob a forma de Motu Proprio, Antiquum Ministerium*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2021.

Paulo VI. *Evangelho aos Homens de Hoje – Exortação apostólica Evangelii nuntiandi*. Braga: Editorial A.O., 2008.

2. Fontes Patrísticas

A Diogneto. Lisboa: Livraria Alcalá, 2001.

3. Outras obras

Aldazábal, José. *Ministérios ao serviço da comunidade celebrante*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2011.

Andresen, Sophia. *Trevas, in O Cristo Cigano*. Editorial Caminho, 2005.

Ayogu, Simon. *Liderança Servidora*. Braga: Gráfica do Diário do Minho, 2021.

Bestard, Joan. *Corresponsabilidade e participação na paróquia*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1997.

Bosetti, Elena. *La Tenda e il Bastone – Figuri e Simboli della Pastorale Biblica*. Milão: Paulinas, 1992.

- Coelho, Senra, Manuel Clemente, Serafim Ferreira e Silva, Dário Pedroso, David Sampaio Barbosa, Duarte da Cunha, João António Pinheiro Teixeira, José Carlos Nunes, José Miguel Barata Pereira, Júlio Grangeia, Stefano Mazzotti, Tony Neves e José Nuno Ferreira da Silva. *Sacerdotes em Cristo*. Lisboa: Paulus Editora, 2009.
- Comby, Jean. *Para ler La Historia de La Iglesia – 1. De los orígenes al siglo XV*. Navarra: Editorial Verbo Divino, 1993.
- Comby, Jean. *Para ler La Historia de La Iglesia – 2. Del siglo XV al siglo XX*. Navarra: Editorial Verbo Divino, 1993.
- Correia, João Alberto. *A hospitalidade na construção da identidade cristã*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2014.
- Daniel-Rops. *A Igreja da Renascença e da Reforma – I. A reforma protestante*. São Paulo: Quadrante, 1996.
- Daniel-Rops. *A Igreja da Renascença e da Reforma – II. A reforma católica*. São Paulo: Quadrante, 1999.
- Daniel-Rops. *A Igreja das Catedrais e das Cruzadas*. São Paulo: Quadrante, 1993.
- Daniel-Rops. *A Igreja dos tempos Bárbaros*. São Paulo: Quadrante, 1991.
- Fazzini, Lorenzo. *Diálogo no Átrio dos gentios – onde os laicos e os católicos se encontram*. Braga: Empresa do Diário do Minho – Editora, 2012.
- Floristán, Casiano. *Para compreender a Paróquia*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995.
- Freitas do Amaral, Diogo. *As ideias sociais e políticas de Jesus Cristo*. Lisboa: Bertrand Editora, 2019.
- Freitas, Tiago. *Colégio de Paróquias*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2018.
- Greshake, Gisbert. *Ser Sacerdote hoy*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2003.
- Harari, Yuval. *Sapiens, de Animais a Deuses*. Amadora: Elsinore, 2018.
- Holmes, J. Derek, Bernard W. Bickers. *História da Igreja Católica*. Lisboa: Edições 70, 2021.
- Laboa, Juan. *Los laicos en la Iglesia*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2003.
- Léon-Dufour, Xavier. *Vocabulario de Teología Bíblica*. Barcelona: Herder, 1976.
- Llorente, Luis. *Sacerdotes para o povo de Deus*. Apelação: Paulus Editora, 2003.
- Lowney, Chris. *Todos somos Líderes*. Cantabria; Sal Terrae, 2018.
- Lurker, Manfred. *Dizionario delle Immagini e dei Simboli Biblici*. Milão: Paulinas, 1998.
- Mallon, James. *Renovação divina – de uma paróquia de manutenção a uma paróquia missionária*. Lisboa: Paulus Editora, 2019.

- Martelet, Gustave, s.j.. *As linhas mestras do Vaticano II*. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1969.
- Matteo, Armando. *Converter Peter Pan – O destino da fé na sociedade da eterna juventude*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2022.
- Nouwen, Henri. *O curador ferido – O ministério na sociedade contemporânea*. Prior Velho: Edições Paulinas, 2010.
- Paredes, José. *É possível outra comunidade*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2018.
- Ratzinger, Joseph. *Jesus de Nazaré*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.
- Schnackenburg, Rudolf. *El Evangelio según San Juan – II Versión y comentario*. Barcelona: Herder, 1980.

4. Livros eletrónicos

- Almeida, Antônio. *Leigos em quê?*. São Paulo: Paulinas, 2006. Kindle.
- Almeida, Antônio. *Novos Ministério – A necessidade de um salto à frente*. São Paulo: Paulinas, 2013. Kindle.
- Clouse, Bonnidell e Robert G. Clouse. *Mujeres en el Ministerios – cuatro puntos de vista*. Barcelona: Editorial CLIE, 2005. Kindle.

5. Dicionários e Enciclopédias

- Aa. Vv., *Grande Lessico del Nuovo Testamento*. (Bélgica: Paideia, 1975) (vol. X), coluna 1194.

6. Revistas

- dos Santos, Roger Matheus. *Evolução histórica da Paróquia sob a ótica da estabilidade do Pároco*, 1ª série, n. 31 (2017): 82.
- Marcelino, D. António. «Lugar dos Leigos na Igreja – Do Vaticano II aos nossos dias», Revista Cenáculo 201 – 2 da 2ª série (2013): 20.

WEB GRAFIA

- A Patrulha*, <https://escoteiros.pt/divisoos/tribo-de-exploradores/a-patrulha/> (acedido a 05/04/2022).

Bom Pastor: a “imagem que dá o que falar” <https://www.ihu.unisinos.br/608611-bom-pastor-a-imagem-que-da-o-que-falar> (acedido a 29/03/2022).

Como se organizam os Pioneiros/Marinheiros?, <http://pioneiros-marinheiros.escutismo.pt/como-se-organizam-os-pioneiros-marinheiros> (acedido a 05/04/2022).

Concílio Vaticano II. *Presbyterorum Ordinis*.

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html (acedido a 10/10/2021).

Concílio Vaticano II. *Sacrosanctum Concilium*.

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html (acedido a 13/06/2022).

Conferência Episcopal Portuguesa. *Ministérios laicais para uma Igreja Ministerial*.

<https://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/ministerios-laicais-para-uma-igreja-ministerial/?highlight=Minist%C3%A9rios%20laicais%20para%20uma%20Igreja%20Ministerial> (acedido a 17/07/2022).

Escotismo para todos. <https://escoteiros.pt/escoteiros-de-portugal/escotismo-para-todos/> (acedido a 05/04/2022).

<https://escutismo.pt/> (acedido a 05/04/2022).

João XXIII e o Discurso da Lua. <http://www.paroquiaqueijas.net/portal/igreja-e-noticia/espaco/409-joao-xxiii-e-o-discurso-da-lua> (acedido a 14/07/2022).

João XXIII. *Carta Encíclica Pacem in Terris*, https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html (acedido a 13/06/2022).

Joaquim Félix. *450º Aniversário da Fundação do Seminário Conciliar de Braga*, <https://snpcultura.org/450-aniversario-da-fundacao-do-seminario-conciliar-de-braga.html> (acedido a 27/03/2022).

Marta García Fernández. *Mulheres que lutaram pelo Evangelho*, (In L'Osservatore Romano), <https://www.snpcultura.org/mulheres-que-lutaram-pelo-evangelho.html> (acedido a 13/05/2022).

P. Cipriano Pacheco. *Importa viver como «aliança» a relação entre Igreja, Cultura e Arte*, 2012,

<https://www.snpcultura.org/importa-viver-como-alianca-relacao-entre-igreja-cultura-e-arte.html> (acedido a 17/07/2022).

- Papa Francisco. Carta apostólica sob a forma de *Motu Proprio Spiritus Domini*.
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210110_spiritus-domini.html (acedido a 27/07/2022).
- Papa Francisco. *Motu Proprio Spiritus Domini*.
https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20210110_spiritus-domini.html (acedido a 17/07/2022).
- Paulo VI. *Motu Proprio Ministeria Quaedam*, https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/motu_proprio/documents/hf_p-vi_motu-proprio_19720815_ministeria-quaedam.html (acedido a 17/07/2022).
- Porto Editora – *colaborador* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-05-28 18:37:08]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/colaborador> (acedido a 28/05/2022).
- Porto Editora – *cooperação* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-05-28 18:37:55]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cooperacao> (acedido a 28/05/2022).
- Porto Editora – *cooperação* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-05-28 18:37:55]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cooperacao> (acedido a 28/05/2022).
- Progresso, formação e o papel do Guia de Patrulha*.
<https://www.aep129.pt/index.php/pt/caderno-de-ca%C3%A7a/sistema-de-patrolhas/147-progresso-forma%C3%A7%C3%A3o-e-o-papel-do-guia-de-patrolha> (acedido a 05/04/2022).

7. Obras não citadas

- Cordeiro, José Manuel. *O Padre – Do ministério ao ministério*. Lisboa: Pedra Angular, 2009.
- da Silva Lima, José. *Teologia Prática Fundamental – Fazei vós, também*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009.
- de Assunção, Rudy Albino. *La espiritualidade de los laicos – redescobrir su papel y su misión*. Madrid: Ediciones Cristandad S.A., 2021.
- de Pinho, Arnaldo. *Cultura da modernidade e nova evangelização*. Porto: Editorial Perpétuo Socorro, 1991.

- Diálogo de Bento XVI com os sacerdotes*. Lisboa: Paulus Editora, 2009.
- Grant, Adam. *Dar e receber*. Lisboa: Vogais, 2014.
- Lanza, Sergio. *La parrocchia in un mondo che cambia – Situazioni e prospettive*. Roma Morena: Edizioni OCD, 2004.
- Lourenço, João Duarte. *O tempo de Jesus – O mundo e as instituições judaicas*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020.
- Macy, Gary, William T. Ditewing e Phyllis Zagano. *Mulheres Diáconos – Passado, presente, futuro*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2019.
- Paes, Carlos. «*repensar a pastoral da Igreja em Portugal*» - *A minha resposta ao desafio da Conferência Episcopal Portuguesa*. Prior Velho: Paulinas Editora, 2011.
- Papa João Paulo II. *Os sacerdotes no mundo actual – Exortação Apostólica Pastoris Dabo Vobis*. Braga: Editorial A.O., 1992.
- Pinheiro Teixeira, João António. *Continuará o Concílio atual? – O Vaticano II como acontecimento e, sobretudo, como itinerário*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2012.
- Sesbué, Bernard. *No tengáis miedo! – Los ministerios en la Iglesia hoy*. Burgos: Editorial Sal Terrae, 1998.



Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

Angra

Número de paróquias:

165

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Não

Qual o número de habitantes no território da diocese?

256.752

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	147	144	141	148	148	147	143	142	138	135
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	97	89	91	90	89	92	93	90	92	93
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	1	1	5	4	2	2	2	2	1	1
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	2	0	0	0	0	4	1	2	0	0

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

Escola de Formação sob a responsabilidade do Seminário Episcopal de Angra

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

- Conselho Diocesano para os Assuntos Económicos
- Comissão Coordenadora da Caminhada Sinodal
- Economato Diocesano
- Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis
- Serviço Diocesano dos Bens Culturais da Igreja

Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

Braga

Número de paróquias:

551

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Não

Qual o número de habitantes no território da diocese?

994000

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	412	409	405	403	390	392	400	398	380	381
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	315	310	305	303	300	302	301	302	297	295
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	6	5	5	3	5	4	3	4	4	3
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	23

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

Formação de leitores, formação de ministros da Comunhão, Catequistas, Zeladoras, Sacristães... Diaconado permanente!

Que outros ministérios vê como necessários para a sua diocese?

Catequista

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

Papel importantíssimo. Desde catequistas, membros do Conselho Económico, vulgo Fábrica da Igreja Paroquial, Membros dos Corpos Gerentes das Confrerías, Irmamdades e Centros Sociais. Funcionárias da Cúria Arquidiocesana, tribunal Eclesiástico. Professoras de releição e Moral, bem como Professoras na Universidade Católica. Entre tantos cargos nas paróquias.



Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

Evora

Número de paróquias:

156

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Sim

Se na resposta anterior respondeu sim, indique qual o número de paróquias atual.

156

Qual o número de habitantes no território da diocese?

255.158

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	62	63	65	67	66	65	63	62	59	56
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	50	49	50	52	53	53	51	51	47	45
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	0	2	2	0	2	0	2	0	2	0
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	0	MF - 3; MADAP - 15; MECs - 58	MF - 9; MADAP - 3; MECs - 23	0	MF - 9; MADAP - 13; MECs - 93	MF - 3; MADAP - 4; MECs - 31	MF - 7; MADAP - 15; MECs - 50	MADAP - 3; MECs - 18	MF - 3; MADAP - 17; MECs - 83	0

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

Todos os anos, uma vez por ano, há formações específicas para os "seniores", seja Ministros Extraordinários da Comunhão, das Exéquias e Leitores. Conforme as necessidades vão-se oferecendo cursos de preparação para novos membros destes ministérios.

Que outros ministérios vê como necessários para a sua diocese?

O mais necessário poderá ser o Ministério das Celebrações na Ausência do Presbítero e das Exéquias.

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

Como responsáveis de departamentos da pastoral não há nenhuma mulher. há mulheres, sim, como membros de equipas várias de setores da pastoral. Nos Serviços diocesanos há duas mulheres que estão encarregadas dos serviços administrativos da Cúria e de apoio dos Serviços da Pastoral.



Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

Lamego

Número de paróquias:

223

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Não

Qual o número de habitantes no território da diocese?

119 383

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	118	115	114	114	112	110	107	107	104	103
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	111	109	109	111	108	107	105	104	102	102
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	4	2	1	2	1	2	0	3	1	1
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	7 Ministros da Comunhão	8 Ministros da Comunhão	11 Ministros da Comunhão	9 Ministros da Comunhão	8 Ministros da Comunhão	4 Ministros da Comunhão	7 Ministros da Comunhão	6 Ministros da Comunhão	8 Ministros da Comunhão	10 Ministros da Comunhão

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

Dois fins de semana de formação, por ano, para os novos Ministros Extraordinários da Comunhão

Um dia de formação, por ano, para os Ministros Extraordinários da Comunhão já existentes.

Que outros ministérios vê como necessários para a sua diocese?

Visitador de doentes

Visitador de pessoas idosas sozinhas

Catequistas de adultos

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

Presidem a alguns departamentos da pastoral

Em maior número no Conselho Pastoral Diocesano

Em maior número na Comissão de Proteção de Menores



Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

Leiria-Fátima

Número de paróquias:

73

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Sim

Se na resposta anterior respondeu sim, indique qual o número de paróquias atual.

73

Qual o número de habitantes no território da diocese?

cerca de 290 000

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	99	98	95	93	92	92	91	92	88	88
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	51	53	46	47	47	48	45	44	44	45
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	0	1	1	0	0	1	0	1	0	2
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	00	00	00	00	00	30	32	72	11	22

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

Curso de um dia de sábado para formação inicial.

Recoleção espiritual anual com atualização formativa.

Que outros ministérios vê como necessários para a sua diocese?

Animadores ou coordenadores de comunidades cristãs

Coordenadores da ação sócio-caritativa na paróquia

Catequistas coordenadores e formadores

Catequistas de adultos

Sacristães ou coordenadores da ação litúrgica

Dirigentes do grupo coral e cantores

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

Membros do conselho pastoral diocesano

Presidente da Comissão Justiça e Paz

Membros dos serviços diocesanos da catequese, pastoral familiar, pastoral juvenil e vocacional, dinamização pastoral, catequistas formadores...

Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

Lisboa

Número de paróquias:

285

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Não

Se na resposta anterior respondeu sim, indique qual o número de paróquias atual.

Qual o número de habitantes no território da diocese?

1 653 770

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	242	242	239	235	237	228	228	228	233	232
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	226	227	227	215	219	213	213	213	213	215
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	3	5	5	4	6	2	4	7	4	5
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

-

Que outros ministérios vê como necessários para a sua diocese?

-

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

-

Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

Porto

Número de paróquias:

477

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Não

Qual o número de habitantes no território da diocese?

2.050.000

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	338	321	309	312	296	287	292	290	293	288
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	235	233	238	238	203	191	193	196	194	197
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	3	3	2	6	2	3	4	4	3	2
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

No Centro de Cultura Católica: escola diocesana de ministérios litúrgicos, cursos de acólitos, leitores, música litúrgica (curso de salmistas, curso preparatório e curso geral); curso complementar de formação de catequistas, curso básico de teologia.

Que outros ministérios vê como necessários para a sua diocese?

...

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

A nível da diocese: organismos centrais, conselho diocesano pastoral, Secretariados, Comissões, ...

A nível paroquiano: diversos organismos pastorais paroquiais, MEC, catequistas, grupos de acolhimento, liturgia, Centro Sociais, ...



Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

Vila Real

Número de paróquias:

265

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Não

Se na resposta anterior respondeu sim, indique qual o número de paróquias atual.

Qual o número de habitantes no território da diocese?

185.878 (último censo)

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	119	110	108	108	107	100	95	90	85	80
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	100	100	98	98	96	95	93	90	85	80
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	3	---	1	3	---	1	1	2	---	---
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

Tem o Centro Católico de Cultura a funcionar na sede da Diocese: Vila Real

Que outros ministérios vê como necessários para a sua diocese?

De modo particular os Diáconos Permanentes, e possivelmente, leigos para assumirem a celebração do domingo na ausência do presbítero.

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

Desempenham um papel primordial: catequistas, grupos corais, comissões fabriqueiras, sacristãs, enfim, uma panóplia de actividades que sem elas as paróquias estavam inactivas.

Igreja em Portugal: a realidade dos números

Diocese:

WISEU

Número de paróquias:

208

Na última década a diocese alterou o sistema paroquial? (Agregou paróquias formando uma só?)

Não

Qual o número de habitantes no território da diocese?

266570

	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
Número de sacerdotes diocesanos:	?	?	?	?	?	?	115	121	124	124
Número de sacerdotes diocesanos na atividade paroquial:	?	?	?	?	?	?	87	87	89	91
Quantos sacerdotes foram ordenados nesse ano pastoral?	3	4	1	1	1	1	0	1	3	0
Quantos leigos assumiram ministérios? E quais os ministérios?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?

Que tipo de formação a diocese oferece para os ministérios?

Em relação aos ministérios laicais, há (havia...) cursos e reuniões de formação/atualização, pelo menos uma vez por ano, às vezes centralizadas na sede da Diocese, outras vezes por zonas e/ou Arciprestados.

Em relação aos ministérios instituídos, para já, eles são exclusivos para os candidatos ao presbiterado ou ao diaconado permanente. A formação para os mesmos está integrada nos respetivos currículos de formação específica.

Que outros ministérios vê como necessários para a sua diocese?

Acolhimento paroquial (mesmo fora das celebrações litúrgicas).

O papel da mulher na Igreja: que participação na organização diocesana desempenham as mulheres na diocese?

Em praticamente todos os secretariados e departamentos da pastoral diocesana há uma presença feminina cada vez maior. Nos organismos da pastoral paroquial, interparoquial, e arciprestal, há também uma presença feminina significativa e, nalguns casos mesmo predominante.